

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO -  
PUC-SP**

**Marcus Vinícius de Campos França Lopes**

**Formação em Psicologia em Mato Grosso: um estudo histórico sobre as condições  
concretas do surgimento do primeiro curso**

**MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL**

**SÃO PAULO  
2019**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**  
**PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM PSICOLOGIA SOCIAL**

**MARCUS VINÍCIUS DE CAMPOS FRANÇA LOPES**

**Formação em Psicologia em Mato Grosso: um estudo histórico sobre as condições  
concretas do surgimento do primeiro curso**

**MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Psicologia: Psicologia Social, sob a orientação da Profa. Dra. Maria do Carmo Guedes.

**SÃO PAULO**

**2019**

**Banca Examinadora**

---

---

---

Esta pesquisa contou com o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – Processo nº 130259/2017-9.

## **Agradecimentos**

À Maria do Carmo, minha orientadora, que me ensinou que a precisão e a clareza na linguagem é uma questão essencial ao progresso da ciência, não um escolasticismo. Que me fez ver que a pesquisa é sempre pessoal, que sou eu quem a faço e a escrevo e que uma boa orientação é aquela que nos ensina a pensar sobre a decisão que tomamos. Obrigado por me ensinar um cuidado com o “que fazer” da pesquisa sem a rigidez dos manuais, me mostrando que a pesquisa não deve ser uma reprodução de procedimentos, mas escolhas conscientes que melhor orientem a responder o problema. Mas, admito, ainda estou aprendendo!

À Mitsuko, Mimi, que me acolheu em tantos momentos de desespero e me ensinou que a boa leitura dos clássicos é importante para a nossa formação humana. Muito obrigado por aceitar participar da banca, por me aceitar nas suas disciplinas e pelas trocas tão gostosas que tivemos!

À Jane Cotrin, minha orientadora da vida. Muito obrigado por me fazer acreditar na psicologia e me fazer perceber que apesar da história da nossa profissão ser recheada de descaminhos é dada a nós a possibilidade de trilhar outros. Obrigado pela leitura atenta do meu trabalho e pela disposição constante de conversar e aliviar os pesos da vida. Obrigoo também pela amizade que pudemos construir!

À Graça, Bader e Mazzeo que me ensinaram com muita disposição coisas sobre a história, as teorias e a realidade que me afetaram de tal forma que este trabalho também é fruto das aulas que tive com vocês.

Aos meus pais, Carbene e Rosa, que me auxiliaram sempre. Obrigado por acreditarem em mim e terem me sustentado aqui em São Paulo, se não fosse as palavras de apoio, o amor com que me deixaram continuamente voltar aqui, não teria conseguido. Vocês são exemplo de determinação e sabedoria para mim.

À Daianny e Thais, minhas irmãs, muito obrigado pela amizade que construímos. Obrigado também, Dai, pela acolhida que sempre deu as minhas questões. Obrigado

também à José Augusto, à Augusto e à Beatriz, família que eu amo e que me acolhem tão bem em Cuiabá que fica difícil voltar para São Paulo.

A Ricardo e Phelipe, vocês aguentaram e acolheram diariamente todas as questões que o mestrado e a vida me apresentou nesses anos. Muito obrigado pela amizade, pelo companheirismo e por me lembrarem que pode existir amizade para além da academia!

A Bruna, Daniel e Camila, amigos que, mesmo distantes, sempre posso contar para ter uma boa conversa e partilhar da excelente companhia de vocês.

A Paulo e Natalia que me acolheram em São Paulo desde que cheguei aqui. Obrigado pela amizade, pelos conselhos e pelas trocas que tivemos.

À Mila e Brunna, amigas que me acompanharam em todo o processo de mestrado. Às vezes sumimos um do outro, mas os reencontros são sempre muito revigorantes. Obrigado pela amizade, pelas histórias e estórias que compartilhamos.

À Ruzia, amiga de muitos e vários tempos. Como aprendi com você! Sua determinação e sua coragem de enfrentar a vida são sempre exemplo para mim. Muito obrigado por dividir comigo tantos momentos felizes e tristes, pelas ligações intermináveis e por ter me apresentado ao samba de Cuiabá!

À Aline Matheus! É tanta coisa que eu tenho para te agradecer. Obrigado por me apresentar Caetano e Guimarães Rosa, a poesia brasileira realmente é linda de mais para não ser conhecida. Obrigado pela amizade, pela parceria, mas, acima de tudo, por me mostrar que uma boa análise da vida não precisa de tanta teoria, que ler os livros e aprender as teorias só valem quando tem o que viver.

A Thiago, mano, obrigado por ter acreditado que eu conseguia ler as palavras difíceis de um Marx e de um Lukács. Obrigado pelas conversas sobre a vida e o universo que nunca me deixam esquecer que, apesar das perguntas que fazemos, Deus ainda é a resposta para elas.

À Marlene. Nossa, como eu teria terminado esse mestrado sem a sua ajuda? Obrigado pela escuta e por sempre me acolher, seja me ajudando ou me dando forças para tomar as decisões necessárias! Vou ficar com saudades das nossas conversas.

A Aline Pereira, Juliana, Flavia e Eduardo. Muito obrigado por me acompanharem nesse processo. Por me ouvirem e por me ensinarem tantas coisas sobre a vida, as teorias, as performances e a amizade!

À Luciane, Elisa, Gislene e Carla, pelo apoio e pelo acolhimento que me deram desde a minha chegada no mestrado até o momento da entrega deste trabalho.

A Marcos Toledo, do CEDOC do CRP-06, obrigado pela ajuda na busca pelos documentos e pela paciência com que sempre me atendeu, mesmo com toda a agitação que eu chegava aí.

Aos colegas do NEHPSI que me acolheram em São Paulo e com quem dividi muitos bons momentos.

A IPBF, pela acolhida aqui em São Paulo e pela comunhão.

A Deus, por sua Graça e pelo amor com o qual me feriu, sem o qual não existiria e não realizaria tudo o que pude fazer estes anos.

## RESUMO

A presente pesquisa se insere entre os estudos da história da Psicologia no Brasil, especialmente, sobre estado de Mato Grosso. Seu objetivo foi compreender o processo pelo qual o primeiro curso de psicologia de Cuiabá foi fundado, considerando as especificidades do momento histórico e desenvolvimento social do território no qual se constituiu. Fundamenta-se no método materialista histórico-dialético e em suas premissas, especialmente na apreensão da história como produto do trabalho coletivo dos humanos de transformação da natureza; e que a sociedade na qual essa atividade se realiza produz formas particulares de existência. Para tanto, foram escolhidos a coleta e análise documental como procedimentos para a realização do estudo. A coleta de documentos foi iniciada por meio do cadastro e-MEC de Instituições e Cursos de Ensino Superior, aliada à investigação dos relatórios gerados pelo IBGE e documentos (pareceres, resoluções e decretos) recolhidos por meio do portal de acesso a informações do MEC. Para a análise dos dados foi empregada a técnica de análise de conteúdo. Os resultados indicaram que o processo para a fundação de cursos de psicologia nas décadas de 1980 e 1990 não foi apenas produto da vontade de alguns, ou um evento sem correlação com a dinâmica da ação humana. Compreendeu-se que a autorização para o funcionamento dos cursos de psicologia nessas décadas destacadas levou em consideração questões como: necessidade social, capacidade econômico-financeira da instituição e situação geoes educacional. Portanto, os dados revelaram que os cursos de psicologia, em especial o da UNIC, atenderam às necessidades sociais produzidas em um campo social e em determinado meio de produção, em um dado momento histórico. Tais elementos produziram as especificidades das relações estabelecidas, gerando as formas pelas quais o curso de psicologia em questão foi introduzido na sociedade cuiabana.

**Palavras-Chave:** História da Psicologia, Mato Grosso, Formação em Psicologia, Curso de Psicologia, UNIC.

## ABSTRACT

The present research is inserted among the studies of the history of Psychology in Brazil, especially on the state of Mato Grosso. Its objective was to understand the process by which the first psychology course of Cuiabá was founded, considering the specificities of the historical moment and social development of the territory in which it was constituted. It is based on the historical-dialectical materialist method and its premises, especially on the apprehension of history as a product of the collective work of the humans of the transformation of nature; and that the society in which this activity takes place produces particular forms of existence. For that, the collection and documentary analysis were chosen as procedures for the accomplishment of the study. The collection of documents was initiated through the e-MEC register of Institutions and Courses of Higher Education, allied to the investigation of the reports generated by IBGE and documents (opinions, resolutions and decrees) collected through the MEC information access portal. For the analysis of the data was used the technique of content analysis. The results indicated that the process for the foundation of psychology courses in the 1980s and 1990s was not only the product of the will of some, or an event without correlation with the dynamics of human action. It was understood that the authorization for the operation of the psychology courses in these outstanding decades took into account such issues as: social need, economic-financial capacity of the institution and geoeducational situation. Therefore, the data revealed that the courses of psychology, especially the UNIC, attended to the social needs produced in a social field and in a certain medium of production, in a given historical moment and in a determined territory. Such elements produced the specificities of established relationships, generating the ways in which the courses of psychology in question were introduced into Cuiaban society.

**Palavras-Chave:** History of Psychology, Mato Grosso, Psychological Education, Psychology Undergraduate Course, UNIC.

## LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

**CFE** – Conselho Federal de Educação

**CM** – Currículo Mínimo

**CAPLAN** – Câmara de Planejamento do Conselho Federal de Educação

**CESu** – Conselho de Ensino Superior do Conselho Federal de Educação

**CFP** – Conselho Federal de Psicologia

**CRP-18** – Conselho Regional de Psicologia de Mato Grosso – 18ª região

**CRP-06** – Conselho Regional de Psicologia – 6º Região

**FUCMAT** – Faculdades Católicas Unidas de Mato Grosso

**GEPPEMAT** – Grupo de Estudos e Pesquisa em Psicologia e Educação de Mato Grosso

**IC** – Iniciação Científica

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**IC** – Iniciação Científica

**IESC** – Instituto de Ensino Superior de Cuiabá

**MEC** – Ministério da Educação

**MT** – Mato Grosso

**MS** – Mato Grosso do Sul

**NEHPSI** – Núcleo de Estudos em História da Psicologia **PUC-Rio** – Pontifícia  
Universidade Católica do Rio de Janeiro

**SBPC** – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

**UCDB** – Universidade Dom Bosco

**UEMT** – Universidade Estadual de Mato Grosso

**UFMT** – Universidade Federal de Mato Grosso

**UFMS** – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

**UNIC** – Universidade de Cuiabá

## LISTA DE FIGURAS

**Figura 1:** Mapa do Brasil com as divisões geopolíticas em 1978

**Figura 2** – Mapa das Capitânicas do Brasil no final do século XVIII

**Figura 3:** Mapa das principais atividades econômicas no espaço mato-grossense: início do século XX.

**Figura 4:** Gráfico da evolução populacional das cidades com cursos de psicologia em Mato Grosso do Sul de 1872-2010.

**Figura 5:** Gráfico da evolução populacional das cidades com cursos de psicologia em Mato Grosso de 1872-2010.

**Figura 6:** Fluxograma com informações necessárias à apresentação do projeto, conforme a Resolução do CFE 15/84.

**Figura 7:** Fluxograma com informações necessárias à apresentação do projeto, conforme a Resolução do CFE 15/84.

## **LISTA DE QUADROS E TABELAS**

**Tabela1:** Por Instituições de Ensino Superior e ordem de fundação dos cursos de psicologia e vagas oferecidas no MT, em 2018

**Tabela 2:** Por Instituições de Ensino Superior e ordem de fundação dos cursos de psicologia e vagas oferecidas no MS, em 2018

**Tabela 3:** Distribuição de vagas por estados e competência acadêmico-administrativa de IES de MT e MS até 2018

**Quadro 1:** Quadro comparativo entre as estruturas curriculares dos Pareceres do CFE n.416 de 1988 e n.911 de 1988

## SUMÁRIO

Introdução.....	13
1. Da pesquisa: ou das orientações teóricas aos procedimentos de coleta e análise de dados.....	19
Das fontes .....	22
Da coleta dos documentos .....	23
2. Do Brasil ao Mato Grosso: sobre o desenvolvimento do estado e sua conjuntura na época da fundação do primeiro curso desde a particularidade da relação capital-trabalho no Brasil.....	25
O período colonial (1500-1822) .....	26
O período monárquico (1822-1889).....	30
A República Velha (1889-1930) .....	32
O Estado Getulista (1930-1945).....	36
Período Democrático (1945-1964).....	41
Ditadura Civil-Militar (1964-1985).....	44
Período de Transição (1985 -1989) .....	49
3. Da formação de psicólogos no Brasil: ou sobre a instituição e autonomização da psicologia à sua profissionalização .....	51
Da formação da psicologia como ciência.....	51
Do desenvolvimento da psicologia como profissão no Brasil.....	58
4. Resultados e Discussão.....	63
Do curso de psicologia da UNIC: análise do seu processo de fundação desde os documentos coletados pelo MEC. ....	78
5. Considerações Finais .....	90
6. Referências .....	93
7. Anexo .....	97

## Introdução

Este trabalho teve como objetivo apreender o processo de construção do curso de psicologia fundado em 1989 pela, então, Faculdades Unidas de Cuiabá, atualmente identificada como Universidade de Cuiabá (UNIC). Para tanto, utilizamos o materialismo-histórico-dialético como referencial teórico-metodológico. Por isso, discutimos desde formação em psicologia, até o desenvolvimento dos territórios brasileiro e mato-grossense na história.

O processo de elaboração desta pesquisa não se originou em um desejo a-histórico, ainda mais considerando sua pretensão historiográfica desde a dialética materialista. Sua realização só foi possível porque em dado momento histórico, inserido em uma conjuntura histórico-social, me deparei com a realidade, ao projetar sobre ela uma idealização de estudo, que se apresentou em alternativas. A análise de como efetivar tal atividade, , dentre as alternativas apresentadas pela realidade, foi realizada de acordo com o acúmulo de conhecimento e experiências até o momento. Dessa forma, exponho a seguir duas motivações e suas implicações para a pesquisa: a justificativa pessoal e a científica.

Dos muitos trajetos que poderiam iniciar esta narrativa, escolho a experiência de Iniciação Científica (IC), pois foi o meu primeiro contato com um estudo sistemático em história da psicologia. Na ocasião, estava inserido no corpo de discussões sobre história de Mato Grosso, psicologia e educação especial promovidas pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Psicologia e Educação de Mato Grosso (GEPPEMAT). Em face dessas circunstâncias, tive a oportunidade de realizar uma investigação sobre os aspectos biográficos do compromisso social de Marilza Ribeiro, psicóloga precursora da assistência social no estado alguns, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Jane Teresinha Domingues Cotrin.

Diante disso, na oportunidade de escolha de um tema de pesquisa para o mestrado, decidi continuar investigando o tema. Tal opção respondia, em um nível pessoal, as demandas de enraizamento na profissão e na história do meu estado de origem. Nesse sentido, é importante situar que as razões pessoais também possuem as suas histórias. As minhas têm conexão com a relação que estabeleci com a psicologia e o lugar onde nasci. Apesar de ter nascido em uma família com algumas psicólogas e ter me aproximado de leituras críticas sobre a ciência e a profissão, como a socio-histórica e a histórico-cultural,

minha relação com a psicologia ainda estava marcada pelo medo de repetir os episódios sistemáticos de exclusão e legitimação de preconceitos que marcaram essa ciência.

Quanto a minha história com Mato Grosso, cabe explicar ao leitor que a nova colonização da região centro-norte do país, a partir da década de 1970, produz uma supervalorização das culturas letradas das regiões sul-sudeste em oposição à tradição oral predominante na baixada cuiabana, capital do estado, cidade onde nasci (CAMPOS, 2014). Esse apagamento da cultura local pela atribuição de um valor social a uma cultura em detrimento de outra, gerou nas famílias tradicionais mato-grossenses um desenraizamento cultural em seu próprio território. Só pude perceber isso quando me mudei para a terra da garoa e, em meio a sua diversidade cultural, me vi sem elementos linguísticos, fonéticos ou de costumes que me fizessem ser reconhecido como cuiabano.

A identificação destas demandas como legítimas, apesar de não suficientes, para a produção de questões para uma pesquisa histórica surge no Núcleo de Estudos em História da Psicologia (NEHPSI)<sup>1</sup> e no decurso dos primeiros encontros com minha orientadora, prof. Dra. Maria do Carmo Guedes, no segundo semestre de 2016, quando ingressei no mestrado. Nessa ocasião, ela me apresentou Antoine Prost por meio de seu livro “12 lições sobre história” que, além de tantas outras discussões, explica que as questões de uma pesquisa histórica surgem de demandas pessoais, do campo profissional e das possibilidades que o avanço das discussões científicas sobre determinado assunto proporciona.

A escolha pela continuidade nos estudos em história da psicologia não se finda em minhas inclinações pessoais. Destaco aqui algumas colocações sobre a situação das investigações em a história da psicologia de Mato Grosso quando iniciei os estudos no mestrado. Elas eram recentes, dado que os estudos sistemáticos surgiram em 2012 com o projeto de pesquisa intitulado “Histórias da Psicologia em Mato Grosso”, proposto pelo GEPPEMAT em parceria com o Conselho Regional de Psicologia de Mato Grosso – 18ª região (CRP-18). As pesquisas realizadas a partir deste projeto mostraram que a inserção dos profissionais no estado ocorreu no final da década de 1960, inicialmente no contexto universitário, na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), por meio da ministração de disciplinas que não estavam necessariamente ligadas à psicologia como: metodologia, fundamentos da educação, etc.

---

<sup>1</sup> Núcleo de estudos da Pós-Graduação em Psicologia Social, coordenado pela Prof.<sup>a</sup> Maria do Carmo Guedes.

Essas duas motivações aqui expostas – o enraizamento na profissão e no meu estado de origem, bem como a produção de mais estudos sobre história da psicologia em Mato Grosso – ao serem associadas à motivação inicial, a realização de uma pesquisa de mestrado, mobilizaram um levantamento de informações que gerariam os questionamentos dos quais este trabalho é produto. Os fenômenos identificados foram: a) a formação universitária em psicologia iniciou-se no fim dos anos 1950; b) a primeira psicóloga a chegar em Mato Grosso era oriunda deste estado e retornou ao mesmo no final da década de 1960; c) dois cursos de psicologia surgem em Mato Grosso do Sul que se caracterizava enquanto parte de Mato Grosso no período entre 1967 e 1975; d) no final da década de 1980 surge o primeiro curso de psicologia em Cuiabá, capital do estado.

Neste momento é necessário introduzir ao leitor um dado histórico: dentre as muitas mudanças no território geopolítico do Brasil, Mato Grosso sofreu uma mudança que é significativa para este estudo. O Estado de Mato Grosso<sup>2</sup> foi fundado em 1748, quando separou-se da capitania de São Vicente, e seu território sofreu dois desmembramentos, a separação de Rondônia, em 1943, e de MS em 1977. Neste trabalho, os territórios dos quais tratamos são tanto o Estado de Mato Grosso quanto os que surgem em 1977, MT e MS. Com a Figura 1, podemos ver como esses territórios estavam divididos em 1978:

**Figura 1:** Mapa do Brasil com as divisões geopolíticas em 1978.



Fonte: Koogan Larousse (1979 apud <http://www.historia-brasil.com/mapas/seculo-20.htm>)

<sup>2</sup> A partir daqui nos referiremos aos atuais estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul como MT e MS, respectivamente. Quando se tratar do estado que separou-se da capitania de São Paulo em 1748 e desmembrou-se em 1977, o chamaremos de Estado de Mato Grosso.

Esboçadas essas observações, o que nos chamou a atenção sobre as quatro informações acima expostas foi que a chegada da primeira psicóloga no Estado de Mato Grosso, Eugênia Paredes, ocorre em 1969, sete anos após a regulamentação da profissão de psicólogo no Brasil que, além de outras proposições, foi responsável pela regulação dos cursos de psicologia de modo a assegurar a legitimidade dos profissionais formados a partir deste período. Nesse mesmo momento surgiam em MS os primeiros cursos de psicologia, primeiro em Corumbá em 1967, na Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT) – atual Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) - e posteriormente em Campo Grande em 1975, nas Faculdades Católicas Unidas de Mato Grosso – atual Universidade Dom Bosco (UCDB). Por outro lado, o primeiro curso de psicologia de Cuiabá, capital do Estado de Mato Grosso e do MT, por outro lado, surge somente em 1989 pelo Instituto de Ensino Superior de Cuiabá (IESC)– atual Universidade de Cuiabá (UNIC).

Esse cenário suscitou uma aparência de atraso do surgimento do curso de psicologia em MT, de forma que a primeira questão que elaboramos foi: *“qual seria a causa do “atraso” do aparecimento do curso de psicologia na capital, Cuiabá”*. Essa impressão de um “atraso” foi reiterada quando observamos que em outras unidades federativas, como Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Goiás, a formação de psicólogos aconteceu primeiramente nas capitais.

Para responder à questão do “atraso”, iniciamos tentando compreender o surgimento do Estado de Mato Grosso e sua posterior divisão em duas unidades federativas em 1977. Na ocasião, nos deparamos com poucas produções sobre a história geral de MT, e observamos que grande parte dos estudos se concentravam em acontecimentos específicos da história do estado. A única obra que tivemos acesso naquele momento sobre o tema datava de 1969 – “História de Mato Grosso”, escrito por Virgílio Corrêa Filho –, uma década anterior à separação do estado e duas décadas antes da fundação do primeiro curso de psicologia.

Diante disso, a via encontrada para debater a questão mencionada foi o aprofundamento nos estudos historiográficos que nos permitiu identificar a obra intitulada “A divisão do Estado de Mato Grosso: uma visão história” de Jovam Vilela da Silva, publicada em 1996, que abordou a discussão especificamente da divisão do estado. Contudo, a resposta sobre a separação de MS do MT não nos aproximou da questão do “atraso”, visto que não revelou os elementos concretos sobre o hiato de mais de vinte anos

entre o surgimento do primeiro curso de psicologia em Corumbá, em 1965, e a fundação do primeiro curso de psicologia em Cuiabá, em 1989.

No transcorrer da formulação dessa primeira inquietação, também iniciei os estudos sobre o materialismo-histórico-dialético. Associado à tentativa de coerência teórico-metodológica e as informações insuficientes sobre os vinte anos de hiato entre os cursos da UEMT e da IESC, resolvemos investigar quais eram as condições particulares do MT para a criação de seu primeiro curso. Em vista disso, realizamos a leitura da obra “*A Urbanização Brasileira*” de Milton Santos por compreendermos que a sistematização do desenvolvimento urbano brasileiro realizado pelo autor, além de partir do mesmo referencial teórico-metodológico, também abrangia discussões sobre as condições concretas do MT em diversos momentos históricos.

As contribuições de Milton Santos (2013) sobre a forma como o Brasil se urbanizou nos direcionou à análise da ocupação do território mato-grossense sem desconsiderar dois aspectos importantes para um estudo que se sustenta no materialismo histórico-dialético: o primeiro concerne à particularidade do desenvolvimento do Capital no Brasil e o segundo se refere a forma peculiar como este processo se desdobrou na organização do território nacional.

Dessa forma, ao longo do desenvolvimento desta pesquisa buscamos responder à questão “como deu no que deu”, emprestando as palavras de Darci Ribeiro. Por isso, o problema sobre o qual nos debruçamos no decorrer desses anos, não foi especificamente sobre a particularidade da formação do território mato-grossense, ou sobre as condições do desenvolvimento da profissão e sua formação no estado à época da criação do curso da UNIC; mas, sobre “quais foram as condições concretas para a fundação do primeiro curso de psicologia da capital do estado, Cuiabá, em 1989”.

Isso posto, para responder à questão colocada, o trabalho se sustenta em cinco partes. No primeiro capítulo, iniciamos nossa exposição explicando as implicações de nossas escolhas teórico-metodológicas no desenvolvimento da pesquisa. Seguido da exposição dos procedimentos de coleta e análise dos dados.

No segundo capítulo, decidimos caracterizar o desenvolvimento histórico do território mato-grossense como produto do desenvolvimento do Capital brasileiro desde o período colonial até a data da fundação do curso. Essa opção está relacionada a dois fatores: a) na acesso que tivemos à literatura que discute os aspectos gerais sobre o desenvolvimento histórico do Brasil, o Estado de Mato Grosso, MT e MS aparecem raramente, fazendo com que, mesmo os interessados por essa disciplina, tenham pouco

contato com as especificidades da formação desses lugares; b) a partir da leitura de algumas obras de Milton Santos, percebemos alguns elementos que demonstram que a explicação da particularidade de MT que desconsidera a análise do Capital no país e o território como categoria importante para a discussão omite aspectos necessários a um estudo que se pretende concreto. Enfatizamos algumas épocas, especialmente a colonização e a Ditadura Civil-Militar, por se tratar dos momentos históricos que produziram a nova colonização dos “espaços vazios” do país e outros eventos que são de importantes para a caracterização da situação do estado no momento da fundação do curso.

No terceiro capítulo, discorremos sobre as peculiaridades da formação em psicologia no país. Discutimos alguns pressupostos que permearam os projetos de formação profissional do século passado, de maneira que o leitor pudesse compreender quais elementos que constituíram a psicologia estavam disponíveis no momento histórico em que o curso foi formado e quais as possíveis alternativas que a realidade evidenciou aos idealizadores do curso no momento em que ele foi proposto.

No quarto capítulo apresentamos as análises realizadas nesta pesquisa. Partimos da discussão sobre as condições gerais para a fundação de um curso de psicologia. Partimos da atualidade, da pluralidade dos cursos existentes no atual momento histórico, de modo a analisar como o desenvolvimento do Capital brasileiro e do território mato-grossense e sul-mato-grossense produziram especificidades nesses espaços. Com base nessas formulações, esboçamos um conjunto de aspectos envolvidos na criação do curso da UNIC, a partir de uma análise documental, e descrevemos as características específicas do território, da formação e da cultura que estavam presentes na formulação do projeto e na fundação do curso.

Com essa pesquisa, pudemos observar que o desenvolvimento do território brasileiro, em especial a expansão das áreas produtivas do país, as discussões sobre a profissão nas décadas de 1970 e 1980 e a estrutura burocrática do CFE foram importantes para a formação do curso de psicologia de Mato Grosso.

## **Da pesquisa: ou das orientações teóricas aos procedimentos de coleta e análise de dados.**

No processo de realização desta pesquisa foram levantadas algumas questões, que extrapolam o nosso problema, por conta do tema que nos dispusemos a estudar. Por um lado, por se tratar de um trabalho que se pretendeu historiográfico, precisávamos nos familiarizar com alguns elementos específicos dessa ciência. Por outro lado, por esta dissertação ter sido escrita em um programa de pós-graduação em psicologia social, não poderíamos desconsiderar as contribuições dessa área sobre o nosso tema.

Diante dessas colocações, compreendemos que partir do materialismo-histórico-dialético seria o início da resolução. Posicionar teoricamente quais são as premissas que orientam nossa escrita da história também contribui para a explicitação das contribuições da psicologia para este estudo. Contudo, na tradição marxista há um vasto número de constelações teóricas como observado por Netto (1998) – por exemplo, as possibilidades entre Lenin e Trotsky, Althusser e os Frankfurtianos, Kosik e Sanchez-Vázquez. Por isso, explicitamos nossa posição emprestando as palavras de Antunes (1998):

O homem é concebido, nessa perspectiva [materialismo-histórico-dialético], como um ser eminentemente histórico. Diferencia-se dos outros animais porque age sobre a natureza, transformando-a em função de suas necessidades; projeta suas ações com base nas finalidades a que se propõe antecipadamente; pela ação humaniza o mundo e humaniza-se, produzindo historicamente sua existência. No seio desse processo o homem cria as ideias, as quais expressam as ações e as relações que ele estabelece com o mundo natural, os outros homens, consigo mesmo e com as próprias ideias. (ANTUNES, 1998, p.364).

Dessa forma, diante das possibilidades interpretativas da obra marxiana, nos posicionamos com aquelas que apreendem a história como produto da ação humana na realidade (MARX & ENGELS, 2007). Bem como, consideramos que os seres humanos também possuem suas condições reais de existência determinadas pela história (MARX, 2015) – por exemplo, as pessoas que nasceram antes da invenção da imprensa tinham acesso mais restrito ao que havia sido escrito. A ação humana se diferencia das executadas por outros animais, entre outras coisas, pelo planejamento, que antecipa o produto da atividade no psiquismo, ou seja, idealmente, e orienta a escolha das formas mais efetivas de objetivar o plano (LUKACS, 2013). Essa posição de finalidades – a projeção de um objetivo futuro para um objeto no presente –, acontece no espaço e no tempo, portanto, possuem suas possibilidades determinadas pela história da ação humana na realidade disponível àqueles incumbidos de promover determinada tarefa (LUKACS, 2013).

Nesse sentido, podemos compreender que a realização da ação humana, seja de um indivíduo ou de um grupo, também se caracteriza no produto das relações envolvidas nessa atividade – o acesso ao conhecimento, aos materiais e ao treinamento necessário para a efetivação do planejamento idealizado é fruto das relações estabelecidas para a organização das atividades necessárias ao grupo em que ela se insere (LUKACS, 2013). De maneira que, se história é o desenvolvimento do trabalho humano em dado momento e em certo lugar, podemos dizer que é na história de um grupo social que a história da humanidade, do gênero humano, é produzida. Da mesma forma, a história dos indivíduos também singulariza elementos da história da humanidade (LESSA, 2012).

Essa breve exposição da teoria da história que orientou este trabalho nos direciona a uma resposta para a questão historiográfica. Ela, enquanto uma ciência, não deve ter como objeto o passado em si, visto que fatos agrupados em um mesmo momento histórico não implicam num estudo rigoroso e científico (BLOCH, 2001). O objeto do historiador, para Marc Bloch, é o estudo dos homens, e mulheres, no tempo (BLOCH, 2001). Por essa perspectiva, o que os historiadores estudam é considerado real, de forma que o produto da historiografia contém fatos verificáveis, diferente de ficções construídas e narradas de acordo somente com a imaginação do autor. Isso porque, consideramos estar realizando um estudo da realidade concreta que, segundo Marx, é síntese de múltiplas determinações (MARX, 2011). Contudo, não acreditamos que o conhecimento da realidade concreta é exaustivo, justamente porque uma das características do próprio trabalho é ser orientado por um objetivo que rege a investigação dos meios para a sua objetivação (LUKACS, 2013).

Quanto a questão da psicologia social, a exposição de nosso posicionamento diante da tradição marxista também nos aproxima de respostas. Tal como a história, a psicologia se posiciona frente às questões que emergem da realidade, segundo Antunes (2005, p.105), ela “é uma produção histórica que expressa uma leitura determinada da realidade, concretizada nas e pelas relações que estabelece com múltiplos fatores, dentre eles, os sociais, políticos, econômicos, culturais, etc.” Desde o seu início essa área da psicologia é formulada a partir da dicotomia entre subjetividade e objetividade e as formas encontradas para a definição do objeto e de como estudá-lo ora privilegiavam a centralidade do indivíduo, ora a dos grupos sociais (GONÇALVES, 2005). Nosso posicionamento frente a essa questão é por meio da psicologia social sócio-histórica que enfoca o que foi produzido na relação indivíduo-sociedade, que é compreendida “a partir da gênese histórica da atividade social do indivíduo que se apropriou dos significados

sociais, atribuindo-lhes sentidos pessoais” (GONÇALVES, 2005, p.103). Por isso, um estudo historiográfico que pretende considerar as contribuições da psicologia social deve partir da concepção de que:

Essa atuação do psicólogo se concretiza de forma direta (no caso do terapeuta) ou indireta (no caso do pesquisador) na relação que empreende com os indivíduos singulares, sejam estes como um conjunto que forma uma comunidade ou um indivíduo de *per se*, buscando possibilitar uma determinada mudança e/ou transformação dessa comunidade e/ou de um determinado indivíduo dessa comunidade (OLIVEIRA, p.25-6)

Nesse sentido, considerando as questões postas pela historiografia e pela psicologia social, a coleta de dados foi realizada com a perspectiva de apreender as condições para o surgimento do primeiro curso de psicologia de MT. Para isso, ao compreendermos que ele consiste em um fenômeno social complexo que envolve tanto o planejamento de um grupo de pessoas, responsáveis ou não por sua execução, bem como de uma análise e aprovação do Estado para a sua operação e sua execução, buscamos fontes que nos permitissem o acesso ao tipo de dados necessários para a investigação desejada.

Contudo, o tempo, como diria Guimarães Rosa (2001), é o mágico de todas as traições. A ênfase que atribuímos em um estudo historiográfico que partisse de documentos nos tomou o tempo que seria necessário para um levantamento documental que proporcionasse um aprofundamento nas questões da singularidade. Dessa maneira, os documentos foram selecionados com dois objetivos: a) estabelecer uma base para a análise da conjuntura histórica na qual o curso de psicologia da UNIC surgiu; b) compreender o processo burocrático-estatal para o surgimento do curso e suas especificidades. Eles foram coletados em bancos de dados disponíveis na internet que consistem em: relatórios do MEC e do IBGE para o primeiro objetivo e pareceres e despachos de câmara produzidos pelo MEC para a aprovação do curso e de resoluções e leis que regem o funcionamento das universidades, para o segundo.

Para analisar os documentos utilizamos o procedimento de análise de conteúdo. Nossa escolha por esse método de análise ocorreu pela possibilidade interpretativa que não enfoca somente na discursividade ou na linguagem, mas que considera o documento como a fonte dos vestígios. Nesse tipo de análise, segundo Bardin (2002, p.39), “o analista é como um arqueólogo. Trabalha com vestígios: os “documentos” que pode descobrir ou suscitar. Mas os vestígios são a manifestação de estados, de dados e de fenômenos. Há qualquer coisa para descobrir por e graças a eles”. A análise de conteúdo, portanto, consiste em:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações que tende a proporcionar indicadores (quantitativos ou não) por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, permitindo a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens. (BARDIN, 2002, p.32).

### Das fontes

Neste trabalho, por também se tratar de um estudo historiográfico, os documentos coletados são tratados como fontes. Eles foram organizados de acordo com seu tipo e seu conteúdo. O primeiro grupo é composto por fontes referentes ao estado atual das instituições e cursos de psicologia e sobre as condições históricas nas quais surgiram. No segundo, estão os documentos burocrático-estatais para a produção do curso da UNIC.

O primeiro grupo foi organizado com base relatórios emitidos pelo Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior, disponível no site e-mec.gov.br<sup>3</sup>, como também se fundamenta nos relatórios do IBGE.

O segundo grupo foi organizado com documentos que vão de 1984 a 1988. Ele começa com uma resolução que trata sobre a autorização de novos cursos e vagas em Instituições de Ensino Superior (IES) não universitárias e termina ao parecer que autoriza o funcionamento do curso de Psicologia da UNIC. Como pode ser visto na tabela abaixo:

**Quadro 1:** Documentos relacionados a criação do curso de psicologia da UNIC, organizados cronologicamente de 1984 a 1988

Documento	Data	Objetivo	Conteúdo.
Resolução nº 15	29/10/1984	Fixar normas para a autorização de funcionamento de cursos de graduação e aumento de vagas em cursos já existentes	Estabelece os critérios a serem utilizados na análise dos projetos de cursos de graduação pela Comissão de Ensino Superior do Conselho Federal de Educação
Parecer nº 1.098	02/12/1987	Análise de cartas-consulta para fundação de cursos de Psicologia e Comunicação Social	Apresenta um estudo e a análise da Câmara de Planejamento do Conselho Federal de Educação sobre

<sup>3</sup> Segundo o site, o cadastro e-mec foi “regulamentado pela Portaria Normativa nº 21, de 21/12/2017, base de dados oficial dos cursos e Instituições de Educação Superior - IES, independentemente de Sistema de Ensino. Os dados do Cadastro e-MEC devem guardar conformidade com os atos autorizativos dos cursos e das IES, editados pelo Poder Público ou órgão competente das instituições nos limites do exercício de sua autonomia”.

			curso de diversas regiões do país
Despacho de Câmara nº 125	14/04/1988	Autorização de exame do projeto do curso de psicologia da UNIC	Solicita esclarecimentos à IES responsável pelo curso sobre informações que não foram compreendidas ou precisam ser modificadas
Parecer nº 416	06/05/1988	Autorização do projeto para o funcionamento do curso de psicologia da UNIC	Autoriza o projeto de curso para ser homologado pelo MEC e apresenta informações sobre a situação da instituição e do curso
Parecer nº 911	04/10/1988	Autorização do funcionamento do curso de psicologia da UNIC	Apresenta a análise da Comissão Verificadora das instalações nas quais o curso seria realizado e faz alterações no projeto do curso

Fonte: Dados organizados para esta pesquisa.

### Da coleta dos documentos

O processo de busca dos documentos que utilizaríamos nesta pesquisa foi trabalhoso, pois, como dito anteriormente, a realização de um estudo historiográfico que se baseia em documentos exige um conhecimento sobre onde procurá-los que não dispúnhamos quando iniciamos. A peculiaridade dos dados, um curso específico, do século passado, antes da era da informática, também dificultou o acesso aos documentos.

Dessa maneira, os primeiros documentos encontrados foram os relatórios emitidos pelo cadastro e-mec, seguidos dos realizados pelo IBGE. Por estarem disponíveis on-line, estavam mais acessíveis e eram mais simples de procurar. Não necessitou um conhecimento da linguagem específica dos documentos oficiais para que fossem encontrados.

Os documentos emitidos pelo MEC no século passado, por outro lado, foram mais difíceis de acessar. Iniciamos sua busca entrando em contato com a IES responsável, mas não obtivemos resposta, tanto por e-mail quanto pessoalmente. Só em uma visita feita ao

Centro de Documentação Histórica do CRP-06 que pudemos conhecer sites nos quais poderíamos encontra-los. O responsável pelo acervo<sup>4</sup> nos orientou a procurar no banco de dados do Domínio Público e, quando acessarmos seu endereço eletrônico, identificamos a possibilidade de “Pesquisar por conteúdo” e encontramos o Parecer do CFE n.911/88 que “autoriza o funcionamento do curso de psicologia” da UNIC.

Por recomendação do técnico responsável pelo acervo do CRP-06, também enviamos um pedido de acesso às informações relacionadas ao curso para o Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC). Em resposta, a Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Educação nos enviou em anexo os Pareceres do CFE n.1098/87 e n.416/88, bem como a Resolução do CFE n.15/84 e o Despacho de Câmara n.125/88.

Apesar da riqueza de material com a qual nos deparamos, não conseguimos encontrar os documentos que foram enviados pela IES para a análise do CFE. Em contato com o e-SIC descobrimos que eles não ficavam armazenados no MEC e que quem possivelmente teria posse deles seria a própria instituição, que não havia retornado nossos contatos. Nesse processo de busca e coleta dos documentos, descobrimos algumas informações em conversas pessoais com algumas psicólogas que estavam em Cuiabá na época da criação do curso, mas, por conta do tempo despendido na busca dos documentos não realizamos entrevistas com essas profissionais.

---

<sup>4</sup> Agradecimento especial a Marcos Toledo, biblioteconomista responsável pelo acervo histórico do CRP-06.

## **Do Brasil ao Mato Grosso: sobre o desenvolvimento do estado e sua conjuntura na época da fundação do primeiro curso desde a particularidade da relação capital-trabalho no Brasil**

O curso de Psicologia em questão, fundado em 1989, faz parte de uma rede complexa de fenômenos sociais e, por isso, nos deteremos em alguns aspectos do desenvolvimento histórico brasileiro para que possamos inserir a criação do curso na conjuntura da qual faz parte. Partimos da discussão sobre a relação entre formação social, modo de produção e território elaborada por Milton Santos (2013, 2014b), considerando o debate em torno da relação capital-trabalho e o desenvolvimento histórico do Brasil presentes em Santos (2012), Santos Neto (2015) e Behring & Boschetti (2011), e também a particularidade mato-grossense nessa discussão a partir dos trabalhos de Pereira (1995), Sá (2011) e Silva (1996).

O objetivo deste capítulo é descrever brevemente a conjuntura histórica do país e do Estado como um processo inserido no tempo e no espaço. Dado o espaço limitado de que dispomos, nossa descrição dos eventos e acontecimentos se limitou ao que julgamos necessário para o fim para o qual direcionamos este texto, seguindo o rigor pela referência teórico-metodológica utilizada.

Optamos pela divisão do texto em períodos históricos visando uma apresentação didática e uma localização temporal menos difusa. Contudo, reconhecemos que os fenômenos não começam e/ou terminam quando um período se inicia ou finaliza. Os fenômenos sociais fazem parte do desenvolvimento complexo de uma dada sociedade, num determinado espaço e tempo específicos e, por isso, eventos históricos devem ser inseridos na conjuntura da qual surgem. Por isso, começamos nossa exposição pelo período Colonial por dois motivos: 1) MT como um território<sup>5</sup> distinto no país surge nesse período e 2) a forma como o território e o modo de produção capitalista foi se configurando no país tem raízes em questões desse período, segundo Santos (2013), Prado Jr (2011) e Mazzeo (2015).

---

<sup>5</sup> Nesse trabalho, o território é compreendido como produto da interação transformadora do ser humano com a natureza. Nesse sentido, Milton Santos escreve que a essência do espaço é social e que “nesse caso, o espaço não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a Natureza. O espaço é tudo isso, mais a sociedade: cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual. Assim, temos, paralelamente, de um lado um conjunto de objetos geográficos distribuídos sobre um território, sua configuração geográfica ou sua configuração espacial e a maneira como esses objetos se dão aos nossos olhos, na sua continuidade visível, isto é, a paisagem; de outro lado o que dá vida a esses objetos, seu princípio ativo, isto é, todos os processos sociais representativos de uma sociedade em um dado momento.” (SANTOS, 2014, p.12).

Antes de iniciarmos a exposição propriamente dita, alguns comentários preliminares para auxiliar a leitura. Reconhecemos aqui a processualidade da história como o desenvolvimento - não fatalista ou finalístico – do ser social. Esse é compreendido aqui como a forma de ser qualitativamente distinta das formas naturais e físicas – plantas e animais, montanhas e vulcões, respectivamente, por exemplo -, que diz respeito às atividades humanas e tudo por elas produzido. Identificamos no modo de produção a categoria que expressa, na história, as formas humanas de relação com a natureza e consigo mesmo. Nas palavras de Marx (1845-1846/2007),

O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da própria constituição dos meios de vida já encontrados e que eles têm de reproduzir. Esse modo de produção não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele é, muito mais, uma forma determinada de sua atividade, uma forma determinada de exteriorizar sua vida, um determinado modo de vida desses indivíduos. Tal como os indivíduos exteriorizam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto com o que produzem como também com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção. (MARX, 2007, p.87)

As formulações sinalizadas acima sintetizam a categoria *modo de produção* para o autor, não devemos compreendê-lo como uma afirmação mecânica na qual compreender o modo de produção seria compreender a individualidade, como se houvesse uma transposição do primeiro para o segundo. Antes, consideramos aqui que as formas como os seres humanos se organizam para produzir suas condições de vida inscrevem as sociedades humanas na história e especificam as questões das mesmas. As formações sociais resultantes dos modos de produção mostram a especificidade de cada sociedade num dado momento histórico. Para Santos (2014b, p.29), “os modos de produção escrevem a História no tempo, as formações sociais escrevem-na no espaço”.

Assim, ao considerarmos o desenvolvimento histórico brasileiro desde a forma como o modo de produção capitalista configurou as relações e o espaço do país, esperamos que nossa breve apresentação auxilie o leitor a compreender a relação que existe entre a evolução do capital no Brasil e a maneira como nossa sociedade respondeu às necessidades evocadas por ela.

### **O período colonial (1500-1822)**

É consenso, na literatura consultada, o caráter dependente do Brasil em relação a Portugal tanto política quanto economicamente nessa época, visto que nosso país era uma colônia. Contudo, no que se refere ao modo de produção presente na colônia brasileira,

partimos da elaboração de Prado Jr (2011) de que o Brasil colônia se inseriu no desenvolvimento do capitalismo comercial europeu como possibilidade de acumulação de capital pela metrópole, que também serviria, posteriormente, como propulsor do desenvolvimento do capitalismo industrial<sup>6</sup>.

Nesse primeiro momento, as relações de produção estabelecidas tinham como base a exploração do trabalho pela mão de obra escravizada africana e indígena e estavam ligadas ao desenvolvimento do capital português. A burguesia que se estabeleceu no país foi gerada em dependência à Coroa portuguesa e respondeu às demandas da produção metropolitana (PRADO JR, 2011; MAZZEO, 2015; SANTOS NETO, 2015). Nessa época, o país tinha como atividade econômica principal a agroexportação e a extração de riquezas naturais. Já a organização territorial era incipiente, nas palavras de Milton Santos (2013) “subordinado a uma economia natural, as relações entre lugares eram fracas, inconstantes, num país com tão grandes dimensões territoriais”.

É nesse momento de expansão comercial portuguesa que surge a capitania de Mato Grosso. Inicialmente, a região que hoje compreende MT, MS e Rondônia, fazia parte da Capitania de São Vicente, atual estado de São Paulo. A ocupação do território mato-grossense se insere no período das monções bandeirantes e foi motivada pela expectativa de achar e explorar ouro e outros metais preciosos na região, conforme relata Silva (1996).

A partir de 1719 chega a primeira monção que, tendo achado ouro, espalhou a notícia que atraiu outras expedições “e, com elas, ferreiros, carpinteiros, alfaiates e outros artífices necessários à expansão geográfica, provocada pela febre de ouro, que tantos outros haveria de trazer à região” (SILVA, 1996, p.31). Inicialmente a capitania mato-grossense possuía uma extensão territorial maior que o estado homônimo atual, englobando os biomas da Amazônia, Cerrado e Pantanal. Por essa disposição ecológica e geográfica, a ocupação e a utilização das terras se deu de formas distintas nas diferentes regiões que compreendiam o território.

---

<sup>6</sup> Acerca disso, Mazzeo (2015) explica que a particularidade é a forma concreta da realização dialética entre o universal e o particular, ou seja, que o modo de produção capitalista (enquanto universalidade) se exprime nas formas particulares concretas da realidade. Por isso, diz Mazzeo (2015, p.71), “se temos a formação de uma estrutura escravista nas colônias americanas, esta aparece como uma formação (social) particular de universalidade capitalista”.

**Figura 2** – Mapa das Capitânicas do Brasil no final do século XVIII



Fonte: Araújo (2015).

Na região cuiabana, centro do território mato-grossense – como pode ser visto na Figura 2 - a apropriação do espaço se deu no confronto com os povos indígenas presentes na região visando, principalmente, a extração do ouro. Por isso, os colonos que se instalaram naquela localidade não se fixaram em um ponto exclusivo, atrasando a construção de cidades e vilas. Nas palavras de Araujo (2015)

Virgílio Correia começou a sua História do Mato Grosso dizendo que ali não era nem mato, nem grosso (Correia Filho, 1969). Mas se o nome mente na geografia, diz a verdade na história. Porque o mato grosso é o nome do desconhecido. É a imagem da dificuldade de atravessamento que se projectou para todo o interior da América, reunindo numa única expressão a força da natureza e os perigos que ela encerrava. O mato grosso é a projecção simbólica de uma barreira. É por isso muito interessante que este nome se tenha mantido. Porque ao longo de todo o processo de efectiva construção territorial que se opera no Mato Grosso, a ideia básica que lhe está subjacente é, precisamente, a da barreira. (ARAUJO, 2015, s/p)

Dessa forma, mesmo que o território mato-grossense contivesse grande quantidade de terras e uma variedade de biomas possivelmente produtivos, a atividade econômica nessa região que interessou a Coroa portuguesa foi a extração de ouro. Se no primeiro momento ela envia monções para a exploração das minas auríferas, quando constata a condição do metal encontrado naquele espaço – ouro de aluvião -, deixa de investir na extração desta região. Nesse momento, século XVIII, a atividade econômica

predominante do estado era a exploração do ouro, seguida da economia de subsistência, o cultivo da cana-de-açúcar e da pecuária. Nas palavras de Pereira (1995):

[...] quando acontecia episódico crescimento da extração aurífera, havia como resultado gradual transferência de forças produtivas de outras atividades para as nascentes explorações desse mineral. Essas transferências eram lideradas pela migração da força produtiva trabalho, que, basicamente, foi composta por trabalhadores “livres”, escravos negros e índios. Dessa maneira, deduz-se que as demais atividades econômicas tiveram, no grau do dinamismo da produção de ouro, elemento determinante e decisivo das suas produções. (PEREIRA, 1995, p.63)

Observa-se que nesse período a relação de dependência colonial já configurava as possibilidades de ocupação territorial e da atividade produtiva nas regiões brasileiras, em especial na mato-grossense. A barreira do espaço de MT se deu pela dificuldade de acesso à região e pela constante disputa de território com a população indígena já presente na região. Aliado a isso o interesse exploratório de Portugal pela colônia brasileira direcionou a metrópole a investir pouco no desenvolvimento técnico da produção agroexportadora na região e na conexão territorial desse espaço com outras regiões do país (PEREIRA, 1995; SANTOS, 2013).

Acerca dessa forma de ocupação e desenvolvimento de atividades comerciais na colônia pelos portugueses, Santos (2012) escreve:

A abordagem dessa relação entre ocupação do território e exploração econômica de suas potencialidades reforça a tese de uma colonização predatória cujas atividades entravam em colapso por falta de investimentos e melhoramentos técnicos – um contrassenso sem chances de competir num mundo que descobre cada vez mais formas de controle da natureza pela ciência. (SANTOS, 2012, p.58)

O objetivo exploratório da metrópole dificultou o desenvolvimento das atividades comerciais e manufatureiras no país, nesse período. Essa característica restritiva, que limitava o desenvolvimento da atividade produtiva somente à extração de riquezas naturais e da agroexportação, que, aliada as intempéries sofridas pela Coroa portuguesa – a saber, a fuga da nobreza lusitana para o Brasil -, culminaram na independência do Brasil. Neste momento a Inglaterra já havia passado por sua revolução industrial e o capitalismo estava se modificando, transitando do capitalismo comercial ao industrial que “colocava na ordem do dia a remoção das barreiras ao livre acesso aos mercados mundiais para escoar sua crescente produção, revolucionada por descobertas técnico-científicas” (SANTOS, 2012, p.59).

Assim, a ocupação do território no país nesse período se deu de forma mais espontânea na maioria do território nacional. A relação colonial exploratória que Portugal

mantinha com o Brasil direcionava a ocupação intencional de espaços para controle administrativo das capitanias. Nas regiões em que a atividade produtiva não era tão intensa, como em MT, a concentração populacional era menor e a apropriação do território se dava direcionado à produção das condições de vida (PEREIRA, 1995; SANTOS, 2013).

### **O período monárquico (1822-1889)**

A vinda da família real para a, então, colônia brasileira em 1808 é um marco do início da crise do sistema colonial. Com a instituição das primeiras faculdades no território, a abertura dos portos e, assim, do comércio direto entre a produção brasileira e o capital internacional. A proclamação da independência do Brasil de Portugal vem, assim, responder, dentre outras coisas, às necessidades do desenvolvimento do capital internacional, em especial da Inglaterra. Nas palavras de Santos Neto (2015, p.158):

O estabelecimento da família real portuguesa no Brasil e o aprofundamento das relações comerciais com a economia mais desenvolvida da Europa aceleraram a crise do sistema colonial mercantilista e a necessidade de superação do trabalho escravo. Isso porque o trabalho escravo, no decorrer do século XIX, passava a ser mais oneroso e menos produtivo do que o trabalho assalariado.

Essa mudança na relação colonial entre a Coroa lusitana e a colônia brasileira ocorreu, segundo análise do mesmo autor, pela não dinamização das atividades produtivas pelos portugueses. Santos Neto ainda observa que Portugal foi pioneiro na atividade de exploração colonial, mas a atividade, em geral, extrativista nas suas colônias fizeram com que a metrópole não buscasse explorar outras atividades produtivas, ou desenvolver as já existentes nas colônias. Portanto, a superexploração do trabalho escravo não foi abandonada pelo capital brasileiro quando se tornou independente, visto que os meios de produção, isto é, a força de trabalho e os instrumentos necessários à produção, eram pouco desenvolvidos no país. Para Mazzeo (2015, p.94):

O rompimento com a metrópole, então, se dá pela própria incapacidade portuguesa em atender as premissas adaptadoras das classes que detinham o poder no Brasil e, obviamente, pelo quadro econômico engendrado pelo capitalismo industrial. Nesse sentido, coloca-se, agora mais claramente, a questão central que se desdobra desse processo: sabemos que o elemento desencadeador do processo emancipacionista é a própria crise do sistema colonial.

Essa crise, que tem como um de seus momentos a Independência do Brasil, em 1822, não significou, entretanto, o fim da relação de dependência do capital brasileiro do

capital europeu. O desenvolvimento do capitalismo no Brasil requeria o abandono da produção baseada nas relações escravistas e o surgimento e instituição do trabalho assalariado como a forma principal da relação capital-trabalho. Segundo Santos Neto (2015, p.32)

A destituição dos trabalhadores dos meios de produção e dos meios de subsistência é condição primordial para a emergência do modo de produção genuinamente capitalista. O trabalhador destituído dos meios de produção e subsistência é obrigado a vender a sua força de trabalho para garantir a reprodução de sua existência orgânica e social. O trabalhador livre, leve e solto é condição elementar para a emergência do trabalho assalariado e da forma genuinamente capitalista.

O desenvolvimento do capitalismo no Brasil não se inicia nesse momento, mas desde a ocupação portuguesa do território brasileiro. Contudo, é neste momento de crise do sistema colonial que o país passa a não responder as necessidades do desenvolvimento do capital mediado pela relação com a metrópole e começa a atender aos interesses da acumulação de capital europeia que, nesse período, está iniciando a configurar seu domínio como imperialista. Para Santos Neto (2015, p.160)

Com o fim do monopólio português sobre a economia brasileira, o controle nacional passa às mãos inglesas, que farão todos os esforços na perspectiva de assegurar o sistema de produção voltado para atender às demandas externas e a ampliação do mercado interno para os produtos industrializados.

O fim da superexploração do trabalho escravo ocorreu, então, sob pressão dos ingleses, que tinham interesse na expansão do mercado consumidor internacional mediante a universalização do trabalho assalariado, o Brasil foi forçado a abolir o tráfico de escravos. Isto inviabilizou a exploração do trabalho da população africana escravizada porque o modo como essa ocorria – pelo castigo excessivo – e as condições climáticas do país – que aliadas as primeiras diminuía o tempo de vida dessas pessoas - diminuía as condições de reprodução e de existência dela, com uma taxa de natalidade e idade média dessa população muito baixa (SANTOS NETO, 2015). E, apesar de haver a formação de pequenas indústrias nesse período, a economia brasileira ainda era calcada na agroexportação, agora com a importação de mão de obra estrangeira, além da mão de obra escrava ainda presente na maior parte desse período.

A organização territorial do país também sofreu mudanças. Quando colônia, as diversas capitanias brasileiras respondiam diretamente à um poder externo, assim, a ocupação dos espaços ocorria de acordo com os interesses exploratórios da metrópole. Desde a instalação da Coroa portuguesa no Brasil ocorreu uma centralização do poder e dos interesses político-econômicos em uma região e passou-se a orientar a produção e a

apropriação de terras de acordo com as demandas internas do país – que, por sua vez, respondia às demandas do capital internacional (MAZZEO, 2015; SANTOS NETO, 2105).

Entretanto, essa mudança não foi tão significativa, como nos mostra Milton Santos (2013) que descreve que nesse momento, “tratava-se muito mais de geração de cidades, que mesmo de um processo de urbanização, subordinado a uma economia natural, as relações entre lugares eram fracas, inconstantes, num país com tão grandes dimensões territoriais” (SANTOS, 2013, p.22). MT não era diferente. As atividades desenvolvidas na província ainda eram voltadas à subsistência e a extração do ouro. É só no final desse período que as atividades agrícolas assumem destaque no sul do Estado que passa a produzir Erva-Mate em latifúndios. Fato curioso para época é que em 1872 a população total em Cuiabá, de 35.987, era superior à de São Paulo, de 31.385, que se explica pela descoberta de novas minas auríferas na região cuiabana (SANTOS, 2013, p.153). Nos anos que seguem essa data a capital paulista cresce e se adensa populacionalmente, enquanto Cuiabá desaparece do índice das maiores cidades do país (SANTOS, 2013).

Esse é um período que se caracterizou pela mudança dos interesses político-econômicos que dirigiam a atividade produtiva do país, que passou do interesse metropolitano para o brasileiro. Contudo, essa mudança se mostrou somente aparente, visto que, ela ocorreu pela submissão dos interesses nacionais as necessidades do capital internacional. Relação esta que irá mediar muito do desenvolvimento do capital brasílico na época a seguir.

### **A República Velha (1889-1930)**

Esse período republicano inicial é marcado pela imposição dos interesses da burguesia agroexportadora por meio da alternância de poderes entre presidentes ligados aos grandes proprietários de terras paulistas e mineiros. Ele teve início com uma intervenção militar, segundo Santos (2012), e teve essa instituição como uma das principais sustentadoras dessa forma de governo. Também é marcado pela instituição do trabalho assalariado como o regime de trabalho predominante no país. O crescimento da indústria também é uma das características deste período, provido pelo capital financeiro internacional, especialmente o inglês.

O marco inicial desse período tratou-se da Proclamação da República que, em muito, foi impulsionada pela abolição da escravidão. Entre outros fatores, a assinatura da

Lei Áurea, em 1888, caracteriza uma contradição nos interesses da burguesia nacional - que, neste período, se divide basicamente entre o capital agrário e o capital mercantil-industrial -, a qual é evidenciada pela dependência dos grandes proprietários de terra do comércio e exploração do trabalho escravo, simultaneamente à necessidade dos comerciantes e, depois, dos industriais da criação do mercado de trabalho e do exército industrial de reserva (SANTOS NETO, 2015).

Além disso, essa época é caracterizada pelo o acúmulo de capital possibilitado pela monocultura e agroexportação do café e do capital comercial presente no país no final do século XIX e suas repercussões nas relações de produção. Nas palavras de Santos Neto (2015, p.40)

O capital industrial emerge como uma extensão do capital cafeeiro, e uma fração da classe dos empresários do café passa a investir uma parte do capital excedente emanado deste setor juntamente com representantes da burguesia europeia que se deslocam para essas praças. (SANTOS NETO, 2015, p.40).

Com esse deslocamento do capital internacional para a expansão da indústria brasileira – na forma de financiamento de maquinário, antigo, para a indústria, especialmente a têxtil – foram criadas a malha ferroviária, portos para o escoamento da produção agrícola, bancos e comércio. Com a presença do capital estrangeiro no país, especialmente em São Paulo, as decisões políticas nacionais são orientadas ao favorecimento dessas relações entre as burguesias nacional e internacional. Vemos nesse período a continuidade da dependência das relações de produção brasileiras do mercado internacional. Para Santos (2012, p.68):

O domínio estrangeiro nas decisões políticas do país durante a República Velha é perceptível quando analisamos a chamada “política de valorização” do café como “saída” implementada, inicialmente pelo governo central e, depois de 1923, pelos estados produtores, especialmente São Paulo, para aliviar as crises de superprodução do café. [...] A “política de valorização” consistia, em poucas palavras, na elevação artificial do preço do café, através da compra de grandes quantidades que tinham o seu ingresso racionado no mercado, fazendo parecer que havia escassez do produto quando na verdade, acumulavam-se imensos estoques que, a partir de 1925, foram sendo sistematicamente destruídos. (SANTOS, 2012, p.68).

Esse primeiro desenvolvimento da indústria e a sistematização da acumulação de capital pela “política de valorização” do café se deu pela pauperização das condições de trabalho. Para dar conta dessas medidas artificiais para garantir seu lucro, a burguesia nacional, no poder desde a Proclamação da República, submeteu a mão de obra escravizada e imigrante a condições de vida paupérrimas. Nas palavras de Santos Neto

(2105, p.210): “além dos baixos salários e das longas jornadas de trabalho, os operários viviam em habitações (cortiços) extremamente nocivas à sua saúde, em que inexistiam saneamento básico e água potável”.

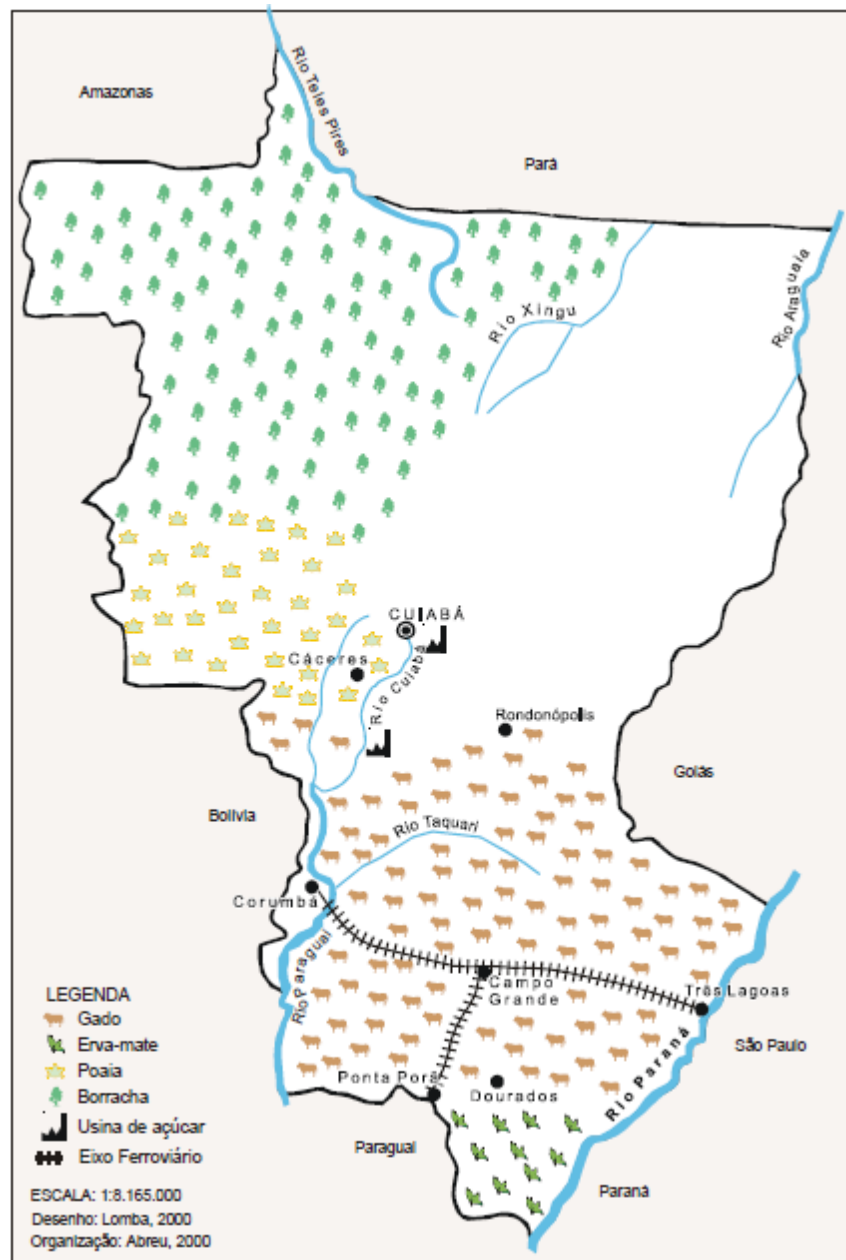
Essa situação é agravada com a quebra da bolsa de Nova York em 1929. Por conta do lugar ocupado pelo Brasil na divisão internacional do trabalho, em especial a agroexportação do café, da artificialidade do lucro da burguesia agrária brasileira – quando o lucro não vinha pela venda das sacas de café, ele era produzido pela queima do excedente da produção e da pauperização das condições de trabalho - e da crise que estabeleceu no mercado mundial, a condição do país como um que exportava produtos não industrializados e não essenciais à produção também entra em crise. Nesse período surge a necessidade da diversificação da produção brasileira, principalmente pelo investimento na indústria, financiado agora, pelos Estados Unidos (SANTOS, 2012; SANTOS NETO, 2015).

A organização territorial do Brasil sofre algumas alterações com a implantação das estradas de ferro e da criação dos meios de comunicação. O que era antes um “arquipélago”, agora passava a se unificar segundo a lógica produtiva vigente. Nessa época ocorre um aumento da população urbana das cidades do Sudeste, principalmente entre as décadas de 1920 e 1940. Segundo Milton Santos (2013, p.29):

De um lado, a implantação de estradas de ferro, a melhoria dos portos, a criação dos meios de comunicação atribuem uma nova fluidez potencial a essa parte do território brasileiro. De outro lado, é aí também onde se instalam, sob os influxos do comércio internacional, formas capitalistas de produção, trabalho, intercâmbio, consumo, que vão tornar efetiva aquela fluidez. Trata-se, porém, de uma integração limitada, do espaço e do mercado, de que apenas participa uma parcela do território nacional. (SANTOS, 2013, p.29)

O Estado de Mato Grosso nesse período não fazia parte dessa integração do território nacional pela construção de estradas, ferrovias, etc. Até o início do século XX não houve movimento de integração dessa região ao desenvolvimento do capital nacional, tornando as atividades produtivas realizadas na região pouco orientadas ao crescimento regional e mais focadas na subsistência ou nas necessidades individuais de grandes proprietários de terra, salvo algumas exceções. Na Figura 3, abaixo, pode-se observar as áreas em que o capital se instalou na região:

**Figura 3:** Mapa das principais atividades econômicas no espaço mato-grossense: início do século XX.



Fonte: Lobato et al. (2010)

Para Pereira (1995), a exploração da borracha e da erva-mate foi importante para o estado no início do período republicano. Para o autor, ambas tiveram grande relevância na produção total do Estado de Mato Grosso até a segunda década do século XX, quando passam a perder sua influência e dimensão. Nas palavras dele, essa atividade se configurou como uma

Contribuição à redução da natureza “nômade” da mão-de-obra, à medida em que as mesmas, além de terem estimulado a fixação dos trabalhadores à terra, subsidiariamente, oportunizaram a realização de algum tipo de criação ou

plantação, as quais tiveram o fito de garantir a produção de alimentos destinados ao autoconsumo. (PEREIRA, 1995, p.75)

A ferrovia, construída no início do século XIX, inaugurada em 1917, não representou uma grande diferença no desenvolvimento do estado como um todo, mas influenciou o crescimento populacional, econômico e de importância política de algumas cidades ao Sul, como Corumbá e Campo Grande. Segundo Silva (1996), a construção da ferrovia seguiu a necessidade do escoamento da produção cafeeira paulista que, inicialmente, construiria uma malha ferroviária que ligaria Bauru-SP ao Paraguai, passando por Cuiabá; contudo, a estrada foi deslocada para a Bolívia passando pelo Sul do estado.

Segundo dados disponibilizados por Milton Santos (2013), entre 1890 e 1920 a população de Cuiabá sofreu alterações distintas de outras capitais do país, passando de 17.825 habitantes em 1890, para 34.393 em 1900, para 33.678 em 1920. Não há uma regularidade no crescimento ou decréscimo da densidade populacional na cidade, apesar dela ter a maior concentração de pessoas em MT. A ocupação do território mato-grossense, então, ainda estava muito vulnerável a mudanças na predominância das atividades produtivas que estavam se fixando no território.

Observa-se, então, que nestas décadas ocorreram grandes mudanças nas relações sociais. Passamos de um governo monárquico a um republicano, a produção e exportação do café pelo Sudeste passou a exercer papel principal no desenvolvimento da economia nacional, o capital estrangeiro passa a auxiliar na instalação das indústrias. Mas, algumas características também permaneceram, a superexploração do trabalho escravizado se converteu em uma superexploração do trabalhador assalariado, as burguesias nacionais, agrária e comercial em ascensão continuam em uma relação de dependência com o mercado internacional. Estas últimas transformações, agravadas pela crise de 1929, são algumas das razões para as mudanças que ocorreram no próximo período.

### **O Estado Getulista (1930-1945)**

A ascensão de Getúlio Vargas à presidência deveu-se às crises política e econômica que o país enfrentava. Foi marcada pela centralização político-econômica no governo federal, que passou a investir no desenvolvimento da indústria brasileira<sup>7</sup> e a

---

<sup>7</sup> Quando escrevemos sobre a industrialização neste momento da história, temos em mente o que Santos (2013, p.30) expõe: “o termo industrialização não pode ser tomado, aqui, em seu sentido estrito, isto é,

regular as relações trabalhistas. Também foi uma época de expansão do sistema informacional, da educação e da urbanização no país.

A crise político-econômica que marcou o fim do período anterior é, também, uma das condições para instituição do governo de varguista. A quebra da bolsa de Nova York trouxe consequências para a economia do país, impulsionando a ascensão da indústria brasileira como a possibilidade de emprego para o grande contingente de trabalhadores que perderam seus trabalhos a partir de 1929. Isto, entretanto, surge num cenário político de descontentamento da classe trabalhadora e dos militares de baixa patente por conta das condições precárias de existência e da pouca possibilidade de participação política de ambos. Vargas, neste cenário, surge como a possibilidade para o desenvolvimento da indústria, por um lado, e para o avanço na garantia de direitos políticos e sociais dos que estavam marginalizados, por outro lado (SANTOS NETO, 2015). Quanto a isso, nas palavras de Santos Neto (2015, p.230):

A *debacle* do setor cafeeiro com a crise de 1929 intensificou a necessidade do desenvolvimento da indústria nacional e da ampliação do mercado interno. A crise requer que o complexo agroexportador desloque parte substancial de seu capital para o complexo industrial. (SANTOS NETO, 2015, p.230).

O desenvolvimento industrial requereu a intervenção do Estado<sup>8</sup>, tanto na construção das vias necessárias para a instalação de indústrias que dessem conta das necessidades nacionais (como veículos motores, aparelhamento elétrico e alimentos), quanto nas relações de trabalho, centralizando o controle dos sindicatos, greves, manifestações, no Estado. O papel dessa intervenção estatal, para Santos Neto (2015), foi possibilitar um espaço favorável ao investimento estrangeiro, especialmente o estadunidense, realizando empréstimos de bancos internacionais para a construção de

---

como a criação de atividades industriais nos lugares, mas em sua mais ampla significação, como processo social complexo, que tanto inclui a formação de um mercado nacional, quanto os esforços de equipamentos do território para torná-lo integrado, como a expansão do consumo em formas diversas, o que impulsiona a vida de relações (leia-se terceirização) e ativa o próprio processo de urbanização”.

<sup>8</sup> É importante frisar aqui que quando fazemos referência ao “Estado”, temos em perspectiva a ideia de um estado burguês. Apesar de alguns autores compreenderem que não houve uma revolução burguesa no Brasil (MAZZEO, 2015; SANTOS NETO, 2015), que este se constituiu numa relação de dependência com a burguesia internacional, desde a proclamação da República temos uma formação política do Estado brasileiro orientado à satisfação da burguesia nacional, que, por estar em relação dependente com o capital internacional, acaba respondendo, em última análise, as necessidades do capital internacional. A respeito da constituição do estado burguês, Marx (2010, p.51) escreveu: “[...] até mesmo nos momentos do seu entusiasmo juvenil levado ao extremo pela pressão das circunstâncias, a vida política se declara como um simples meio, cujo fim é a vida da sociedade burguesa”. Portanto, vemos que desde o início das constituições dos estados nacionais centralizados num poder aparentemente descentralizado, há uma orientação das questões nacionais para a realização das necessidades da burguesia, seja ela nacional ou internacional.

ferrovias, ampliação da malha telefônica e elétrica, criando condições favoráveis a instalação de fábricas estrangeiras no país.

Isso apresenta o caráter do desenvolvimento social brasileiro associado à dependência que a burguesia brasileira mantém com o capital estrangeiro e necessidade da intervenção do Estado para garantir os interesses, principalmente, da burguesia internacional, (SANTOS, 2012) – fenômeno que voltaremos a comentar à frente.

Outro fator que diferencia esse momento do desenvolvimento social brasileiro foi a chegada da indústria automobilística e da mudança da prioridade das ferrovias para a indústria automobilística, segundo Santos Neto (2015, p.237)

O setor automobilístico consegue superar completamente o sistema de transporte ferroviário, à proporção que o automóvel consegue servir de intermédio fundamental no processo de desenvolvimento do mercado interno mediante a superação das barreiras naturais instituídas. (SANTOS NETO, 2015, p.237).

Isso porque o sistema rodoviário era mais barato para se expandir do que o ferroviário, visto que naquela época a criação de estradas não estava atrelada a pavimentação, sinalização, etc., mas só a construção de pontes sobre rios e córregos, o que barateava o custo da construção de rodovias, enquanto que a malha ferroviária exigia um trabalho mais especializado e com materiais com um processo de industrialização mais elaborado e, portanto, mais caros. Este exigia uma soma de capitais muito maior para que se iniciassem suas atividades e o retorno do investimento demoraria muito mais para chegar. Isto não foi capitalizado pela própria indústria brasileira, mas, como mostra Santos Neto (2015, p.239):

Quando se analisa a presença do capital nacional em determinados setores, esta se manifesta através do Estado mediante a locação de recursos captados no exterior. Desse modo, o financiamento da indústria de base nas décadas anteriores servia essencialmente aos interesses do imperialismo norte-americano e às multinacionais. (SANTOS NETO, 2015, p.239).

O investimento estatal na indústria serviu, ultimamente, ao capital internacional na medida em que preparou a infraestrutura necessária para a atração e instalação de fábricas mais complexas, como a automobilística (SANTOS NETO, 2015). Contudo, esse incentivo no crescimento das indústrias brasileiras se deu pelo endividamento externo brasileiro, que sucumbiu ainda mais o capital brasileiro à sua dependência externa, explica Santos Neto (2015, p.225) “[...] o modelo de “substituições de importações”, implementado como alternativa à crise da produção cafeeira, encontrará na década de

1950 sua verdadeira essencialidade: a economia nacional deveria estar subordinada inteiramente aos propósitos das multinacionais e do imperialismo norte-americano”.

Essa nova organização social, marcada pela política de desenvolvimento industrial também provocou mudanças na configuração do território nacional. Especialmente a partir da década de 1940, “[...] os nexos econômicos ganham enorme relevo, e impõe-se às dinâmicas urbanas na totalidade do território [...]” (SANTOS, 2013, p.27), isto porque essa primeira construção de rodovias, da malha elétrica e telefônica possibilita uma criação de uma rede mais organizada de urbanização nas zonas importantes ao desenvolvimento da produção. Até a década de 1920 a parcela da população vivendo nas capitais era menor do que vivendo em outras regiões dos estados - com exceção do Estado de Mato Grosso, Amazonas e Pará, estados que tinham na atividade extrativa sua principal fonte econômica -, fato que passa a mudar a partir da quarta década do século XX. Nos termos de Santos (2013, p.30):

Essa nova base econômica ultrapassa o nível regional, para situar-se na escala do país; por isso, a partir daí, uma urbanização cada vez mais envolvente e mais presente no território dá-se com o crescimento demográfico sustentado das cidades médias e maiores, incluídas, naturalmente, as capitais de Estados. (SANTOS, 2013, p.30).

Dessa maneira, a produção que antes era regionalizada, seguindo demandas locais, especialmente no Estado de Mato Grosso, passa a ser nacionalmente orientada para o desenvolvimento do país. Esse regionalismo também estava presente na ocupação da presidência na economia que foi popularizada como “Café com Leite”, pela alternância entre São Paulo e Minas Gerais no poder anteriormente mencionada, na Primeira República. Com a ascensão de Getúlio Vargas ocorreu uma concentração de poder no Estado que possibilitou esse desenvolvimento nacional orientado à um fim (SANTOS, 2012).

Entre as décadas de 1920 e 1940 há um crescimento na produção agropecuária mato-grossense, como mostrou Pereira (1995). Os principais produtos da época eram o arroz, o gado e a soja, que continuam sendo as mercadorias mais significativas na economia atual do estado<sup>9</sup>. Isso deveu-se a alguns fatores que o autor identifica como: a política de colonização do país que provocou a utilização das terras desocupadas<sup>10</sup> e o

---

<sup>9</sup> Segundo dados da (IBGE, 2017), Mato Grosso é o líder na produção de grãos do país, em especial a soja, seguido do Paraná e Rio Grande do Sul. O Estado também é o maior abatedor de carne bovina do país e tem produção significativa de carne suína e de aves (IBGE, 2017b).

<sup>10</sup> Sá (2011) nos lembra que a noção de “terras desocupadas” foi uma interpretação política da ocupação territorial da região que era principalmente utilizada pelos indígenas da região (Norte e Centro-Oeste). Isso porque a relação desses povos com o território era pouco produtiva e, assim, não respondia aos interesses

desenvolvimento dessa atividade produtiva no país em geral, como nos estados de São Paulo, Goiás e no Estado de Mato Grosso, (PEREIRA, 1995, p.83).

Sá (2011) indica que é no governo de Getúlio Vargas que o Estado de Mato Grosso passa a ser colonizado oficialmente. No período colonial as capitânicas eram comandadas por pessoas designadas pela coroa e eram hereditárias, apesar de fazerem parte do território brasileiro, elas se organizavam política e economicamente de forma autônoma. Essa característica de territórios isolados perdurou até a centralização no período varguista, como já apresentado acima. Nas palavras de Moraes (2014):

Getúlio Vargas demonstrou toda uma preocupação com o Centro Oeste e com a Amazônia, localidades estas que, na visão da maioria dos governantes brasileiros, precisavam ser integradas ao restante do país. Para que isso ocorresse, era necessária a criação de todo um conjunto de políticas públicas voltadas para a colonização e visando garantir a essas regiões o mínimo de infraestrutura”, (MORAES, 2014, p.32).

Apesar do movimento de ocupação e exploração das terras mato-grossenses, o estado ainda não tinha uma concentração urbana significativa ou a construção de uma rede urbana organizada. Segundo Santos (2013), em 1940, em Cuiabá havia 56.394 habitantes, em Campo Grande 49.629 e em Corumbá 27.521. Há um crescimento de 167.45% em Cuiabá, 232.34% em Campo Grande e 140.79% em Corumbá, em comparação com o censo anterior, 1920. A concentração urbana passa ser mais significativa no sul do Estado a partir dessa época, esse é um dado relevante para nós na medida em que o adensamento populacional de uma região indica o desenvolvimento da produção desse lugar e, por conseguinte, o desenvolvimento cultural e político dela (SANTOS, 2013).

Pudemos observar que o crescimento do investimento na indústria nesse período ocorreu às custas da mudança da organização política, que passa a centralizar as atividades econômicas e questões sociais no Estado. Nas relações de trabalho, com a constituição de 1934, decretou-se leis que avançaram a garantia de direitos dos trabalhadores. Também ocorreu uma mudança nas relações do capital brasileiro com o capital internacional, transferindo indiscutivelmente a dependência da burguesia brasileira do capital inglês ao capital estadunidense. O investimento e a discussão sobre a educação no país ampliam sua força e, no movimento escolanovista, passam a ampliar a oferta de vagas para instrução no país.

---

de desenvolvimento da atividade produtiva nacional. O autor nos mostra que essa população foi dizimada nesse processo tendo a extensão de suas terras reduzidas significativamente (SÁ, 2011).

### **Período Democrático (1945-1964)**

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, manifesta-se no cenário político-social a disputa entre as propostas de emancipação humana pela revolução socialista, particularizado na União Soviética, e o desenvolvimento do capital como a condição para o avanço da humanidade, encarnado nos Estados Unidos. O avanço do capitalismo monopolista, imperialista, também posiciona o Brasil numa posição particular do desenvolvimento do capital, visto que desde a década de 1920 o país vinha se aliando politicamente aos estadunidenses. Temos, à época, o desenvolvimento da indústria e, por conseguinte, o crescimento da concentração populacional nas cidades que trouxe novas questões para o desenvolvimento social brasileiro.

O desenvolvimento da indústria nacional nesse período se deu às custas da precarização das condições de manutenção da vida da classe trabalhadora. A relação entre as várias propostas de governo dos diferentes presidentes – de Eurico Gaspar Dutra a João Goulart - não foram homogêneos no que tange as necessidades postas pelos trabalhadores, ou com a possibilidade de tensionamento, por parte destes, da disputa política. Segundo Santos (2012, p.79):

A presença do **populismo como ideologia de Estado**, garantindo a transição da hegemonia da burguesia cafeeira para a burguesia industrial se revela no nível do discurso das classes dominantes em que a “questão social” continua a ocupar lugar de destaque e no desenho constitucional do país, estabelecido em 1946 (que pouco alterava a face do Estado corporativo, herdado de Getúlio). (SANTOS, 2012, p.79, grifos nossos)

A composição desse novo período mantém traços da política getulista das décadas anteriores acrescido por uma maior diferenciação dos atores políticos à época. A burguesia, que nunca teve um interesse homogêneo – havendo parcelas dessa classe orientadas à um nacionalismo dependente, outras favorecidas pela oligarquia e pelo período monárquico –, divide-se ainda mais, os militares – que antes se dividiam entre os de alta e os de baixa patente -, passam a ter divisões entre grupos que se constituíam como bloco político, como os tenentistas (SANTOS, 2012). A este respeito, Santos (2012, p.78) escreve

Outras forças políticas a serem consideradas são as facções da burguesia industrial; os grandes proprietários fundiários; uma classe média urbana em formação, cuja importância eleitoral era central devido ao seu grau de escolaridade em contraposição à massa de analfabetos, excluída desse direito; o movimento sindical que volta a organizar-se autonomamente em estruturas paralelas às oficiais, especialmente a partir dos anos 1950 e, ao mesmo tempo, penetrá-las; e, por fim, um crescente movimento social que englobava as ligas camponesas, os estudantes e organizações católicas de esquerda. (SANTOS, 2012, p. 78).

A fragmentação dos interesses políticos dos setores da sociedade, provocaram um clima de instabilidade política. A solução para a garantia do avanço do capitalismo industrial no país foi a concentração crescente das decisões pelo Estado e o aumento da violência como forma de garantir a estabilidade social necessária para o crescimento econômico (SANTOS NETO, 2012). Ocorreu neste momento o envolvimento das massas no discurso nacionalista contra a submissão dos interesses nacionais pelos estrangeiros, propagado pela burguesia no poder com vistas a aglutinação dos grupos políticos da época. Segundo Santos Neto (2012)

O capitalismo concorrencial avançou para capitalismo monopolista sem que houvesse algum autonomia da burguesia nacional em relação aos interesses estrangeiros; seu caráter subordinado ao mercado mundial manifesta-se como sua substancialidade, e a oposição existente no interior da burguesia à dominação estrangeira não passou de manobra política ou discurso para iludir as massas e os setores intermediários organizados, como os integralistas, comunistas, anarquistas, liberais e nacionais (SANTOS NETO, 2015, p.241).

A burguesia nacional, nesse sentido, não conseguiu se estabelecer autonomamente no mercado internacional. Na verdade, a submissão da economia nacional ao mercado mundial pela burguesia nacional representou a melhor alternativa para essa classe, que desde a época da colônia se estabelece em relação à senhoria de algum país com modos de produção mais desenvolvidos, segundo Santos Neto (2015, p.243) “ a burguesia nacional pouco se importava com a condição nacional de subordinação ou dependência, porque para ela a nacionalidade jamais constituiu um valor fundamental”.

As conexões entre os territórios passam a ser mais exploradas neste momento. A ligação entre estradas ferroviárias que antes eram dispersas provoca uma maior interação entre os lugares antes dispersos. Apesar desse movimento ainda concentrar os nexos nas principais regiões produtivas, especialmente sudeste e sul, a orientação do fluxo populacional, informacional e técnico passa a sair de microrregiões e forma o que Santos (2013) chama de região concentrada. A respeito da característica da urbanização nesse novo momento do desenvolvimento social, Santos (2013, p.33) assinala:

O forte movimento de urbanização se verifica a partir do fim da Segunda Guerra Mundial é contemporâneo de um forte crescimento demográfico, resultado de uma natalidade elevada e de uma mortalidade em descenso, cujas causas essenciais são os progressos sanitários, a melhoria relativa nos padrões de vida e a própria urbanização. [...] Entre 1940 e 1950, a uma taxa bruta de mortalidade de 20,6%, correspondia uma taxa bruta de natalidade de 44,4%. Entre 1950 e 1960, esses índices já eram de 13,4% e 43,3%. (SANTOS, 2013, p.33).

O crescimento populacional desse período também está relacionado ao desenvolvimento técnico – evidente nas novas tecnologias de saneamento e organização urbana -, que, com a instalação da indústria pesada no país, avança na construção dos meios necessários ao avanço da produção – implicando na divisão regional do trabalho e no tensionamento da relação capital-trabalho (SANTOS, 2013).

Mato Grosso se insere nesse processo pelo tensionamento da relação entre o Sul e o Norte. A construção da ferrovia acelerou o desenvolvimento de Campo Grande, ao Sul, e de cidades que serviam de escoamento da produção, enquanto que Cuiabá, ao Norte, tinha um crescimento tímido devido à distância dessa região do grande fluxo de mercadorias e do pouco investimento na produção. Isso fica claro quando observamos o adensamento populacional nas cidades mais populosas das referidas localidades em 1950 e 1960: Cuiabá contava com 25.065 e 57.860, Campo Grande com 57.033 e 74.249 e Corumbá com 38.734 e 59.556 respectivamente. Nessa época também surgem os centros urbanos de Dourados (84.955 em 60) e Três Lagoas (31.690 em 1960) ao Sul, enquanto no Norte a única cidade com população maior de 30.000 habitantes era Cuiabá.

Esse crescimento populacional ao Sul poderia estar relacionado ao desenvolvimento da indústria na região, especialmente a encarregada do enriquecimento da erva-mate. Enquanto que, no que se refere ao desenvolvimento do Norte do estado, Pereira (1995) observa que “as medidas necessárias para assegurar o desenvolvimento dos projetos de colonização não foram tomadas e, portanto, os referidos projetos acabaram fracassando, fato que contribuiu para a reconcentração da estrutura fundiária regional” (PEREIRA, 1995, p.83).

Moraes (2104) indica que depois da renúncia de Jânio Quadros em 1961, o tensionamento das questões sociais se acirrou que implicou no agravamento da crise econômica. Também nesse momento “ocorreu uma maior pressão sobre a questão agrária e fundiária, como em 1961, em Belo Horizonte na reunião das Ligas Camponesas num congresso nacional que debatia sobre a necessidade de Reforma Agrária” (MORAES, 2014, p.33). Essa crise social foi uma das justificativas para o surgimento da intervenção militar como possibilidade de solução, fato que nos deteremos mais atentamente à frente.

Dispomos, neste período, de uma diversificação da discussão política que gera a necessidade do controle da ordem pelo Estado, para que fosse garantida a efetiva industrialização do país e, em última instância, atendesse aos interesses do capital internacional. Há uma melhora nas condições básicas para a vida vistos no melhoramento do saneamento básico e a oferta mais ampla de educação. Estas, as custas da precarização

das condições de trabalho e na repressão às manifestações a favor de melhorias destas. Com a ascensão de João Goulart à presidência põe em questão a ameaça do afrouxamento dessas relações, pelo diálogo com os sindicatos e os movimentos pela reforma agrária, que acarretam nas medidas tomadas para a instauração do próximo período.

### **Ditadura Civil-Militar (1964-1985)**

O golpe militar-empresarial de 1964 se instaurou pela necessidade de reprodução do capital monopolista internacional (Netto, 2014). Foi a forma como a burguesia nacional conseguiu responder aos interesses do desenvolvimento do capital estrangeiro no país. Segundo Netto (2014)

A ditadura subsequente ao 1º de abril de 1964, não apenas nas suas preparação e instauração, mas também ao longo de sua vigência, articulou o poder (político-coercitivo) das armas para viabilizar o exercício do poder (econômico-social), do grande capital. A tutela militar assegurou as condições políticas para a realização dos projetos da grande burguesia, do latifúndio e do imperialismo. Ao longo do ciclo ditatorial, as Forças Armadas foram o instrumento garantidor da realização de tais projetos. (NETTO, 2014, p.84)

Isto porque com a crise de 1930 e com a diversificação da economia – pelo endividamento do Estado para dar condições para o desenvolvimento da indústria – o capital brasileiro conseguiu se desenvolver e garantir melhores condições de trabalho – sempre aliada às reivindicações do proletariado e da luta trabalhista brasileira. Devido ao acirramento da disputa político-econômica pós-Segunda Guerra Mundial entre Estados Unidos e União Soviética, a posição estratégica – e continental – do Brasil, e a necessidade do desenvolvimento da indústria brasileira para atender aos interesses do capital estrangeiro, foi necessária uma intervenção que desse conta de barrar o avanço da concessão de direitos a classe trabalhadora e subordinasse ela aos interesses do capital estrangeiro. Nas palavras de Santos Neto (2015, p.244)

A palavra de ordem passa a ser a necessidade da constituição de um Estado para além dos preceitos da inócua tentativa de conciliação de classe, ou seja, um Estado forte para debelar as reivindicações operárias e sindicais e plenamente amoldado aos interesses das empresas multinacionais. (SANTOS NETO, 2015, p.244).

Esse novo momento na história do país foi marcado pela violência e pela repressão, que coibiu manifestações contrárias aos interesses do capital estrangeiro. As tentativas de protesto foram postas em clandestinidade e o acirramento da luta de classes foi mascarado pela ação repressiva do Estado que assegurava ao capital estrangeiro a comodidade da exploração do trabalhador brasileiro sem que este pudesse articular-se

com outros e posicionar-se contrariamente ao regime instaurado (SANTOS NETO, 2015).

Isso não impediu que manifestações e movimentos fossem articulados, mas a infiltração, vigilância e violência causaram uma dispersão nos movimentos por algum tempo. As custas disto - da exploração do trabalhador garantida pela repressão do Estado -, a indústria brasileira se desenvolveu fortemente devido “a presença das multinacionais e do capital estrangeiro implicou a expansão do contingente operário no país, que passou de 1,5 milhão em 1960 para 4,7 milhões em 1980” (SANTOS NETO, 2015, p.250). A respeito da dominação coercitiva pelos militares Santos Neto (2015) escreve:

Quando os métodos civilizados fracassam para que se possam operar os processos mais aviltantes de apropriação do trabalho, recorre-se então à coerção aberta, e não mais velada. A recorrência aos militares pelo verdadeiro partido da ordem apontou qual o verdadeiro papel do Brasil no panorama das relações determinadas pelo interesse do mercado internacional. [...]se os métodos tradicionais de convencimento falham, colocam-se em curso os métodos mais radicais de subordinação e controle. O aparato repressivo é invocado para garantir a ordem que interessa ao capital. (SANTOS NETO, 2015, p.252)

Isso foi possibilitado por uma política restritiva dos direitos trabalhistas, “como lei antigreve, lei de arrocho salarial, revogação da lei de estabilidade de emprego, alterações na legislação da Justiça do Trabalho e da Previdência Social e consolidação de uma nova Constituição (1967)”, (SANTOS NETO, 2015, p.252). Essas medidas possibilitaram que o Estado regredisse na concessão de direitos do trabalhador que, por sua vez, possibilitou uma superexploração do proletariado brasileiro (SANTOS NETO, 2015; SANTOS, 2012).

Aliado a crise do petróleo iniciada na década de 1970, isso gerou a possibilidade da criação e ampliação da produção de açúcar no país e o desenvolvimento do álcool como alternativa ao petróleo. Assim, consolidou-se e expandiu-se o poder latifundiário do agronegócio no Brasil, especialmente no Nordeste (SANTOS NETO, 2015). A esse respeito Santos Neto (2015) expõe:

Isso representou o estabelecimento de um processo de industrialização da produção agrícola que implicou a proletarianização definitiva dos trabalhadores do campo e o colapso da produção rural, ainda caracterizada pela presença das arcaicas relações mercantis. (SANTOS NETO, 2015, p.256).

Acerca desse momento de industrialização e de mudança nas relações de produção brasileiras o mesmo autor escreve: “O processo de “substituição de importações” operou uma reversão da condição de mero importador de produtos manufaturados para a situação de exportador de manufaturados a partir do final da década de 1960; na década seguinte

as exportações brasileiras cresceram numa média de 7% ao ano” (SANTOS NETO, 2015, p.258). Isso gerou um agravamento da precarização das condições de trabalho no país que segundo Santos Neto (2015)

Como a única maneira que assegurar as taxas de crescimento de 7% ao ano consistia em aprofundar os ataques à classe operária, chegou um ponto em que o processo se tornou insuportável e a classe operária foi obrigada a recorrer ao expediente da greve. [...] A política de beneficiamento das multinacionais mediante o ataque dos direitos dos trabalhadores e o rebaixamento dos salários é o elemento que gesta o movimento paredista dos metalúrgicos do ABC paulista. A greve serve não somente para revelar a existência de um proletariado na história do Brasil, mas também para assinalar a clara contraposição existente entre o capital e o trabalho. (SANTOS NETO, 2015, p.258)

Fica claro que o desenvolvimento da indústria e dos diversos setores de serviços – transporte, comunicação, correios, energia, etc.- ocorram às custas da precarização das condições de trabalho no país. Por conta da precarização generalizada, intensificada nas zonas rurais, há um movimento dos camponeses em direção a cidade e um adensamento da população urbana na época. Na perspectiva de Santos Neto (2015) esse movimento é intencional do capital internacional, preocupado em construir um exército industrial de reserva – que implica numa possibilidade de precarização das condições de trabalho, visto que a oferta de trabalho é menor do que a oferta de mão de obra -, nas palavras do autor:

O referido exército alimentará tanto o setor automobilístico quanto o setor da construção civil. O desenvolvimento econômico como segurança orquestrado pelos militares e empresários no poder acentua e eleva as desigualdades regionais, na perspectiva de transformar determinadas regiões em zonas de formação do exército industrial de reserva. (SANTOS NETO, 2015, p. 262)

Esse tensionamento das relações sociais trouxe consequências para a configuração do território nacional. O avanço da técnica, da ciência e dos meios e sistemas de comunicação por todo o território nacional configura o que Santos (2013) chamou de meio técnico-científico-informacional, este “é marcado pela presença da ciência e da técnica nos processos de remodelação do território essenciais às produções hegemônicas, que necessitam desse novo meio geográfico para sua realização” (SANTOS, 2013, p.38).

A incorporação dos territórios não produtivos da Amazônia ao desenvolvimento do capital particularmente brasileiro é representado pela colonização desses espaços, especialmente o norte mato-grossense e a Região Norte, na perspectiva de utilização destes para a produção, inicialmente, familiar e, posteriormente, da indústria agrícola. Nas palavras de Santos (2013, p.44) “As especializações do território, do ponto de vista da produção material, assim criadas, são a raiz das complementaridades regionais: há uma

nova geografia regional que se desenha, na base da nova divisão territorial do trabalho que se impõe”.

Essa incorporação das diversas regiões no desenvolvimento do capital particularmente do Brasil também é evidenciado pela criação de condições de integração entre as regiões e o incentivo ao consumo dos produtos nacionais. Segundo Santos (2013, p.39) “a população aumentada, a classe média ampliada, a sedução dos pobres por um consumo diversificado e ajudado por sistemas extensivos de crédito servem de impulso à expansão industrial”. A integração dos diversos espaços do território nacional passa a responder, também, a necessidade do avanço da indústria do país.

Essa política de integração do território nacional também surge das demandas sociais da população rural do país, principalmente após a crise do início dos anos 1960. Trabalhadores rurais do Sul e do Nordeste do país passaram a se organizar nessa época reivindicando uma reforma agrária no país, com uma melhor distribuição de terras produtivas do território nacional (BARROZO, 2014). Para Ianni (*apud* Barrozo, 2014) a nova proposta de colonização da Amazônia representou uma contra-reforma-agrária na medida em que não conseguiu responder à demanda de distribuição e auxílio no uso das terras, como pode-se observar na história. Para Moraes (2014):

Ocupar a Amazônia Legal, para os militares, não se pautava apenas em uma política para o crescimento econômico do país, mas era também numa questão estratégica por ser uma “*válvula de escape*” para as tensões e pressões sociais que ocorriam em diversos pontos do Brasil, frutos de conflitos fundiários e agrários, (MORAES, 2014, p.34)

Esses projetos de colonização foram em quase sua maioria aplicados pelo próprio Estado, contudo, em MT, a maioria das ocupações ficou a cargo de cooperativas privadas. Essas não conseguiram prover a infraestrutura necessária para o desenvolvimento da produção no estado, visto que eram responsáveis pela construção de cidades, estradas e a construção da estrutura básica para exploração da terra para os novos colonos. Além disso, segundo Moraes (2014, p.48), “na colonização privada os ganhos de capital concentram-se nas mãos da empresa de colonização, que vende a terra aos colonos por preço bem superior aqueles cobrados pela colonização pública, que transfere estes ganhos aos colonos”.

Essa nova colonização não foi tão eficiente, como mostra Barrozo (2014, p.158): “[...] das primeiras 100 famílias assentadas até 1981, em torno de 50% retornaram para o Sul. Os motivos alegados foram as doenças, as dificuldades para derrubar a floresta, a ausência de infraestrutura, a perda da produção, as dificuldades de adaptação”. Aliada a

essas dificuldades, o estado não contava com uma rede de energia integrada, que surgiu somente em 1996, sendo um dos maiores consumidores per capita de óleo diesel no país (SÁ, 2011, p.72)

Outro aspecto dessa ampliação do território produtivo no país foram as condições nas quais ela ocorreu. A implantação das estradas e a divisão das terras para a nova ocupação desconsiderou as questões ecológicas – a biodiversidade presente na região, que diferia da originária dos novos colonos – e, principalmente, a população já existente na região que consistia de nações indígenas, garimpeiros e trabalhadores da terra. Segundo Sá (2011, p.85), “reforçando esses interesses divergentes, as colonizadoras apoiaram movimentos de expulsão e assentamentos direcionados de acordo com seus próprios objetivos”, os povos indígenas foram expulsos e direcionados ao Parque Nacional do Xingú nas décadas de 60 e 70, após muitas mortes.

Sá (2011) observou que essa integração do território nacional, embasada no progresso do país, “tinha uma intenção clara de acordo com o contexto do desenvolvimento econômico e da expansão do capitalismo na Amazônia: a expansão da acumulação de capitais”, (SÁ, 2011, p.23). Isso fica claro quando o autor analisa as empresas responsáveis pela colonização de MT e observa que elas conseguiram aproveitar os benefícios concedidos pelo estado Brasileiro – desde a concessão de financiamentos favoráveis às empresas até a construção da infraestrutura que elas foram incapazes de criar – e criaram grandes patrimônios fundiários (Sá, 2011).

O exército, mais uma vez, foi um dos responsáveis no desenvolvimento da região. Não porque ocorreu no período da Ditadura Civil-Militar, mas porque foi pela intervenção das forças armadas que a base fundiária foi garantida para que as empresas colonizadoras pudessem lucrar com a venda das terras, (Sá, 2011). Nas palavras de Moraes (2014):

As obras de infraestrutura pensadas e executadas durante o governo militar facilitaram a ligação do Centro-Norte ao Sul-Sudeste brasileiro, promovendo uma integração de todo o território nacional. Pois uma das preocupações dos militares era com relação a soberania nacional e a ocupação dos quatro cantos do Brasil viria a ser uma alternativa para garantir isso. Mas a ideia de proporcionar essa integração veio aliada ao viés econômico, no qual fazendo a ligação entre todas as regiões do país teríamos um desenvolvimento milagroso, nunca existe antes na história deste país”, (MORAES, 2014, p.49)

Observa-se, então, um dos aspectos do caráter civil-militar da ditadura instaurada em 1964, na qual os militares utilizam da força necessária para garantir o desenvolvimento de empresas e empreendimentos privados. Algo recorrente na história do país, como já apontado acima, que garantiu a acumulação de capital necessária para a instrumentalização e tecnicização das atividades produtivas e do território nacional. No

caso mato-grossense isso ficou claro pelo fato dos colonos, a quem, inicialmente, a política de re-ocupação do estado estava destinada, não terem usufruído das terras que ficaram concentradas no poder das empresas colonizadoras.

Nota-se nesse período, então, a ascensão de um governo autoritário para garantir os interesses da burguesia industrial que se desenvolveu graças as medidas tomadas pelos governos do período anterior. A indústria cresce, a comunicação entre os espaços do território nacional passa a ser mediada pela ciência e pela técnica que orientam a forma como as estradas, as malhas telefônicas e elétricas são distribuídas no país. Isso as custas dos direitos sociais garantidos nos períodos anteriores e retirados pelo governo autocrático instaurado em 1964. A decadência do “Milagre Brasileiro”<sup>11</sup> entre 1967-1969 e a insustentabilidade da retirada dos direitos dos trabalhadores pela Ditadura Militar causam uma crise nesse governo que na década de 1970 promete uma transição à democracia, mas esta só se efetiva na próxima década.

### **Período de Transição (1985 -1989)**

A promessa da transição para um governo totalmente civil havia sido feita por Ernesto Geisel no mote “lenta, gradativa e segura distensão” (NETTO, 2014) em meados de 1970, só se efetiva em 1989, com o decreto da nova constituição e a eleição democrática e direta do presidente. Contudo, atendendo também a demandas populares como as manifestadas nas “Diretas Já”, em 1985 é eleito um presidente não ligado diretamente aos militares encarregado de preparar o país para a sua redemocratização: Tancredo Neves – que faleceu antes de ser empossado e foi substituído por José Sarney, seu vice.

Segundo Skidmore (1998, p.269), “a presidência de Sarney estava diante de duas tarefas gigantescas: reconstruir a democracia depois de um hiato de quase duas décadas e solucionar ainda uma outra crise inflacionária”. Essa última, herdeira da crise posterior ao “Milagre Brasileiro”. Segundo Santos (2012), a forma como os militares produziram artificialmente o desenvolvimento do Estado Brasileiro – por meio da contração de dívida externa para financiamento da criação de infraestrutura necessária a instalação de grandes

---

<sup>11</sup> Período caracterizado pelo “endividamento externo, numa conjuntura favorável a essa política no mercado financeiro internacional, o Estado impulsionava o desenvolvimento econômico investindo em infraestrutura e subsidiando as empresas privadas por meio da produção de insumos a baixo custo nas estatais. Mas, além disso, o “milagre” tinha um outro pé dentro das próprias empresas: o arrocho salarial e a superexploração da força de trabalho que, garantidos pelo controle do governo sobre os sindicatos, elevavam em muito a lucratividade do capital”, (MATOS, 2008, p.109).

empresas internacionais, que, num primeiro momento geraram mais empregos e giraram a economia do país -, não conseguiu fugir da crise que havia se instaurado internacionalmente no início da década de 1970.

A transição se mostrou irrevogável na medida em que a Ditadura se instaurou na justificativa do desenvolvimento econômico acelerado, na base do arrocho salarial, e o país encontrava-se em crise. A partir de 1979 os movimentos populares começaram a se intensificar e entre 1983 e 1989 ocorreram quatro grandes paralizações gerais nacionais (MATOS, 2008). Nas palavras de Matos (2008, p.122), “as greves e reivindicações dos trabalhadores traziam, assim, a público, de forma contundente, a perversidade do modelo econômico concentrador de renda, que começava a falir”.

## **Da formação de psicólogos no Brasil: ou sobre a instituição e autonomização da psicologia à sua profissionalização**

A história da psicologia<sup>12</sup> tem um grande número de produções que relatam desde a formação de ideias e conceitos psicológicos da Grécia às escolas psicológicas do século XX (WERTHEIMER, 1972; MARX e HILLIX, 1973) até o desenvolvimento do conhecimento psicológico no Brasil (PESSOTTI, 1988; ANTUNES, 2001, MASSIMI, 1990). Nosso objetivo com este capítulo é trazer elementos que sejam úteis para a análise do curso de psicologia da UNIC, como aspectos do campo científico e profissional dessa área.

Dessa maneira, esclarecer o momento em que a psicologia se distingue de outras ciências nos auxiliará a compreender que tipo de ciência surge e os desdobramentos do desenvolvimento social em suas teorias. Também é de nosso interesse apresentar ao leitor as discussões acerca da formação em psicologia e o estado da profissão no país na época em que o curso foi criado, na década de 1980, de modo que, ao analisarmos o curso de psicologia da UNIC tenha-se em referência as discussões e as condições para o exercício e formação de profissionais.

### **Da formação da psicologia como ciência**

A discussão sobre qual o marco histórico identificaria o surgimento da psicologia científica parece ser inócua (HILGARD, LEARY e McGUIRE, 1998). A busca por um mito fundador, ou seja, um evento único que explique o surgimento de todo um campo científico desconsidera a complexidade do que foi produzido. Não seguiremos esse caminho. Optamos aqui por explicar o surgimento dessa ciência como um dos desdobramentos do desenvolvimento da sociabilidade no século XIX.

De início, parece-nos que é necessário compreender quais as implicações do fim do sistema de produção feudal nas relações sociais, como apontado por Figueiredo (2014). Alguns dos elementos característicos das relações sociais de produção nesse

---

<sup>12</sup> A diferenciação entre ciência e profissão serve aqui como forma de diferenciação entre dois momentos: o das discussões acadêmicas sobre as condições necessárias para a formação de um profissional, e outro que são as demandas do mercado de trabalho para a própria formação. Parte-se de uma compreensão de sua unidade na história da psicologia, na qual ambas aparecem em momentos e situações distintas, mas não díspares. Pessoti (1988), Massimi (1990) e Antunes (2001) nos mostram que a psicologia se desenvolve no Brasil as vezes pelo desenvolvimento de estudos sobre categorias psicológicas dentro do âmbito científico, outras pelo ensino de psicologia enquanto uma ciência orientada à prática de outras ciências e em outros pela aplicação dos conhecimentos e técnicas psicológicas diante das demandas sociais. Portanto, ciência e profissão são as formas de expressão da psicologia na realidade brasileira.

momento histórico é expropriação dos excedentes agrícolas produzidas pelos servos por parte dos senhores feudais (NETTO e BRAZ, 2012). As subjetividades nesse período, segundo Figueiredo (2014) são gestadas da seguinte forma:

A identidade social numa sociedade agrária, como a medieval, em que as relações políticas cristalizadas em direitos e deveres, em obrigações e lealdades consuetudinárias suportavam o peso de toda a reprodução social era totalmente, ou quase, predefinida pela cultura em função de eventos biográficos, como o nascimento, a filiação e a idade, independentes do próprio indivíduo. (FIGUEIREDO, 2014, p.20)

Os indivíduos, nesse momento histórico, tinham pouca mobilidade social e o papel ideológico da Igreja, por meio dos escolásticos e do poder político exercido por ela, geravam condições de produção subjetiva com, aparentemente, poucas alternativas de mudança. Entretanto, no século XIV, ocorre uma crise do sistema de produção feudal pelo esgotamento das terras produtivas da Europa, dando espaço ao avanço do comércio com o mercado diversificado e estendido, graças à ampliação das rotas comerciais (NETTO e BRAZ, 2012). O aprofundamento dessa crise vai gerar novas questões para os indivíduos, para que possamos compreendê-las é preciso que compreendamos o que gerou a crise e quais foram seus desdobramentos.

Nesse mesmo século, ao mesmo tempo que o poder político, que no feudalismo era pulverizado entre os diversos senhores feudais, é aglutinado em um dos representantes da nobreza - o Rei -, eram formados os primeiros Estados nacionais que, com os altos custos das novas instituições, se valiam do valor produzido pelos comerciantes em suas trocas para seu financiamento (NETTO e BRAZ, 2012). De acordo com Netto e Braz (2012), nesse momento histórico de crise, a formação dessa nova forma de organização política da sociedade gera uma resposta dessa classe de comerciantes em ascensão:

O Estado absolutista, que, no entretempo, servira também aos interesses da burguesia nascente, agora transforma-se – como expressão maior das relações próprias à feudalidade – em obstáculo para o desenvolvimento burguês. A burguesia tratou de reovê-lo, num processo que culminou em 1789. (NETTO e BRAZ, 2012, p.86-7)

Dessa maneira, o que ocorre entre os séculos XVI e o XVIII é a acumulação de capital necessária à supressão do sistema feudal pela burguesia, na medida em que lhes proveu as condições de formar seus próprios ideólogos. Netto e Braz (2012) explicam que “foi a hegemonia conquistada pela burguesia no terreno das ideias que lhe permitiu organizar o povo (o conjunto do Terceiro Estado) e liderá-lo na luta que pôs fim ao Antigo Regime” (NETTO E BRAZ, 2012, p.87). O novo sistema instaurado pela burguesia – produto do comércio trans-oceânico, da empresa colonial nas américas realizada pela

superexploração da população africana escravizada e da Revolução Industrial, para citar alguns eventos – tem como base a circulação de mercadorias (NETTO E BRAZ, 2012).

Um parêntese. Netto e Braz (2012) explicam algumas coisas que são importantes para a compreensão do que vem a seguir. Primeiro, segundo os autores, a mercadoria é um objeto externo ao humano que satisfaz uma necessidade material ou espiritual do ser humano pelas suas propriedades, chamado de valor de uso. Mas, isso não é tudo que lhe caracteriza, ela também precisa ser reproduzível, o que implica que em sua produção também está implicado uma troca, essa faculdade de ser trocada é chamada de valor de troca. Para que seja produzido, no trabalho coletivo humano, um produto que sintetize o valor de uso e o valor de troca, a mercadoria, é necessário que exista uma certa divisão do trabalho e a existência da propriedade privada dos meios de produção. Ou seja, para que sejam produzidos diferentes tipos de mercadorias, também é preciso que o trabalho esteja repartido em diferentes homens.; e, como só pode comprar e vender uma mercadoria aquele que é seu dono, os meios com os quais se produziu ela precisam pertencer a alguém em específico.

O capitalismo, como modo de produção, se constitui por meio de: a) estabelecimento da propriedade privada dos meios de produção; b) produção de mercadorias; c) produção de excedentes; b) exploração da mais valia do trabalhador (NETTO e BRAZ, 2012). Isso só pode perdurar se existir uma acumulação prévia de Capital garantida pela instituição da propriedade privada como um direito individual inalienável pelo Estado de Direito Burguês (NETTO e BRAZ, 2012).

Dessa forma, os Estados Modernos surgem para assegurar aos capitalistas sua posse e seu lucro na venda das mercadorias pela expropriação dos trabalhadores de seu produto (MARX, 2010). Isso fica evidente quando Marx (2010) explica que esse tipo de organização civil é na verdade produto da ascensão da burguesia ao poder e que as declarações de direitos universais que dela surgem dizem respeito a eles próprios, aos burgueses, e não a humanidade como um todo. A esse respeito, Figueiredo (2014) explica

Paralelamente, o desaparecimento das formas de propriedade feudais e comunais, a apropriação privada dos meios de produção e a apropriação individual do próprio corpo - que liberto das obrigações e separado da terra convertia-se em força de trabalho – asseguravam as bases econômicas da existência individual independente. **Finalmente, a competição no mercado de bens e de trabalho projetava a individualização como ideal e pré-condição para a realização do sujeito no contexto da vida em sociedade.** (FIGUEIREDO, 2014, p.21, grifos nossos)

Dessa maneira, a afirmação da propriedade privada como um direito universal assegurou à burguesia o seu controle sobre a produção e, ao mesmo tempo, instalou um

conflito na dinâmica social na medida em que os valores afirmados pela instituição dos Estados Modernos implicam em uma negação da vida coletiva de alguns grupos e afirma a de outros – no caso estudado por Marx (2010), a dos judeus e dos burgueses respectivamente. A coletividade considerada por essa forma de organização social, que surge com o capitalismo, é aquela que reitera os indivíduos enquanto singularidades isoladas.

Desse modo, a privatização da subjetividade ocorre por conta das necessidades sociais gestadas no capitalismo. Isso gera um novo tipo de conflito social no qual a luta de classes é mascarada no cotidiano pela aparência da existência de indivíduos privatizados, constituídos somente pelas suas características individuais, sem relação com a realidade social na qual é formado (NETTO e BRAZ, 2012). Esse fenômeno é a forma particular como as relações sociais humanas acontecem no capitalismo, e isso é gestado nos territórios particulares nos quais esse modo de produção se instala, gerando a necessidade de um saber e de um ofício que deem conta dessa condição. A psicologia surge nessa conjuntura de construção de saberes técnicos aliados as necessidades produtivas, e, segundo Figueiredo (2014):

A produção e a validação do conhecimento é, em última instância, o incremento do domínio técnico sobre a natureza, pressupondo a fiscalização, o autocontrole e a autocorreção do sujeito, que dão origem às preocupações epistemológicas e, principalmente, metodológicas, características da nossa época, e, numa decorrência, a um projeto de psicologia como ciência natural do subjetivo. **Constitui-se e tenta-se colonizar um novo continente: o da natureza interna, o íntimo.** (p.19)

A psicologia surge e se insere nos territórios de maneira a atender a essas demandas sociais. Figueiredo (2014) explica que a tentativa da psicologia de inserir-se no corpo de ciências autônomas gerou uma contradição entre seu objeto e a possibilidade de afirmar-se enquanto saber científico. Segundo o autor, se, por um lado, o indivíduo realmente único é compreendido como seu objeto, a tendência é afirmá-lo como um mero reflexo das leis da ciência e da sociedade, inviabilizando o estabelecimento de uma ciência que lhe estude especificamente. Por outro, a negação do indivíduo impediria a justificativa da autonomização do conhecimento psicológico, visto que sem a noção da singularidade dos sujeitos a psicologia não pode estabelecer-se como ciência.

Para o autor, a produção científica da psicologia desde o século XIX visa responder a essa contradição que é colocada da seguinte forma: “em virtude das obrigações incompatíveis com que está comprometida, a psicologia reproduz no plano teórico a ambiguidade da posição do seu objeto: o sujeito dominador e dominado; o

indivíduo liberto e reprimido” (FIGUEIREDO, 2014, p.24). Então, ao invés de afirmar um objeto para a psicologia, Figueiredo (2014) propõe que existem várias matrizes de produção de conhecimento psicológico que buscam responder à contradição apresentada anteriormente.

Outra contradição também é exposta por Antunes (2012), para quem, em uma sociedade na qual os interesses entre as partes envolvidas na produção são contraditórios, o saber produzido para atender à demanda do controle dessas relações também é tensionado por essa contradição. Por isso, visto que as necessidades de reprodução da vida não são exclusivas do modo de produção capitalista, mas uma característica da própria existência humana, a luta pela garantia da própria existência é travada entre os interesses que querem garantir a máxima produção de excedentes pela expropriação do valor produzido pelo trabalhador e os que querem garantir outra possibilidade de sociabilidade sem tanta exploração (NETTO e BRAZ, 2012). Dessa maneira, tanto o conhecimento quanto as práticas produzidas pela psicologia seriam, também, produto dessa tensão social.

A análise de Figueiredo (2014) é interessante porque compreende que a psicologia, como campo científico, não surge com um único objeto e com uma única forma de estudá-lo. Na verdade, vai na contramão do que, por exemplo, Marx e Hillix (1973) concluem sobre as questões que fundam a psicologia, eles escrevem: “finalmente, pois, o comportamento do homem passou a ser considerado sujeito a leis e que uma ciência da psicologia era possível” (MARX e HILLIX, 1973, p.59). Nosso problema com essa afirmação é que encerra a singularidade do sujeito humano em seu comportamento, ao passo que a proposta de Figueiredo (2014) identifica as várias formas de resolução da questão da individualidade na modernidade como fundantes da psicologia. Para o autor,

[...] a instrumentalidade do conhecimento converte-se numa das determinações internas da ciência, cujos procedimentos e técnicas definem-se nos termos de controle, cálculo e teste. O “real” – objeto desta ciência – é apenas o real tecnicamente manipulável, na forma efetiva do controle ou na forma simbólica do cálculo e da previsão exata; o teste põe à prova uma *técnica de intervenção* ou uma *antecipação* precisa dos resultados. É real, portanto, o que se pode integrar como matéria-prima ao esquema destas operações. **A tecnologia da ciência e a tecnologia produtiva progridem juntas, amparando-se e incentivando-se reciprocamente, e isto é possível porque ambas encarnam um mesmo projeto e visam da mesma forma os seus objetos.** (Figueiredo, 2014, p.13, grifos nossos)

Portanto, o surgimento da psicologia deveu-se a uma confluência entre o desenvolvimento da produção e de seus instrumentos, do desenvolvimento da ciência

como o conhecimento técnico sobre o mundo e as necessidades sociais produzidas nas novas formas de organização social.

No Brasil, a situação não foi diferente. Os registros feitos por Massimi (1990) mostram a discussão sobre temas que hoje são discutidos pela psicologia desde o período colonial. De acordo com Pessoti (1988), a maioria dos trabalhos dessa época não tem compromisso com a construção ou difusão do saber psicológico, e seus autores são homens de projeção e poder. Segundo o autor “a tendência geral da “psicologia” dessa época no Brasil é para a organização da sociedade e do estado brasileiro” (PESSOTTI, 1988, p.18).

Com a chegada da família real, e a posterior independência do país, surgem cursos de Medicina e Direito no Brasil. Nesse período marcado pela produção institucional, os autores tem um vínculo maior com a população estudada realizando estudos diferentes, pois “eles são profissionais de Medicina preocupados com questões científicas, e se vinculam explicitamente a uma área específica do saber, chamada Psicologia” (PESSOTTI, 1988, p.21). O público ao qual essas produção são destinadas também é distinto, segundo Pessotti (1988, p.21) é “um público culto, acadêmico, em textos publicados no Brasil, sob a forma de manuais, tratados com propósitos práticos e, principalmente, teses de graduação (doutoramento) em Medicina”. Essa filiação do saber psicológico à área da medicina gerou mais discussões no século XX, quando da regulamentação da profissão. Há ainda uma questão explorada pelo autor que é importante para a compreensão das formas que a profissão assume em seu reconhecimento:

Não se deve esquecer, porém, que à parte sua obra científica, os grandes chefes de escola na Psicologia brasileira da época são criadores de avançadíssimas instituições de assistência médica e psiquiátrica. Mas curiosamente, em cada grande hospital, de um modo ou de outro, se cria um laboratório de pesquisa psicológica, a atestar a apaixonada preocupação científica de seus criadores. (PESSOTTI, 1988, p.22)

Outro marco no desenvolvimento da Psicologia no país é a Reforma Benjamin Constant, de 1890, que introduziu a disciplina “noções de Psicologia” no currículo das Escolas Normais (EN), e nas faculdades de direito ela também era ensinada na disciplina “Psicologia e Lógica”, (PESSOTTI, 1988). Nesse momento histórico surge ainda o Pedagogium, responsável por pesquisas e criação de material para as EN, nesse espaço

surge uma psicologia totalmente descomprometida com a prática psiquiátrica, neurológica ou assistencial: o novo compromisso é com a educação e com problemas específicos da psicologia. Essa orientação é compartilhada nas Escolas Normais de relevo. (PESSOTTI, 1988, p.24)

O autor destaca as EN de São Paulo, do Rio de Janeiro, Ceará, Belo Horizonte e Limeira enfatizando que na cidade da garoa as disciplinas compunham praticamente um currículo de Psicologia. Pessoti (1988) também explica que na EN paulistana os professores discutiam e tinham afiliação com William James, Claparède, Dewey, Wertheimer e Thorndike. No Rio de Janeiro, por outro lado, a partir da década de 1930, Anísio Teixeira transforma a EN em Instituto de Educação, Lourenço Filho monta um Serviço de Medidas Escolares e Isaías Alves organiza um Serviço de Testes Psicológicos (PESSOTI, 1988).

Dessa maneira, no Brasil a psicologia se insere nas discussões acadêmicas pela medicina, pelo direito e pela educação que também geram aplicações desse conhecimento distintas, diversificando o escopo de atuação possível para os psicólogos desde sua regulamentação. No período anterior à sua profissionalização, a psicologia se desenvolve num país que, como já exposto anteriormente, havia se tornado uma república, a economia agro-exportadora encontrava-se em forte expansão e as iniciativas que possibilitaram a industrialização do país começaram a acontecer. A psicologia já era reconhecida como ciência autônoma em outros países e era desenvolvida como um campo científico específico. Antunes (2001) expõe a confluência desses acontecimentos da seguinte forma:

Os problemas que o Brasil enfrentava no século XIX tenderam, com a virada do século, a agravar-se e outros vieram a eles se somar, de tal maneira que o pensamento psicológico, já em franco processo de desenvolvimento no país, encontrou terreno fértil para penetrar e estabelecer-se na sua dimensão científica e caminhando para sua autonomia teórica e prática em relação às áreas do saber no interior das quais havia se desenvolvido até então, como a Medicina e a Educação. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento da ciência psicológica e a ampliação de seu campo de ação maximizavam as possibilidades concretas de a Psicologia contribuir com possíveis respostas para as questões que se impunham. (ANTUNES, 2001, p.38)

Dessa maneira, a conjuntura de expansão da produção agro-exportadora, sua subsequente acumulação de capital e o investimento na industrialização brasileira produziram as condições para o estabelecimento de estudos e o exercício das práticas psicológicas no país. Diferentemente de países como Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha que já tinham uma indústria estabelecida no século XX e já contavam com escolas de psicologia em expansão, o Brasil desenvolve suas pesquisas e a aplicação do conhecimento psicológico em uma sociedade que estava se urbanizando e ainda criava as condições para o estabelecimento das fábricas e o escoamento de sua produção.

Contudo, a crise gerada por essas mudanças também apresenta novas questões a serem estudadas e respondidas. Antunes (2006) expõe que entre 1930 e 1960, no período

de sua consolidação como área de pesquisa e atuação, a psicologia inseriu-se na educação, na indústria e na clínica por meio da avaliação psicológica, realização de testes e estudos psicométricos e também orientação profissional. Isso mostra que a ampliação da educação, o início do desenvolvimento da indústria e os conflitos sociais decorrentes, presentes no país nesse momento produziram, também, as condições para o desenvolvimento da psicologia no país.

### **Do desenvolvimento da psicologia como profissão no Brasil**

A regulamentação da profissão, em 1962, é um marco histórico para compreender a formação e o desenvolvimento das práticas psicológicas no Brasil, à medida que nesse momento também é promulgada uma resolução que dispõe sobre o Currículo Mínimo (CM) dos cursos de psicologia no país. Por outro lado, a formação em psicologia já estava em andamento no país antes da instituição da resolução do CFE e da regulamentação da profissão, por meio de cursos de especialização ou cursos breves de preparo técnico (RUDÁ et al., 2015).

De acordo com Rosas et al. (1988) a prática da psicologia no Brasil já existia desde os anos 1920, porém, ainda nos anos 1960 era exercida por profissionais egressos das áreas de Filosofia, Pedagogia ou Medicina. Os autores também expõe que nesse período já havia uma preocupação com a falta de sistematicidade na preparação do psicólogo, visto que a psicologia aplicada vinha se instalando em consultórios, gabinetes, serviços, institutos e centros sem que existissem meios de controle da qualificação da atuação de seus profissionais.

Por isso, de acordo com Rosas et al. (1988), durante toda a década de 1950 foram discutidas questões referentes à formação acadêmica e à prática profissional. Nesse sentido, Imianowsky (2014) informa que nesse período havia um conflito entre os interesses do estabelecimento da psicologia como uma profissão independente e a medicina, especialmente na definição do que é definidor de sua atuação. Segundo o autor: “a classe psicológica teria de lidar novamente mais tarde nos anos 1950 com a classe médica queixando-se da terminologia psicoterapêutica” (IMIANOWSKY, 2014, p.45) e a resolução do embate com os médicos viria a ocorrer com “a proposta substitutiva das associações paulistas ao incluírem no documento [de regulamentação da profissão] o termo problemas de ajustamento” (IMIANOWSKY, 2014, p.45).

Isso implicou também nas propostas de formação dos profissionais que se dividiram entre uma formação tecnológica, enunciada pela Associação Brasileira de Psicotécnica, e

uma proposta de formação científica focada em uma atuação embasada na pesquisa que foi projetada pelos psicólogos paulistas (IMIANOWSKY, 2014).

Os profissionais psicólogos, segundo Rosas et al. (1988), depois da regulamentação da profissão e da formação passaram a ser registrados pelo MEC, fato que durou até 1974 quando o registro passou a ser efetuado pelos Conselhos Regionais de Psicologia (CRP). Os autores, contudo, observam que dos 13.736 psicólogos que haviam concluído a graduação em 1982, apenas 6.602 se inscreveram nos CRPs. Em face disso, Bastos (1988) infere que a situação de desemprego que o país passava naquela época e as condições de trabalho disponíveis poderiam ser alguns elementos que levavam os graduados a não se registrarem e não atuarem na área.

Com relação à proposta de formação profissional que culminou no CM, existe um outro elemento a ser analisado. O CM foi discutido para capacitar os profissionais a desenvolver pesquisa e estar engajados com o desenvolvimento da ciência, mas, foi observado, já na década de 1970, que “a formação produzia, portanto, psicólogos técnicos, voltados para o ajustamento a um certo padrão, considerado normal [...]”, (RUDÁ et al., 2015, p.67). Segundo a compreensão de Rosas et al. (1988):

O rápido crescimento da quantidade de cursos de Psicologia não poderia ocorrer sem sério sacrifício da qualidade, posto que o número de psicólogos com formação específica e experiência em pesquisa e ensino era insuficiente para atender à demanda de cursos criados em tão curto intervalo. Impunha-se a improvisação de professores, muitas vezes mal saídos dos bancos escolares. (ROSAS et al., 1988, p.37)

A expansão do número de cursos entre os anos 1960 e 1970 teria sido maior que a quantidade de professores experientes disponíveis. A quantidade de graduados em psicologia e de psicólogos também aumentou o que, de acordo com Ruda et al. (2015), deveu-se ao crescimento do número de estabelecimentos privados que ofertavam cursos de psicologia, o custo baixo para a implementação deles, e a grande entrada de mulheres no Ensino Superior em graduações consideradas femininas na época. Os autores também observam que naquele momento havia a preocupação de que se cursos de graduação não fossem repensados o mercado de trabalho brasileiro não conseguiria absorver a quantidade de profissionais que se formariam.

Foi com essa preocupação que o Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo, em 1975, solicitou ao Conselho Federal de Psicologia (CFP) junto ao CFE a intervenção nessa conjuntura, visando o bloqueio da abertura de novos cursos de psicologia (RUDÁ et al., 2015). É nesta época também que o CFP passa a articular discussões sobre um novo currículo para os cursos de psicologia, dessas discussões surgem as pesquisas Perfil do

Psicólogo – formação, campo de atuação e condições de trabalho, realizada entre 1984 e 1986, e A Demanda Social do Psicólogo – campo de atuação, características e potencialidades, ambos apresentados nos respectivos livros *Quem é o psicólogo brasileiro?*, de 1988, e *Psicólogo Brasileiro – construção de novos espaços*, de 1992. Também dessa articulação surge o I Encontro de Coordenadores de Cursos de Formação de Psicólogos, no qual foi discutida e escrita a carta de Serra Negra (RUDÁ et al., 2015). Portanto, havia nesse período profícua discussão sobre como a psicologia continuaria a desenvolver-se no país e que tipo de profissionais estavam sendo formados.

Essas discussões proporcionaram o conhecimento de que dentre os 58,277 psicólogos em atividade, no ano de 1987, cerca de 75% estavam vinculados aos CRPs 04, 05 e 06 (ROSAS et al., 1988). Também de acordo com esse levantamento, na maioria dos estados, inclusive MT e MS, grande parte dos psicólogos estavam concentrados nas capitais; sendo que Cuiabá aglutinava 98 dos 142 profissionais cadastrados no estado, enquanto que em Campo Grande esse número era de 318 para 425 cadastrados (ROSAS, et al. 1988). Para essas autoras, alguns elementos importantes para entender essa conjuntura foi que “A criação dos cursos de Psicologia e a regulamentação da profissão de psicólogo foram acontecimentos decisivos para a ampliação do mercado nas capitais e a extensão de sua área e campos de intervenção.” (ROSAS, ROSAS e XAVIER, 1988, p.40).

Há nesse momento uma preocupação com a pequena quantidade de psicólogos no interior que, de acordo com as autoras, deveria ocorrer com a expansão dos cursos de psicologia para esses lugares (Rosas et al., 1988). Bem como, considerava-se que o fator da profissão ser hegemonicamente feminina tinha relação com as condições sociais da época. De acordo com as autoras:

As mulheres continuam a “escolher” (Rosemberg, 1983) o curso de Psicologia ou um outro qualquer dos categorizados como “femininos” porque isto lhes foi reservado pela sociedade como seus caminhos “naturais”. Ou, em outros termos, o que é dito pelas palavras oportunas de Rosemberg (1983): a “escolha” é assegurada pela “eficiência do processo de socialização no reforçamento de modelos de papéis sexuais dicotomizados, no serviço que essa formação dicotomizada vem prestando à manutenção de uma estrutura de empregos segregacionistas, e nos benefícios imediatos que traz a uma população de mulheres necessitando ainda conciliar sua dupla perspectiva de vida”. (ROSAS et al., 1988, p.43)

Pensava-se que com o avanço de uma produção crítica da psicologia essa situação mudaria (ROSAS et al., 1988). Para além do perfil dos psicólogos da época, havia uma preocupação também com a caracterização da atuação profissional. D’Amorim (1988) informa que dos psicólogos inscritos nos CRPs, 70% exerciam a profissão e 18% nunca

atuaram na área. O autor também expõe que a maioria dos profissionais eram formados em IES particulares e que eram predominantemente custeados pelas famílias.

Aliado a isso, D'Amorim (1988), mostra que o fator decisivo na aceitação de empregos é a necessidade de realização pessoal, seguido da influência da formação no primeiro emprego e salário no emprego atual. Outro fator adicional é que as razões principais para a saída do emprego era a insatisfação salarial e com as condições de trabalho, bem como “a obtenção de um melhor emprego é uma razão que diminui de importância com o tempo, provocando o abandono do primeiro emprego em 20,6% dos casos e dos posteriores em 17,9% das vezes.” (D'AMORIM, 1988, p.147).

Considerando que grande parte dos profissionais eram jovens, que advinham da classe média e tinham sua formação custeada pela família, os dados levantados por esses autores parece indicar que inicialmente os profissionais buscariam empregos que os realizasse profissionalmente ou que seguisse o tipo de formação recebida no curso por conta de sua própria condição social e, com o passar do tempo o fator que mais pesava na escolha de um emprego era o salário pelas próprias mudanças ocorridas na organização familiar – segundo os dados desses autores esses profissionais eram responsáveis, em média, por 40% da renda familiar.

Quanto ao desemprego, apenas 23% dos psicólogos cadastrados estavam nessa condição o que, em comparação com os níveis nacionais – que chegava a 45% das pessoas com mais de 10 anos de idade -, era baixo (PASQUALI, 1988). A sua atividade era predominantemente liberal, tanto em seu início quanto no passar dos anos, investindo recursos próprios para a abertura de espaço no mercado (PASQUALI, 1988). Contudo, Bastos (1988) mostra que o modelo de atuação profissional individualizado e na clínica não se consolidava sem questionamento. Segundo o autor:

Questiona-se no nosso caso, o modelo como um todo, especialmente no que tange à sua adequação à realidade social ou às possibilidades de contribuir na superação dos cruciais problemas que o homem brasileiro vive. [...] Ao modelo social excludente que acompanha a tumultuada realidade econômica e política do país pode ser creditada a restrita penetração dos serviços psicológicos entre os segmentos majoritários da população. (BASTOS, 1988, p.164)

Ele também indica que há uma mudança nos rótulos das áreas de atuação, entre clínica ou saúde, escolar ou educacional, industrial, organizacional ou do trabalho. Esses novos nomes, para o autor, associa-os a um conceito ampliado de atuação que rompe com uma intervenção em nível individual. Porém, essa ampliação conceitual não é representada na distribuição das áreas de atuação, pois: “as três áreas mais tradicionais

absorvem cerca de 85% dos primeiros trabalhos dos psicólogos. A quarta, em termos de opção é a docência, com índice de 7,4%” (BASTOS, 1988, p.171).

Segundo interpretação de Bastos (1988), isso pode ser compreendido de duas formas: ou existe uma unidade que permitiria ao profissional a atuação em diferentes contextos sem afetar a qualidade de seu trabalho; ou essa falta de diversidade na atuação decorre da instabilidade do mercado ou às condições precárias dos empregos (BASTOS, 1988). O que fica claro é a hegemonia de um modo inserção do psicólogo no mercado de trabalho brasileiro nesse período. Segundo Bastos (1988)

Há de fato um modelo hegemônico de profissional e esse modelo confunde-se com a clínica. O crescimento de áreas novas não chega, ainda, a ameaçar o poder que a clínica exerce sobre o psicólogo. Talvez não seja exagero creditarmos a esse fascínio pela clínica (em grande parte responsabilidade do processo de formação), as dificuldades que o profissional enfrenta nas demais áreas. (BASTOS, 1988, p.191)

Essas discussões, nos lembra Ruda et al. (2015), só foram possíveis pela crítica que surge na psicologia já em meados da década de 1970, que reconhece e denuncia o caráter elitista da profissão e sua deficiência em promover o bem-estar de toda a população brasileira. Temos, então, uma conjuntura de uma profissão que - tendo surgido, no país, numa relação estreita com os serviços disponibilizados pelo Estado - se tornou individualizada em consultórios e clínicas. Ao mesmo tempo em que surgem formas de aplicação do conhecimento psicológico voltado à coletividade, tanto no trabalho, nas escolas ou nos atendimentos às comunidades.

A formação dos profissionais nessa época segue a mesma direção. O Currículo Mínimo surge como forma de direcionar minimamente a formação das psicólogas que viriam atuar na realidade brasileira, de forma que tivessem uma instrução que lhes apresentasse uma boa discussão científica. Contudo, a forma como ele se estruturou deixou de responder a realidade sobre a qual deveria agir tão logo foi posto em prática (RUDÁ et al., 2015). Havia, porém, um ideal de que pelo perfil jovem dos profissionais e pela crescente inserção dos psicólogos no serviço público esse cenário mudaria (BASTOS, 1988; ROSAS et al., 1988).

O curso de psicologia da UNIC, portanto, surge em meio a essa realidade de atuação e de discussão. Qual teriam sido as implicações dessas discussões e dessa realidade de atuação na formação desse curso? O próximo capítulo traz respostas a essa questão, apesar de não a responder por completo.

## Resultados e Discussão

Depois de termos empreendido em uma exposição das condições gerais para a formação do primeiro curso de MT – partindo das condições sociais do estado até a situação da psicologia na década de 1980 – chegamos a análise dos documentos coletados. Escolhemos iniciar pelas informações gerais da formação em psicologia no MT e MS por compreender que eles trazem elementos necessários para o entendimento dos documentos posteriores, bem como adensam a análise da conjuntura na qual o curso foi formado.

Os procedimentos adotados (dados coletados no cadastro e-Mec de Instituições e Cursos de Ensino Superior e no site do IBGE) resultaram em alguns quadros e gráficos que descrevem a situação atual dos cursos de psicologia, de suas respectivas instituições e sua relação com a formação dos territórios mato-grossenses (Quadro 1) e sul-mato-grossense (Quadro 2). Por ordem de data de criação, cidade, nº de vagas, data de fundação das instituições no MT temos então:

**Tabela1:** Por Instituições de Ensino Superior e ordem de fundação dos cursos de psicologia e vagas oferecidas no MT, em 2018

IES	Data de Fundação do Curso	Cidade	Vagas Anuais em 2018	Fundação da IES
Universidade De Cuiabá (UNIC/UNIMEP)	28/02/1989	Cuiabá	360	29/02/1988
Universidade De Cuiabá (UNIC/UNIMEP)	27/08/1989	Cuiabá	360	29/02/1988
Universidade Federal De Mato Grosso (UFMT)	02/04/2003	Rondonópolis	86	14/12/1970
Centro Universitário De Várzea Grande (UNIVAG)	21/07/2003	Várzea Grande	880	20/04/1989
Faculdade De Quatro Marcos (FQM)	07/08/2006	São José dos Quatro Marcos	240	15/03/2006
Faculdade De Ciências Sociais E Humanas Sobral Pinto (FAIESPE)	01/08/2007	Rondonópolis	400	12/01/2004
Faculdade Do Pantanal Mato-grossense (FAPAN)	23/02/2009	Cáceres	400	18/05/2007
Universidade Federal De Mato Grosso (UFMT)	02/03/2009	Cuiabá	80	14/12/1970
Faculdade De Ciências Contábeis E De Administração Do Vale Do Juruena (AJES)	08/05/2009	Juína	200	14/04/2005
Faculdade De Ciências Sociais Aplicadas De Sinop (FACISAS)	10/08/2009	Sinop	150	19/06/2002
Faculdade Fasipe (FASIPE)	01/02/2010	Sinop	150	05/12/2007
Faculdade Aum (AUM)	01/02/2010	Cuiabá	400	04/12/2008

Faculdades Unidas Do Vale Do Araguaia (UNIVAR)	10/02/2013	Barra do Garças	60	18/05/2009
Faculdade De Sorriso	22/02/2016	Sorriso	240	26/12/2001
Faculdade De Ciências Humanas E Biológicas E Da Saúde	11/05/2016	Primavera do Leste	240	06/12/2004
Faculdade De Ciências Sociais De Guarantã Do Norte (FCSGN)	08/08/2016	Guarantã do norte	120	19/10/1999
Faculdade De Educação Superior De Tangará Da Serra (FAEST)	25/08/2016	Tangará da Serra	160	18/07/2016
Faculdade De Ciências Sociais Aplicadas	13/02/2017	Tangará da Serra	400	13/07/2001
Faculdade Católica De Mato Grosso (FACC-MT)	06/03/2017	Várzea Grande	160	05/04/2012
Faculdade Centro Mato-Grossense	05/07/2017	Sorriso	80	07/11/2007
Faculdade Do Norte De Mato Grosso (AJES)	07/07/2017	Guarantã do norte	200	03/06/2015
Faculdade Do Vale Do Rio Arinos (AJES) <sup>(*)</sup>	22/01/2018	Juara	200	15/09/2017
<i>Centro Universitário Facvest (UNIFACVEST) <sup>(*)</sup> <sup>(**)</sup></i>	31/10/2018	Várias Cidades	400	22/03/2002
Faculdade De Ciências Sociais Aplicadas Do Vale Do São Lourenço (EDUVALE)	14/11/2018	Jaciara	200	20/04/1989
<i>Centro Universitário Facvest (UNIFACVEST) <sup>(*)</sup> <sup>(**)</sup></i>	03/12/2018	Várias Cidades	-	22/03/2002
<i>Faculdade Ágora (FAG)<sup>(*)</sup></i>	04/02/2019	<i>Campo Novo do Parecis</i>	100	11/05/2016

Fonte: Dados extraídos do cadastro e-Mec de Instituições e Cursos de Ensino Superior (Acesso em:18/11/2018).

Notas: \* Cursos Previstos \*\* Cursos ministrados à distância (EAD)

Dos vinte e seis cursos criados no MT, o mais antigo é de 1989 - quase trinta anos após regulamentação da profissão no país - o que provocou a estranheza com a qual iniciamos esta pesquisa. E, no entanto, o MT já era um estado desde 1977. Cabe destacar ainda: o primeiro curso é de uma instituição privada, a rede pública só surgiria quase quinze anos depois, em 2003, em uma cidade ao sul do estado a 215km da capital, Cuiabá. Um fato que não nos estranha é a forte presença de vagas no ensino privado, que acontece no país e nem só na psicologia, 97,35% vagas em cursos de psicologia no MT estão concentradas nessas instituições (e-mec), no país essa taxa é de 86,76% (INEP, 2018).

Furtado (2012) explica que o surgimento das profissões responde as necessidades que emergem do desenvolvimento de uma sociedade particular, e os ofícios que tem formação universitária mostram tanto um avanço técnico da própria ciência quanto das necessidades do local em que é instalada. Milton Santos (2013), por sua vez, explica que a configuração do território brasileiro sofre uma mudança depois da segunda guerra

mundial, quando a técnica, a ciência e a informação passam a orientar a organização do espaço do país de acordo com as necessidades do Capital.

O caso do surgimento dos cursos de psicologia em MS nos ajuda a observar a diversidade com a qual essas necessidades parecem ter sido gestadas no país. Essa comparação é possível porque ambos os estados que compunham o antigo Estado de Mato Grosso e os profissionais situados nesses locais dividiam uma delegacia do Conselho Regional - 6º Região, de São Paulo. O quadro 2 mostra como, em território menor, MS tem 14 cursos em atividade, com uma clara concentração dos cursos na sua capital, que aglutina 1200 das 3120 vagas em MS.

**Tabela 2:** Por Instituições de Ensino Superior e ordem de fundação dos cursos de psicologia e vagas oferecidas no MS, em 2018

IES	Cidade	Data de Início do curso	Quantidade de vagas	Data de fundação da IES
Universidade Federal De Mato Grosso Do Sul	Corumbá	10/03/1969	80	05/07/1979
Universidade Católica Dom Bosco	Campo Grande	18/08/1975	240	24/11/1961
Universidade Católica Dom Bosco	Campo Grande	18/08/1975	240	24/11/1961
Centro Universitário Da Grande Dourados *	Dourados	01/02/1999	360	21/10/1976
Centro Universitário Da Grande Dourados	Dourados	01/02/1999	360	21/10/1976
Universidade Anhangüera	Campo Grande	07/02/2000	140	06/09/1976
Universidade Federal De Mato Grosso Do Sul	Campo Grande	15/07/2001	100	05/07/1979
Universidade Federal De Mato Grosso Do Sul	Paranaíba	15/07/2001	80	05/07/1979
Faculdade Anhangüera De Dourados	Dourados	01/05/2006	200	14/04/1999
Faculdades Integradas De Três Lagoas	Três Lagoas	03/02/2008	400	28/12/1994
Fundação Universidade Federal Da Grande Dourados	Dourados	09/03/2009	60	01/08/2005
Faculdade Unigran Capital	Campo Grande	01/02/2012	400	04/12/2007
Centro Universitário Facvest **	Vários Municípios	31/10/2018	400	27/03/2002

Fonte: Dados extraídos do cadastro e-Mec de Instituições e Cursos de Ensino Superior (Acesso em:18/11/2018).

Notas: \*Licenciaturas \*\* Cursos ministrados à distância (EAD).

Dos treze cursos listados, um é uma licenciatura e um é ministrado em modalidade à distância. Os dois primeiros cursos do MS surgem antes da divisão do Estado de Mato Grosso, em 1969 e 1975. Entre 1999 e 2001 surge o maior contingente, cinco dentre os

quatorze cursos em atividade. Pode-se observar com esses dados que as condições para a criação de um curso de psicologia surgem primeiro no sul do Estado de Mato Grosso e na contramão do que ocorreu em outras regiões do país, não é na sua capital – que era Cuiabá.

Novamente, a exposição de Milton Santos (2009, 2013) sobre a configuração do território com o adensamento da racionalidade que orienta as relações de produção no capitalismo nos ajuda a compreender esse fenômeno. O autor explica que a evolução do território ocorreu em três fases, a natural, a técnica e a técnico-científica – que ele depois qualifica como técnico-científica-informacional. A primeira diz respeito a um tipo de relação com o espaço no qual a produção ainda está muito atrelada à observação e à convivência com a natureza, de forma que a produção de ferramentas não organiza tecnicamente a produção. A segunda refere-se ao tipo de produção social que cria técnicas de domínio sobre a natureza, na qual instrumentos são produzidos e funcionam como próteses, como extensão do corpo humano na sua relação com a natureza. A terceira é concebida pelo autor como:

O meio técnico-científico-informacional é o meio geográfico do período atual, onde os objetos mais proeminentes são elaborados a partir dos mandamentos da ciência e se servem de uma técnica informacional da qual lhes vem o alto coeficiente de intencionalidade com que servem às diversas modalidades e às diversas etapas da produção (SANTOS, 2009, p.235).

Dessa forma, a organização do território, com o avanço do capitalismo, passa a ser orientada à reprodução do Capital. Ou seja, “os espaços assim requalificados atendem sobretudo aos interesses dos atores hegemônicos da economia, da cultura e da política e são incorporados plenamente às novas correntes mundiais” (SANTOS, 2009, p.239). Isso ocorre, como vimos, por uma divisão das especificidades do trabalho no próprio espaço brasileiro, de forma que novas regiões são incorporadas ao processo produtivo do país, de forma que tanto em MS quanto MT, quando dessa incorporação, passam a atender demandas que não surgem das relações estabelecidas em sua particularidade geográfica, mas orientadas as necessidades reprodutivas do Capital.

Ora, desenvolvimento do espaço brasileiro no século XX, por conseguinte, atende a essa necessidade na medida em que são construídas estradas de ferro, estradas de rodagem e um programa de investimentos em infraestrutura (SANTOS, 2013). Com o golpe de Estado de 1964 essa dinamização do território ocorre com mais vigor na medida em que os militares criam

[...] as condições de uma rápida integração do país a um movimento de internacionalização que aparecia como irresistível, em escala mundial. A

economia se desenvolve, seja para atender a um mercado consumidor em célere expansão, seja para responder a uma demanda exterior. O país se torna grande exportador, tanto de produtos agrícola não tradicionais (soja, cítricos), parcialmente beneficiados antes de se dirigirem ao estrangeiro, como de produtos industrializados. (SANTOS, 2013, p.39).

O desenvolvimento do país, orientado a essa necessidade, gera uma urbanização desigual. Contudo, a desigualdade não se dá pela total falta de acesso às técnicas, às informações e à produção científica, mas, pela construção de um meio técnico-científico-informacional direcionado a possibilidade e capacidade produtiva de cada espaço no Brasil (SANTOS, 2013).

Assim, enquanto MS já tinha uma intensa produção de produtos agrícolas, em especial o cultivo e refinamento de erva mate (SILVA, 1996), e já estava integrado ao escoamento das mercadorias por meio de rodovias e ferrovias, também estava mais próximo do avanço das técnicas de plantio, de cultivo e de refinamento disponíveis no território brasileiro, que, até meados do século XX, eram concentrados no Sudeste (SANTOS, 2013). Pode-se afirmar, de acordo com Santos (2013), que o Sul do Estado de Mato Grosso foi incorporado ao processo de especialização do território muito antes que o Norte, e que:

As especializações do território, do ponto de vista da produção material, assim criadas, são a raiz das complementaridades regionais; há uma nova geografia regional que se desenha, na base da nova divisão territorial do trabalho que se impõe. Essas complementaridades fazem com que, em consequência, criem-se necessidades de circulação, que vão tornar-se frenéticas, dentro do território brasileiro, conforme avança o capitalismo; uma especialização territorial que é tanto mais complexa quanto maior o número de produtos e a diversidade da sua produção. (SANTOS, 2013, p.44)

Esse fenômeno pode ser compreendido quando observamos a Figura 4, que mostra o crescimento das cidades que hoje compõe o MS, entre 1872 e 2010, o mapa (Fig. 2, em anexo) permite ver que as cidades que oferecem curso de psicologia atualmente estão são aquelas que tiveram um crescimento urbano significativo nas décadas que antecedem a criação do curso.

De acordo com os dados apresentados no gráfico, é possível perceber que o crescimento da população nas cidades que oferecem curso de psicologia atualmente no estado inicia-se na década de 1960. Isso pode ser explicado pela dinâmica de expansão do espaço produtivo no Brasil que modifica as relações entre as regiões. De acordo com Santos (2009, p.243):

Uma nova dinâmica de diferenciação se instala no território. Em primeiro lugar, distinguem-se zonas servidas pelo menos de conhecimento e áreas desprovidas dessa vantagem. E dentro das próprias áreas “conhecidas” as empresas se distinguirão pela sua maior ou menor capacidade de utilização das

informações. É possível imaginar que tal seletividade espacial e socioeconômica conduza a mudanças rápidas na divisão territorial do trabalho, com as firmas mais dotadas do ponto de vista técnico e financeiro tendendo a buscar uma localização onde o lucro potencial seja mais forte, deixando o resto do território, ainda que com virtualidades naturais semelhantes, a firmas menos potentes.

Por isso, por mais que o sul ainda fizesse parte do Estado de Mato Grosso, e dividisse com o norte do estado características semelhantes, a orientação da ocupação do território de acordo com o acesso às informações sobre as técnicas e o conhecimento científico fez com que esse território fosse incorporado às necessidades reprodutivas do Capital ainda na década de 1960. A ocupação do território sul-mato-grossense atualmente (disponível no anexo 2) mostra uma concentração populacional em torno dessas cidades, indicando o que Santos (2013) compreende como urbanização diversificada, na qual

A cidade torna-se o locus a regulação do que se faz no campo. É essa que assegura a nova cooperação imposta pela nova divisão do trabalho agrícola, porque obrigada a aperfeiçoar-se às exigências do campo, respondendo às suas demandas cada vez mais prementes e dando-lhe respostas cada vez mais imediatas. Como o campo se torna extremamente diferenciado pela multiplicidade de objetos geográficos que o formam, pelo fato de que esses objetos geográficos tem um conteúdo informacional cada vez mais distinto (o que se impõe, porque o trabalho no campo é cada vez mais carregado de ciência), **tudo isso faz com que a cidade local deixe de ser a cidade no campo e transforme-se na cidade do campo** (SANTOS, 2013, p.56-7, grifos nossos)

Isso não é diferente em MT. Contudo, ao contrário do que é observado no MS, em que a maioria das cidades que oferecem cursos de psicologia são consideradas médias (mais de 100 mil habitantes), de acordo com Santos (2013), em MT a maioria das cidades foi criada entre 1980 e 1990 e contam com menos de 100 mil habitantes, como pode ser observado no Figura 5.

Um dado que também nos chama a atenção é a data da criação das instituições. Em MS a maioria das IES tem sua fundação antes de 1980, quando a maioria das cidades com curso de Psicologia em MT estavam sendo fundadas, já no estado do norte somente 6 IES foram criadas antes de 2000. Isso adensa a análise feita a partir da exposição de Milton Santos da formação dos diversos territórios no país.

De acordo com as afirmações de Santos (2009;2013), podemos verificar a forma como a nova organização territorial do país produz regiões concentradas distintas nos diversos espaços do país. Se compararmos o anexo 3 e 4 é possível perceber que a concentração populacional seguiu caminhos distintos: em MT é mais pulverizada pelo estado com a presença de focos no norte do estado – região amazônica -; no MS a

densidade populacional é maior na região sul e na região próxima de Campo Grande, sua capital desde a separação em 1977.

A função das cidades, como nos informa Santos (2013), não é mais definida pela sua capacidade de aglomeração populacional, mas pela forma como ela media a relação entre o território e as técnicas, ciências e informações, capital e trabalho. Por isso, as necessidades que orientam a demanda por profissões não estão diretamente associadas à densidade populacional, mas ao desenvolvimento técnico do espaço, quanto mais desenvolvidas forem as técnicas para a produção, maior será o nível técnico exigido das profissões.

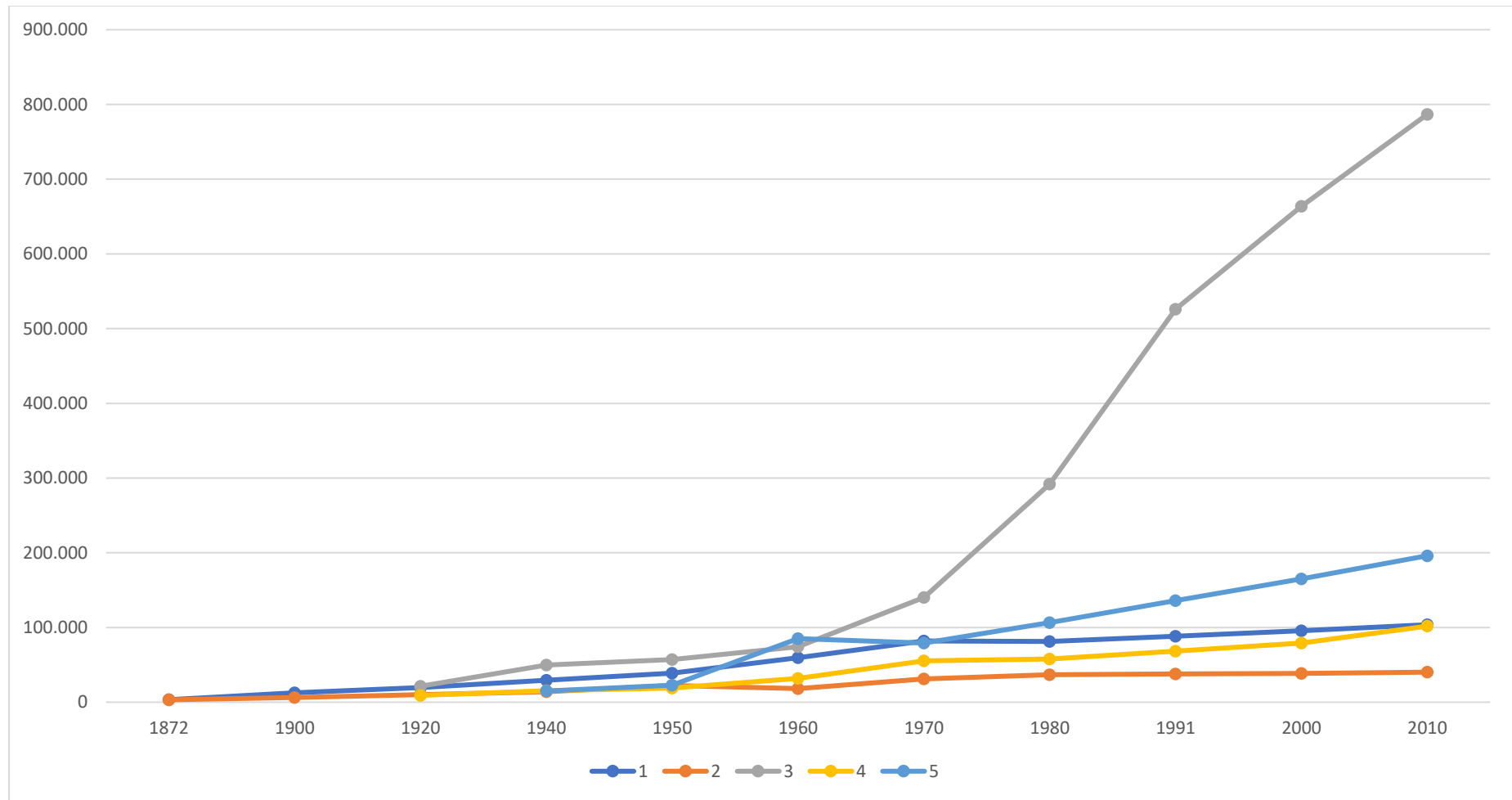
O tardio surgimento da maioria dos municípios com cursos de psicologia no MT pode, pois, ser explicado pela divisão desigual do território brasileiro. Visto que na região sul do antigo Estado de Mato Grosso já havia um acúmulo de terras necessário para a exploração sistemática - não espontânea - da terra pelo cultivo da Erva Mate, como já comentamos anteriormente, bem como do estabelecimento de indústrias para o refinamento dela (SILVA, 1996). A incorporação de MT à expansão da produção no país ocorre a partir da década de 1960, com a implementação de planos nacionais de colonização e tecnicização da produção nos “espaços vazios” (PEREIRA, 1995; SÁ, 2011; SANTOS, 2013).

De acordo com Santos (2009; 2013) isso ocorreu tendo em vista a internacionalização da produção nacional, ou seja, “as regiões são o suporte e a condição de relações globais que de outra forma não se realizariam” (SANTOS, 2009, p.246). Para o autor, a incorporação dos espaços à necessidade da expansão do Capital brasileiro em direção ao mercado internacional orientou a organização do território brasileiro, de forma que:

Os lugares se distinguiram pela diferente capacidade de oferecer rentabilidade aos investimentos. Essa rentabilidade é maior ou menor, em virtude das condições locais de ordem técnica (equipamentos, infraestrutura, acessibilidade) e organizacional (leis locais, impostos, relações trabalhistas, tradição laboral). Essa eficácia mercantil não é um dado absoluto do lugar, mas se refere a um determinado produto e não a um produto qualquer. (SANTOS, 2009, p.247-8)

Isso é perceptível quando analisamos os dados do IBGE (2018) sobre a produção agroexportadora no Brasil, ambos os estados têm posição de destaque no cultivo de grãos e no abate de bovinos e de aves. De acordo com Alves (1985), os produtos que são mais favorecidos pela urbanização e pelo crescimento da renda *per capita* são os que apresentam uma elasticidade maior no que se refere ao lucro e preços de demanda mais

**Figura 4:** Gráfico da evolução populacional das cidades com cursos de psicologia em Mato Grosso do Sul de 1872-2010.



Fonte: Extraído do IBGE (2016).

Nota: 1- Corumbá; 2- Paranaíba; 3- Campo Grande; 4- Três Lagoas; 5- Dourados

elevados, visto que a renda protege o produtor caso ocorra uma produção excedente, ou uma colheita menos significativa. Segundo Alves (1995)

Portanto, é natural que a agricultura brasileira se expandisse em direção aos produtos mais beneficiados pela urbanização, crescimento da renda *per capita* e preferência do mercado internacional; ela buscou produzir produtos com maior potencialidade de crescimento dos preços e de menor variação dos mesmos, fugindo dos produtos sujeitos à grande variação de preços e com baixo potencial de acréscimo dos mesmos, como consequência do desenvolvimento econômico. (ALVES, 1985, p.450)

Por isso, a tecnicização dos espaços do MT e MS foi orientada primeiro pelas técnicas já existentes nesses espaços e depois pela capacidade produtiva potencial que neles existiam. Sá (2011) esclarece que o incentivo à industrialização da agricultura, da extração da madeira e do abate de gado em MT foi concomitante ao desenvolvimento de técnicas necessárias para a exploração do solo e a utilização técnica desse lugar. Santos (2009, p248) explica que os

lugares se especializam, em função de suas virtualidades naturais, de sua realidade técnica, de suas vantagens de ordem social. Isso responde à exigência de maior segurança e rentabilidade para capitais obrigados a uma competitividade sempre crescente. (SANTOS, 2009, p.248)

Dessa forma, a especialização dos territórios leva em consideração as próprias potencialidades, mas, não se limita a elas na medida em que também é realizada a partir das técnicas existentes para a sua incorporação à reprodução do Capital. No caso de MT e MS o que ocorreu foi a importação de técnicas de produção agrícola que trataram do solo do Cerrado para a produção dos grãos (PEREIRA, 1995, SÁ, 2011).

Outra questão que nos chama a atenção nos dados apresentados é a quantidade de vagas oferecidas pelas IES em ambos os estados. Anualmente são oferecidas 6266 vagas em MT e 3120 vagas em MS. A autorização dos cursos e da quantidade de vagas ocorre segundo análise do Ministério de Educação, de 1968 até 1996 quem analisava os pedidos era a Comissão de Ensino Superior (CESu) do Conselho Federal de Educação (CFE), desde então quem realiza essa função é a Câmara de Ensino Superior (CES) do Conselho Nacional de Educação (CNE). Anteriormente, o CFE trabalhava com normatizações das práticas por meio dos pareceres e resoluções (ROTHEN, 2008), a responsável pela regulação da autorização dos cursos era a Resolução do CFE 15/1984 que detalhava os aspectos a serem analisados pelas comissões. Atualmente, o documento que regula essas práticas é a Resolução CNE/CES 10/2002 que é menos descritiva sobre os processos.

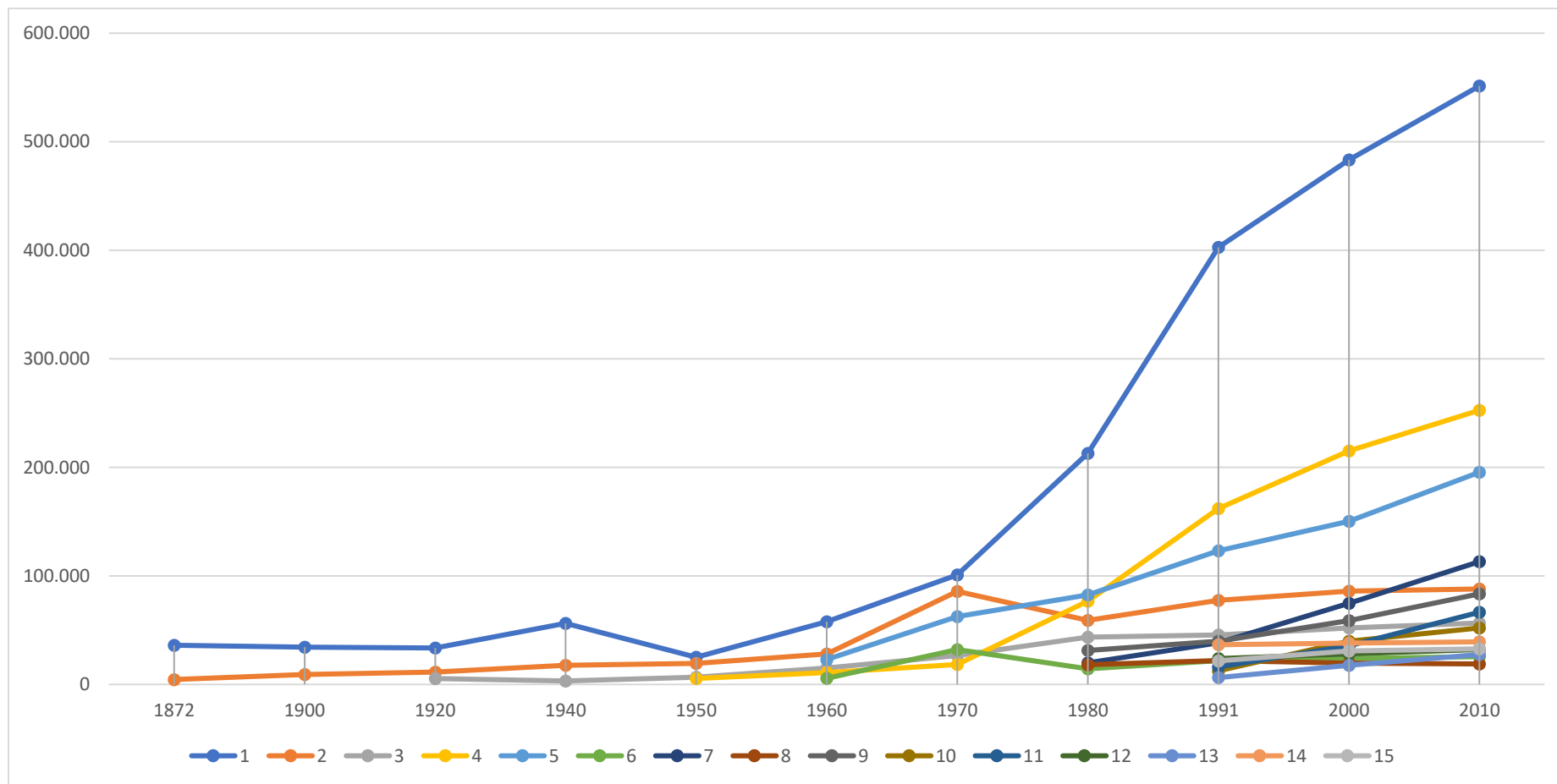
Até 1996, de acordo com o disposto na Resolução CFE 15/84 em seus capítulos II e III, a autorização para o funcionamento dos cursos de graduação era dividida em dois processos: a carta-consulta e o projeto do curso. Quanto à primeira os critérios para a sua aprovação eram avaliados mediante a apresentação dos seguintes documentos e informações: 1) nome,

qualificação e condição jurídica da entidade mantenedora; 2) caracterização da região geoeeducacional em que se situa; 3) justificativa da necessidade social do curso ou do aumento de vagas pretendido; 4) comprovação do satisfatório atendimento do ensino de 1º e 2º graus no local do curso; 5) capacidade econômico-financeira da mantenedora; 6) natureza do curso pretendido.

Desde então, segundo o disposto na Resolução CNE/CES 10/02 em seu capítulo IV, o processo é analisado da seguinte forma: 1) no caso de IES recém credenciada: a) é disponibilizado um relatório de verificação dos comitês da SESu/MEC sobre a viabilidade de implementação do projeto de curso à IES em questão que recomendará ou não a abertura do curso; 2) no caso de IES já credenciadas: a) a instituição deverá submeter um Plano de Desenvolvimento Institucional para apreciação e aceitação da SESu/MEC; b) nesse PDI deve conter a previsão da criação do curso; c) não haver denúncia de irregularidades ou deficiências acadêmicas ligadas à instituição.

Desses critérios, dois da Resolução CFE 15/84 chamam a atenção, a caracterização da região geoeeducacional e a justificativa da necessidade social. Segundo a Resolução, a região geoeeducacional era considerada um espaço geográfico no qual era identificada uma provável área de influência do curso pretendido, indicando que para diferentes cursos a área de influência poderia variar. Essas informações seriam analisadas mediante a apresentação de dados estatísticos relativos aos índices econômicos, às atividades e equipamentos culturais e educacionais, ao índice de urbanização e desenvolvimento regionais, entre outros. A necessidade social seria comprovada de acordo com os seguintes indicadores: dados sobre o mercado de trabalho atualizados para a época e projeções futuras, demonstração de grau de interesse pelo curso, demonstrando por meio quantitativo o número de cursos de mesma natureza existentes e das vagas oferecidas por eles, entre outros.

**Figura 5:** Gráfico da evolução populacional das cidades com cursos de psicologia em Mato Grosso de 1872-2010.



Fonte: Extraído do IBGE (2016).

Nota: 1- Cuiabá; 2- Cáceres; 3- Barra do Garças; 4- Várzea Grande; 5- Rondonópolis; 6- Jaciara; 7- Sinop; 8- São José dos Quatro Marcos; 9- Tangará da Serra; 10- Primavera do Leste; 11- Sorriso; 12- Guarantã do Norte; 13- Campo Novo dos Parecís; 14- Juína; 15- Juara

Diante do fato de que a quantidade de vagas distribuídas nas IES de ambos os estados foi aprovada de acordo com os critérios apresentados acima, apesar da diferença grande em termos absolutos da quantidade de vagas, a porcentagem delas pela população é próxima – 1,6% em MT e 1,15% em MS - levando-nos analisar os outros fatores como causa de diferenciação. Nesse sentido, ao considerar o primeiro critério utilizado pela Resolução do CFE 15/84, a Tabela 1 é elucidativa.

**Tabela 3:** Distribuição de vagas por estados e competência acadêmico-administrativa de IES de MT e MS até 2018

Competência acadêmico-administrativa	MT		MS	
	Número de cidades	Vagas por ano	número de cidades	Vagas por ano
<b>Pública Federal</b>	2	166	4	380
<b>Privada com Fins Lucrativos</b>	14	4860	3	740
<b>Privada sem Fins Lucrativos</b>	4	1440	3	2000
<b>Total</b>	6466		3120	

Fonte: Dados extraídos do cadastro e-Mec de Instituições e Cursos de Ensino Superior (Acesso em:18/11/2018).

Dentre as 24 IES que oferecem cursos em MT 17 são instituições privadas/comerciais com fins lucrativos<sup>13</sup>. Observa-se também que a concentração de cursos e vagas é maior na região centro-sul do estado, onde a capital está situada, enquanto que a distribuição de instituições sem fins lucrativos ou de caráter público é mais espalhada pelo território do estado. Em MS, por outro lado, apenas 3 das 11 IES tem caráter privado com fins lucrativos. Essas instituições estão localizadas na região de Dourados e Campo Grande que concentra a maior quantidade de pessoas, como pode ser visto no anexo 3.

Fica claro, pela Tabela 1, que a maior parte das vagas oferecidas em MT estão em

<sup>13</sup> Taneguti (2013, p.6) expõe que a natureza administrativa das IES é dividida inicialmente entre públicas – municipais, estaduais e federais – e privadas. Estas podem ser classificadas em **particulares**, que são mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas não tendo as características das demais; **comunitárias**, que são constituídas por grupos de pessoas físicas ou jurídicas que deve incluir em sua entidade mantenedora algum representante de comunidade, **confessional** que possuem as mesmas características da anterior e atendam à orientação confessional e ideológica, **filantrópicas** que prestam serviços para os quais constituídas, colocando-os à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem qualquer remuneração.

IES privadas com fins lucrativos, enquanto que em MS a concentração de vagas está nas IES privadas sem fins lucrativos. Fato interessante é também a diversidade de cidades pela competência acadêmico-administrativa, em MT as IES com finalidade mercadológica são as que ocupam mais cidades do território, já em MS as IES públicas são as que se instalaram em mais cidades diferentes.

Até aqui consideramos como a organização produtiva orienta o desenvolvimento populacional e produtivo dos territórios, e como a fundação dos cursos e suas respectivas IES tem relação com esse fenômeno. Essa explicação pode parecer descontextualizada, pois os cursos que respondem diretamente à essa necessidade produtiva são os que garantem a formação técnica indispensável ao avanço da exploração da terra nos estados, como os cursos de zootecnia, agronomia, engenharia, etc. Contudo, Santos (2009) explica que essa é apenas uma forma como as necessidades do Capital dão forma aos lugares. Ele expõe que com o surgimento do meio técnico-científico-informacional há a criação de uma tecnoesfera e uma psicoesfera que ele define da seguinte forma:

A tecnoesfera se adapta aos mandamentos da produção e do intercâmbio e, desse modo, frequentemente traduz interesses distantes; desde, porém, que se instala, substituindo o meio natural ou o meio técnico que a precedeu, constitui um dado local, aderindo ao lugar como uma prótese. A psicoesfera, reino das ideias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido, também faz parte desse meio ambiente, desse entorno da vida, fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário. Ambas -tecnoesfera e psicoesfera – são locais, mas constituem o produto de uma sociedade bem mais ampla que o lugar. (SANTOS, 2009, p.256)

Há dois elementos das peculiaridades dessas relações sociais que são explicados nessa citação. O primeiro diz respeito às relações de produção – aquela que ocorre entre o capitalista que compra a força produtiva do trabalhador que a vende – que, com a tecnicização do trabalho no campo, passam a ser mediadas pelas máquinas. Seja pela própria necessidade de trabalhadores com conhecimento necessário para a operação de instrumentos cada vez mais complexos, seja pelas próprias formas de comunicação entre ambos.

O segundo elemento se refere ao tipo de ideias, crenças e paixões que são produzidas nesses espaços com o avanço da tecnicização do território. As relações sociais que são constituídas nesse meio possuem características singulares, da própria relação entre os sujeitos no espaço, e particulares, das relações no meio de produção capitalista em um dado período histórico e em um lugar. Nesse sentido, Santos (2013) esclarece que a modernização da produção produz necessidades sociais para além daquelas estabelecidas no próprio processo produtivo, ele escreve:

À proporção que o campo se moderniza, requerendo máquinas, implementos, componentes, insumos materiais e intelectuais indispensáveis à produção, ao crédito, à administração pública e privada, o mecanismo territorial da oferta e da demanda de bens e serviços tende a ser substancialmente diferente da fase precedente. Antes, o consumo gerado no campo, nas localidades propriamente rurais e, mesmo, nas cidades, era, sobretudo, um consumo consuntivo, tanto mais expressivo quanto maiores os excedentes disponíveis, sendo função da importância dos rendimentos e salários, e, pelo contrário, tanto menos expressivo quanto maior a taxa de exploração, mais extensas as formas pré-capitalistas, mais significativo o coeficiente de autossustentabilidade. Com a modernização agrícola, o consumo produtivo tende a se expandir e a representar uma parcela importante das trocas entre os lugares da produção agrícola e as localidades urbanas. (SANTOS, 2013, p.54)

Ou seja, as necessidades de reprodução social não se referem somente à necessidade de aumento de produtividade da lavoura pela construção de tecnologias mais avançadas, mas também dizem respeito a todo um aparato social necessário para a garantia da circulação das mercadorias e das relações sociais em que o modo de produção se estabelece e carece para se reproduzir. Isto é, no modo de produção capitalista as relações sociais são constituídas de forma a garantir a máxima produtividade e a melhor circulação de mercadorias, de forma que são construídas instituições, ofícios e saberes que garantam a continuidade dessa organização produtiva (SANTOS, 2013). As cidades do campo das quais Milton Santos escreve não atendem só à necessidade de circulação de informação tecnológica para a produção rural, mas também produzem necessidades próprias para a continuidade das relações nesse espaço.

Por isso, a criação de lugares públicos como praças, museus e bibliotecas atendem à essas necessidades de reprodução da vida para além das condições físicas de existência. Com a saída dos fazendeiros e de suas famílias do campo para as cidades novos estabelecimentos são necessários para atender às demandas dessa população (SANTOS, 2013). A criação de faculdades e de boas escolas garantem que os filhos desses donos de terra não precisem sair das mediações para ter uma educação formal. Os primeiros cursos tendem a atender demandas mais gerais de formação para a atuação nas estruturas já existentes no local, Taneguti (2013) mostra que atualmente os cursos mais procurados são: pedagogia, design, direito, administração, ciências contábeis, ciência da computação, sistemas de informação, arquitetura e urbanismo, Engenharia civil e de construção, engenharia elétrica, entre outros.

Nesse sentido, Milton Santos (2013) explica que com essa tecnicização do campo essas cidades assumem uma outra característica. Ele escreve:

Por outro lado, seu papel político, agora ampliado com as funções de controle da atividade econômica, não é apenas diretamente tributário (como antes da produção local e das tradições locais, passando a ser inserido em uma trama de

relações que ultrapassa o lugar. Mas é nesse lugar que uma boa parcela do poder político é exercida. (SANTOS, 2013, p.56)

As cidades do campo teriam o papel central na organização da atividade econômica na medida em que se inserem nesse espaço instituições de fiscalização e de controle da produção. Isso se amplia para a esfera política de forma que, como representantes do interesse pelo desenvolvimento do Capital em geral e desses empreendimentos em específico, essas organizações da sociedade civil inserem esse meio social em uma rede complexa de conflitos.

Assim, voltando à questão discutida neste trabalho, os conflitos sociais e a diversidade de alternativas para sua resolução produzem um campo profícuo para o surgimento de cursos de psicologia. A importância do território nessa discussão traduz-se nas peculiaridades que cada curso apresenta, seja na construção de seu ementário, na contratação dos professores e no mercado de trabalho. Ao nos mostrar a importância das *cidades do campo* na estruturação do território na nova urbanização brasileira, Santos (2013) apresenta que há uma dispersão do poder sobre a produção entre as cidades do território, ou seja, com o surgimento desses espaços urbanos orientados ao controle e as necessidades produtivas as instituições que são responsáveis pela disseminação e produção cultural também passam a fazer parte do lugar.

Para a análise das condições concretas isso indica que, com a chegada de bibliotecas, teatros, correios, entre outras instituições, e a mediação dos conflitos sociais entre as necessidades da produção agropecuária e o desenvolvimento urbano – nisto incluso a contradição capital-trabalho -, as cidades nas quais as IES se instalam no MT e MS não são mais caracterizadas por aquele interior sertanejo contraposto ao litoral, característico na produção literária brasileira do século XX. Outro ponto para essa discussão é a caracterização de quem eram as pessoas que passaram a ocupar esses espaços.

Gianchini (2009), Sá (2011) e Moraes (2014) explicam que a medida desenvolvimentista adotada pela Ditadura Militar em incentivar a ocupação dos territórios vazios, como explorado anteriormente, levou muitos sulistas aos solos sul-mato-grossense e mato-grossense. A condição desses migrantes era diferente daquelas dos que já viviam nesses territórios. A região da qual haviam partido já tinha um processo de industrialização em desenvolvimento com intensa colonização por imigrantes europeus (GIANCHINI, 2009; SÁ, 2011; MORAES, 2014). Isso implicou, inclusive, em uma rejeição ou até a venda das terras financiadas pelo governo por boa parte dessas famílias

devido à dificuldade encontrada no cultivo do solo do cerrado e do isolamento social ao qual estavam dispostos (SÁ, 2011). O desenvolvimento desses territórios entre as décadas de 1980 e 2000, com a produção de tecnologia necessária para o cultivo produtivo do solo, produziu também as condições para a atuação do psicólogo e sua devida formação.

Portanto, os cursos que surgem em MT e MS, dispostos nos Quadro 1 e Quadro2, respondem às demandas sociais de formas singulares. De acordo com as peculiaridades do momento histórico, desenvolvimento das relações sociais e da discussão sobre a formação e atuação em psicologia, para citar alguns aspectos. Nesse sentido, só uma análise aprofundada do processo de fundação de cada um poderia especificar quais foram os conflitos, as necessidades, os desejos, em suma, as condições sociais para seu estabelecimento nos devidos espaços. É com esse intuito que serão analisados os documentos para a fundação do curso de psicologia da UNIC, de forma que, na discussão dos critérios, das ressalvas e das análises realizadas pelo MEC explicitemos as condições concretas para sua fundação.

### **Do curso de psicologia da UNIC: análise do seu processo de fundação desde os documentos coletados pelo MEC.**

Explicamos até agora a formação dos cursos com os dados atuais sobre eles e suas respectivas instituições. Vimos que o surgimento dos cursos tem relação com as necessidades sociais dos lugares onde eles se instalam que são gestadas no desenvolvimento social dos territórios. Prosseguiremos agora à análise das peculiaridades do curso de Psicologia da UNIC.

Uma das limitações dessa análise é o tipo de informação coletada nesse tipo de documento. São três pareceres e uma resolução elaborados pela Câmara de Ensino Superior (CESu) do Ministério de Educação (MEC) que apresentam somente a análise do relator dos dados apresentados a ele. Não temos acesso, portanto, a contrapartida da IES, a motivação dos seus idealizadores, ou às discussões que deram forma a ementa e outros documentos essenciais para o estabelecimento de uma formação acadêmica. Isso não nos impede de expor, diante dos documentos disponíveis, o processo da fundação do curso. (REVER, discutir a questão da verdade historiográfica/ ou deixar para a conclusão?).

Na busca por discutir as razões e o processo no qual o curso de psicologia da UNIC se insere na sociedade cuiabana e mato-grossense, temos o Parecer 1.098 de 1987

escrito por Arnaldo Niskier<sup>14</sup> como o ponto de partida. Ele trata sobre a autorização da carta-consulta de cursos de psicologia e comunicação social, e traz informações importantes para a compreensão de como os conselheiros compreendiam e analisavam os pedidos das diversas instituições para a aprovação dos pedidos de criação de processos que resultariam na fundação dos cursos.

Nos relatórios, pareceres e despachos do CFE era comum que se utilizasse a oportunidade para esclarecer alguns posicionamentos e entendimentos dos conselheiros da legislação vigente (ROTHEN, 2010). Algo que chama à atenção no início desse parecer é a consideração preliminar feita por Niskier:

O Conselho Federal de Educação sofre sucessivos ataques de grupos interessados na sua desmoralização. A par da orquestração em que se pode notar a chamada mão ideológica, há também os que tem seus interesses contrariados em processos negados pela absoluta impossibilidade de aprova-los. (BRASIL, 1987, p.1)

Ele ainda escreve “será em função da ideia do que representa o CFE, na vida pedagógica brasileira, que nos animamos a assinar o presente trabalho, fruto de demorada meditação, além dos muitos anos colocados a serviço da educação” (BRASIL, 1987, p.1). As origens desse esclarecimento podem estar nas cartas-consulta apresentadas pelas instituições que pleiteavam vagas junto ao conselho, ou de uma necessidade que os próprios conselheiros tinham de esclarecer questionamentos recorrentes não oficializados. Pelos documentos que tivemos acesso não podemos afirmar uma coisa ou outra. Contudo, segundo Rothen (2010), o conselho, em especial sua câmara de ensino superior, se posicionou em favor de uma universidade mais elitista e menos acessível as massas ao dialogar sobre a reforma universitária de 1968. Uma das questões principais do desconforto com relação aos conselheiros foi:

A reivindicação da expansão do ensino superior era considerada, pelos conselheiros que publicavam na RBEP, um falso problema. A solução desse problema resultaria na expansão desordenada do sistema e, principalmente, na produção de um modelo de universidade que já não atenderia às necessidades do país. [...] Os conselheiros, ao discutirem o problema da expansão do ensino superior, faziam-no em termos contrários ao movimento reivindicatório dos excedentes, isto é, para eles a questão era a de como controlar a expansão do ensino superior. (ROTHEN, 2010, p.115)

---

<sup>1414</sup> Arnaldo Niskier nasceu no Rio de Janeiro, em 30 de abril de 1935. Formado em Matemática (1957) e Pedagogia (1961), doutorou-se em Educação em 1964 na mesma universidade na qual se aposentou em 1995. É membro da Academia Brasileira de Letras desde 1984 ocupando a cadeira nº 18. Também foi membro do Conselho Federal de Educação (CFE) entre 1986 e 1992 no qual foi presidente da Câmara de Ensino Superior do Conselho entre 1989 e 1992. E foi membro do Conselho Nacional de Educação, que veio a substituir o CFE depois da redemocratização, na Câmara de Ensino Superior entre 1996 e 1998.

Talvez por essa razão os conselheiros tenham se preocupado em registrar os critérios que utilizaram em sua análise no documento expedido pelo CFE. O tópico “relatório” é dividido em quatro partes: 1) considerações preliminares; 2) levantamento das informações; 3) necessidade social; 4) equilíbrio econômico financeiro. Quanto a segunda parte, parece que existiu uma preocupação em apresentar dados sobre a oferta de cursos, a quantidade de vagas, a densidade demográfica e a taxa de desistência como informações relevantes para a aprovação ou não das cartas-consulta para novos cursos. Desses dados é destacado que a maioria dos cursos, das instituições e dos alunos situam-se na região metropolitana, que as principais formações são em Ciências Sociais e Educação e que a quantidade de vagas ociosa ultrapassava 50% e a evasão alcançava 12%.

A conclusão escrita por Niskier é a seguinte “o que deve ficar claro é que não se pode aprovar Cartas-Consulta sem tais informações pormenorizadas, em todos os distritos geoeeducacionais do país, se desejamos realizar um esforço sério no sentido de ampliar as oportunidades educacionais de grau superior” (BRASIL, 1987, p.3). Na parte que segue, sobre a necessidade social, o relator faz uma observação interessante sobre a relação candidato-vaga apresentada no estudo anterior:

Positivamente, não pode ser este o único medidor de uma concessão “para toda vida”. As profissões vivem uma intensa dinâmica, os cursos são necessários num dado período da história brasileira, e rapidamente saturam o mercado, demorando o fato a chegar aos ouvidos das entidades mantenedoras. O resultado é uma pleora de cursos ociosos, outra pleora de excedentes profissionais, caracterizando um desperdício verdadeiramente absurdo, num país de reconhecida escassez de recursos. [...] Concretamente, sugerimos uma reflexão sobre a relação candidato/vaga, vinculando-a também as virtualidades do mercado de trabalho na região (ou no distrito geoeeducacional concernente), a partir de informações que o Ministério da Educação tem a obrigação de levantar no seio do Governo. Ou seja, deve ser montado um esquema profissional de Informações Ocupacionais, a fim de facilitar nossa decisão e melhor do que isso colocar a disposição dos jovens elementos que permitam uma escolha mais adequada da sua profissão. [...] Todos esses elementos nos faem refletir sobre o que se entende por “necessidade social”, hoje muito mais o resultado de um complexo objetivo e subjetivo de fatores, e não apenas um índice matemático de poucas revelações. Enquanto este ideal não for alcançado, a Resolução 15/84 deve ser respeitada em sua integralidade (BRASIL, 1987, p.4).

Fica claro que a preocupação da comissão com a necessidade social está associada à demanda de uma população de uma determinada região por profissões e ofícios que eram formados no Ensino Superior, seja na forma das vagas ocupadas dos cursos, seja nas vagas do mercado de trabalho. Isto, traduziu-se, nessa resolução, numa preocupação com as taxas de evasão e as vagas ociosas, de forma que o indicador utilizado para avaliar o acolhimento de uma região a uma profissão seria, também, quantas vagas são realmente

ocupadas em seus cursos. Propôs-se, ou exigiu-se, que o próprio Ministério da Educação criasse um estudo capaz de levantar esses dados para que a avaliação dos conselheiros fosse mais assertiva, baseada em informações reais sobre a situação do ensino em geral no país. Contudo, visto que na época em que o parecer foi escrito esse estudo sistemático não era realizado, as decisões estavam apoiadas na Resolução 15/84 que tratava sobre as normas de autorização para funcionamento de cursos superiores de graduação, autorização de cursos e aumento de vagas em cursos já existentes.

Um parêntese, o Conselho Federal de Educação foi instituído em 1961 pela lei nº 4.024/61, a LDB/61, e foi substituído pelo Conselho Nacional de Educação em 1995 com a lei nº 9.131/95. Ele assumiu a função de pronunciar seu entendimento quanto à lei para decidir sobre as questões que lhes surgiam como problema. Segundo Rothen (2008), os conselheiros davam os pareceres e faziam as resoluções tendo em vista a criação de jurisprudência para as decisões que lhes competiam. O mesmo autor ainda explica que essa foi uma questão de debate na ditadura, quando foi questionada a autonomia desse conselho que parecia ter mais poder de decisão sobre a educação que o ministro ou o próprio presidente (ROTHEN, 2008).

A Resolução 15/84 pode ser compreendida como uma forma dos conselheiros de dar seu entendimento das leis 5.540/68 e 4.024/61 e dos decretos-lei 464/69 e 87.911/82 no que se refere à oferta de vagas e criação de cursos por IES não universitárias. Essa resolução tem grande importância na compreensão do processo de aprovação do curso de psicologia da UNIC, por isso nos deteremos brevemente nela. Ela dispõe que os pedidos deveriam ser dirigidos ao presidente do CFE e devem conter duas partes distintas: 1) a carta-consulta e 2) o projeto; apesar de diferentes, o pedido seriam acolhidos como um processo único e as duas partes apresentadas conjuntamente.

Quanto à carta-consulta, enfatizaremos só algumas informações sobre alguns dos critérios que são importantes à análise, visto que já discorremos sobre ele anteriormente. A região geoe educacional era considerada um espaço geográfico no qual era identificada uma provável área de influência do curso pretendido, indicando que para diferentes cursos a área de influência poderia variar. Essas informações seriam analisadas mediante a apresentação de dados estatísticos relativos “à população, aos índices econômicos, às atividades e equipamentos culturais e educacionais, aos meios de comunicação, ao índice de urbanização e desenvolvimento regionais, além de outros elementos considerados úteis para esse fim” (BRASIL, 1984, p.122).

A qualificação da instituição deveria ser comprovada pela demonstração de sua idoneidade ou tradição no campo de ensino, pela qualificação de seus dirigentes e demonstração do grau de autonomia entre a entidade mantenedora e a mantida. Quanto à natureza do curso, era necessário que fosse apresentada uma descrição sumária dos objetivos e características por meio da organização curricular, do regime, da duração e do número de vagas anuais pretendidas.

A necessidade social seria comprovada de acordo com os seguintes indicadores: a conclusão do, antigo, 2º grau no ano anterior do pedido e projeções para o triênio seguinte, dados sobre o mercado de trabalho atualizados para a época e projeções futuras, demonstração de grau de interesse pelo curso, demonstrando por meio quantitativo o número de cursos de mesma natureza existentes e das vagas oferecidas por eles, bem como o número de matrículas, da relação candidato/vaga nesses mesmos cursos nos últimos cinco anos.

Quanto à capacidade econômico-financeira da entidade mantenedora, ela precisava ser provada pela existência de patrimônio próprio. O atendimento do ensino de 1º e 2º graus deveria ser comprovado por dados estatísticos, no qual era necessário pelo menos 67,7% de pessoas escolarizadas na unidade federativa, caso contrário uma exceção era possibilitada caso tivessem pelo menos 57,7% escolarizados e a IES se também se comprometesse com a formação de 1º e 2º graus. Quanto à qualidade desses níveis de ensino, ela seria avaliada pela existência de projetos avaliados e aprovados pelo conselho de educação do local considerado.

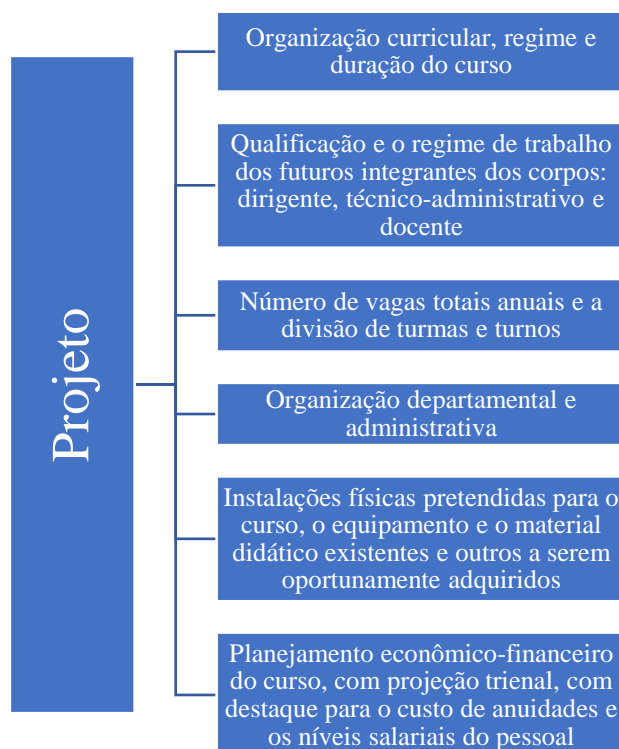
O parecerista continua seu relatório afirmando que o equilíbrio econômico-financeiro é essencial para a autorização dos cursos e que, quando a IES existe há algum tempo, os membros da comissão tinham mais elementos para proferir pronunciamentos mais claros, caso contrário a atribuição de atestado de idoneidade pedagógica se dava como por um “exercício de adivinhação”. Quanto a este aspecto é importante ressaltar a condição da mantenedora da UNIC à época.

A mantenedora da UNIC na época da criação de seu curso de psicologia era o Instituto de Ensino Superior de Cuiabá, administrado por Altamiro Belo Galindo, que já tinha uma experiência de criação de uma IES. Em meados da década de 1980 ele foi responsável pela criação da Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE) em Presidente prudente, da qual foi reitor entre 1987 e 1989. Em Cuiabá ele fundou a Universidade de Cuiabá em 1988 que na época da criação do curso de psicologia era chamada de “Faculdades Integradas de Cuiabá”.

Também constava na Resolução a quantidade máxima de pedidos de autorização de curso ou aumento de vaga em curso existente: dois. Não eram considerados cursos distintos as habilitações de um mesmo curso. Não seriam considerados os processos dos quais os requerentes estivessem sob intervenção, inquérito administrativo ou sindicância.

Depois de aprovada a carta-consulta, o projeto de curso novo deveria apresentar informações conforme o fluxograma abaixo:

**Figura 6:** Fluxograma com informações necessárias à apresentação do projeto, conforme a Resolução do CFE 15/84.



Fonte: Extraído da Resolução do CFE 15/84

Quanto a organização curricular, ela deveria ser condizente com a natureza do curso, com um currículo mínimo de acordo com o fixado pelo próprio CFE e acrescido de matérias que enriquecessem o mesmo. Quando não houvessem instalações físicas destinadas ao curso, deveria ser anexado um projeto de construção ou um documento de locação. Também deveriam acompanhar um Projeto de Regimento do curso. Quanto as disposições gerais do próprio conselho, era previsto que ele promovesse

estudos periódicos, em articulação com os demais órgãos do Ministério da Educação e Cultura, especialmente a SESu, e com outros órgãos públicos e privados, no sentido de apurar e dimensionar a necessidade social da expansão e diversificação de cursos superiores, segundo os diferentes distritos ou regiões geoeeducacionais. (BRASIL, 1984, p.124)

Portanto, quando Niskier escreve que a Resolução 15/84 deve ser respeitada em sua integralidade ele afirma que o conjunto de procedimentos e de preceitos que a própria resolução, elaborada e aprovada pelos conselheiros, dispõe sobre a interpretação das referidas leis. Ele afirma que tanto a carta-consulta quanto o projeto de criação dos cursos devem seguir as normas dispostas pela resolução, bem como as entidades e as regiões devem atender às exigências da mesma. É interessante observar que a própria demanda de criação de estudos e de sistematização de informações sobre as necessidades sociais apresentada por Niskier no Parecer nº 1.098/87 já estavam previstas na própria Resolução 15/84.

O parecer encerra com Niskier afirmando que uma das motivações do colegiado da CAPLAN foi a regulação das vagas, enfatizando uma redução do número de vagas que, segundo o relator, reforçava a preocupação com o padrão de excelência dos novos cursos superiores (BRASIL, 1987). Para ele, o nível de excelência teria relação com “um corpo docente adequado, a ser examinado em época própria, mas também com um número de alunos em cada turma que seja compatível com os níveis de qualidade que não se obtém com a massificação desenfreada” (BRASIL, 1987, p.6). O relator compreendeu que autorizar a análise de 840 vagas em estados diversos, ao invés das 3320 que analisaram, seria um avanço em direção à excelência do ensino superior brasileiro. De acordo com os dados extraídos da Resolução do CFE 15/84, o processo de autorização dos cursos pode ser visto na Figura 7.

O segundo documento emitido pela CESu com relação do curso de psicologia da UNIC foi o Despacho de Câmara nº 125/88. Ele dispõe sobre informações que o CFE requisitou esclarecimento da instituição mantenedora, o Instituto de Ensino Superior de Cuiabá. Seu relator é João Paulo do Valle Mendes<sup>15</sup> que expõe a situação da análise do projeto para a autorização do curso nos seguintes itens: a) do currículo pleno; b) da biblioteca; c) do planejamento econômico financeiro; d) dos dirigentes do curso; e) do corpo docente.

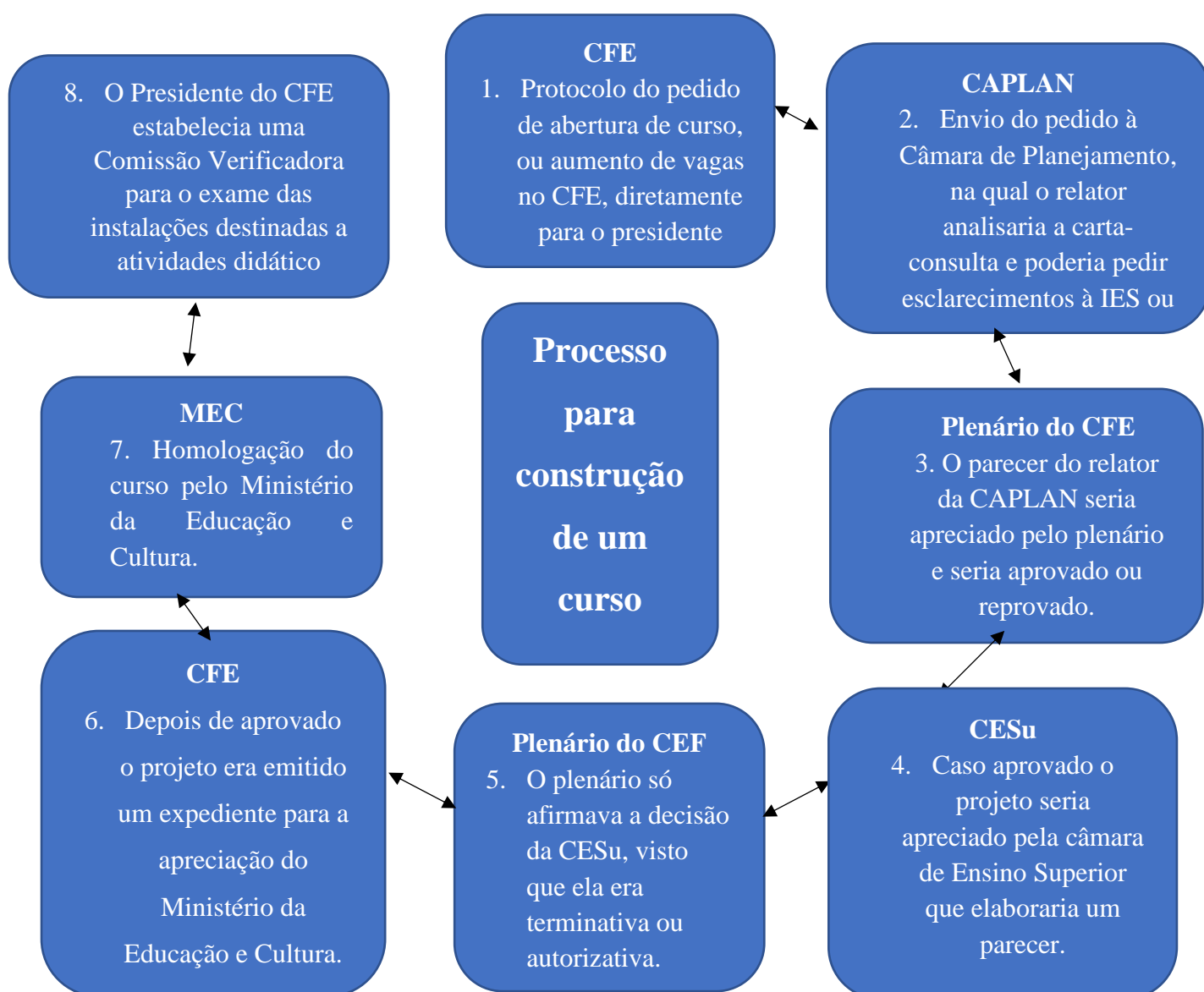
De acordo com o relator, algumas mudanças se faziam necessárias por conta da análise feita à carta-consulta, como a quantidade de vagas e a modalidade do curso – pois haviam sido aprovadas 80 das 100 vagas pedidas e foi negado o pedido de abertura de licenciatura. De acordo com Mendes (BRASIL, 1988a), a ementa das disciplinas deveria ser reformulada e adicionada as referências bibliográficas. Também

---

<sup>15</sup> Ver quem ele foi.

comenta que era necessário apresentar um acervo ou proposta de acervo que desse, pelo menos, suporte as matérias constantes do currículo mínimo do curso. Quanto ao planejamento financeiro foi pedido um plano trienal com indicação do valor da anuidade e os níveis salariais estipulados para as diversas categorias funcionais. Quanto à direção do curso e ao corpo docente foi pedida uma revisão de alguns nomes indicados, as razões foram: a diretoria técnica não foi bem avaliada para a função, ainda constavam professores para a licenciatura que havia sido recusada, e os títulos de alguns professores ou eram inadequados, ou insuficientes.

**Figura 7:** Fluxograma do processo de autorização de cursos e novas vagas de acordo com a Resolução do CFE 15/84.



Fonte: Dados extraídos da Resolução do CFE 15/84.

O terceiro documento é o Parecer 416/918 que trata da autorização do projeto para o funcionamento do curso de psicologia (formação de psicólogo) da UNIC. Ele é dividido em oito partes que foram levadas em consideração para análise – o relatório do parecer, a estrutura curricular, os dirigentes, o corpo docente, o estabelecimento de ensino que abrigará o curso, a infraestrutura física, a biblioteca e o planejamento econômico financeiro - e um anexo. A primeira informação sobre o curso a ser fundado em 89 era:

Para autorização de curso de psicologia – Formação de Psicólogo -, a funcionar com 80 (oitenta) vagas totais, anuais, com uma única turma, na Faculdade de Ciências da Saúde de Cuiabá, estabelecimento de ensino superior isolado particular, na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso. (BRASIL, 1988b, p.1)

Fica claro com o início do relatório que o curso estava sendo autorizado a funcionar com 80 vagas anuais e com somente uma turma funcionando. Dado que, segundo a Tabela 1, havia uma segunda turma ou um segundo curso de psicologia no segundo semestre – talvez indicando um curso semestral – e a inexistência de documentos desse segundo curso que permitam uma reflexão sobre ele. De acordo com o relator, o projeto que estava em fase de aprovação programava um currículo para cinco anos letivos com uma carga horária, até o momento, de 3.456 horas, acrescido das disciplinas Estudo de Problemas Brasileiros e Educação Física e de 512 horas de estágio a partir do terceiro ano letivo (BRASIL, 1988b). Também segundo análise da comissão responsável, o currículo foi considerado equilibrado e bem estruturado.

Os docentes, de acordo com o documento era composto da seguinte forma: “1 (um) com doutorado, 03 (três) com mestrado, 27 (vinte e sete) com especialização. Dos professores indicados, vinte e três já possuem experiência no Magistério superior” (BRASIL, 1988b, p.2). Isso significa que para a autorização do curso 31 professores indicados pela IES foram aprovados pelo CFE para ministrarem disciplinas no curso. Isso não significa que todos os nomes aprovados e listados efetivamente deram aula no curso, como é o caso da prof. Dra. Sumaya Persona<sup>16</sup>. Dentre os nomes que aparecem aprovados, destacamos as profissionais que apareceram em pesquisas realizadas pelo GEPPEMAT: Sophia Clara de Siqueira, Ana Maria Bearzotti de Souza, Ruth Feuerharmel, Lindamir Driessem Carvalho e Marisa Raduens.

Outro dado interessante é a infraestrutura física do curso. De acordo com o parecer, a IES dispunha de um terreno e um planejamento de construção de um prédio

---

<sup>16</sup> Em conversa pessoal, a professora esclareceu que ministrou aula no curso de pedagogia da UNIC e que possivelmente o nome dela foi enviado ao CFE para a aprovação do curso, mas que nunca havia ministrado aulas no curso de psicologia da UNIC, visto que já era professora da UFMT.

próprio, mas, para o início das atividades ela locou um imóvel no centro da cidade. Indicando que a instituição era nova, não dispo de uma infraestrutura já estabelecida para o desenvolvimento das aulas, apesar de já dispor de laboratórios para as disciplinas básicas. A comissão que avaliou o projeto considerou que as dependências atendiam as exigências para o início do funcionamento do curso (BRASIL, 1988b).

O quarto documento é o Parecer n.911 de 04 de outubro de 1988, que também teve como relator João Paulo do Valle Mendes. Nele, esclarece que o ministro da educação homologou o Parecer CFE 416/88, a penúltima etapa antes do decreto de autorização do funcionamento do curso. Foi designada uma Comissão Verificadora que considerou as instalações físicas e o acervo bibliográfico satisfatórios para o início do curso (BRASIL, 1988c). Porém, foram realizadas algumas modificações do currículo pleno no que se referia a periodização de algumas disciplinas e a mudança de outras, causando uma reorganização de indicação dos professores já aprovados pela própria comissão (BRASIL, 1988c). Com a aprovação do projeto e da comissão verificadora, o curso foi aprovado com 80 vagas anuais em período integral com a seguinte estrutura curricular:

**Quadro 1:** Quadro comparativo entre as estruturas curriculares dos Pareceres do CFE n.416 de 1988 e n.911 de 1988.

<b>Período Letivo</b>	<b>Parecer n.416 de 1988</b>	<b>Parecer n.911 de 1988</b>
Primeiro ano	Língua Portuguesa	Biologia
	Biologia	Anatomia e Neuroanatomia
	Estatística I	Antropologia
	Metodologia e Técnicas de Pesquisa	Estatística
	Psicologia Experimental I	Psicologia Geral e Experimental I
	Fisiologia	Psicologia do Desenvolvimento I
	Sociologia	Metodologia Científica
	Antropologia	Língua Portuguesa
	Estudos de Problemas Brasileiros	Estudos de Problemas Brasileiros
	Educação Física	Teorias e Sistemas em Psicologia
Segundo Ano	Estatística II	Fisiologia e Neurofisiologia
	Psicologia Geral e Experimental II	Sociologia
	Psicologia Social I	Psicologia Geral e Experimental II
	Psicologia da Aprendizagem I	Psicologia do Desenvolvimento II
	Técnicas de Exame e Aconselhamento Psicológico I	Psicologia da Personalidade I
	Psicologia do Desenvolvimento I	Psicologia Social I Técnicas de Exame e Aconselhamento Psicológico I

		Filosofia
Terceiro Ano	Psicologia da Aprendizagem II	Psicologia Geral e Experimental III
	Psicologia Social II	Psicologia da Personalidade II
	Técnicas de Exame e Aconselhamento Psicológico II	Psicologia Social II
		Psicopatologia Geral
	Psicologia da Personalidade	Técnicas de Exame e aconselhamento psicológico II
	Psicologia do Desenvolvimento II	Teorias e Técnicas psicoterápicas I
Ética		
Estágio Supervisionado.	Dinâmica de grupo e relações humanas	
	Psicologia Escolar e Problemas de Aprendizagem	
Quarto Ano	Técnicas projetivas	Técnicas de Exame e Aconselhamento psicológico III
	Psicopatologia geral	Teorias e Técnicas Psicoterápicas II
	Dinâmicas de grupo e relações humanas	Técnicas projetivas
	Teorias e Técnicas psicoterápicas	Psicopatologia Especial
	Psicologia Escolar e Problemas de Aprendizagem	Psicologia do Excepcional
	Estágio Supervisionado	Psicologia da Indústria
Estágio profissional		
Quinto ano	Seleção e Orientação profissional	Seleção e Orientação Profissional
	Psicologia da Indústria	Exploração e diagnose em psicologia clínica
	Psicologia do Excepcional	Psicologia do Excepcional
	Estudo de caso	
	Ética profissional	Estágio Supervisionado
	Estágio Supervisionado	

Fonte: Dados extraídos para esta pesquisa.

De acordo com esse quadro, podemos perceber que as mudanças realizadas na estrutura curricular pela Comissão Verificadora, além de modificar algumas disciplinas, deixou o quinto ano com uma carga horária mais livre para o Estágio Supervisionado. Também podemos ver que as disciplinas “Anatomia e Neuroanatomia” e “Fisiologia e Neurofisiologia” foram acrescentadas, indicando um entendimento, por parte da comissão, da necessidade desse tipo de conhecimento na formação desses profissionais.

Outro dado que nos chamou a atenção foram as quatro disciplinas relacionadas à psicoterapia e ao aconselhamento psicológico que foram adicionadas (Técnicas de Exame e Aconselhamento psicológico III, Teorias e Técnicas Psicoterápicas II, Exploração e Diagnose em Psicologia Clínica e Psicopatologia Especial), enquanto que as outras grandes áreas, a Educação e a Indústria, continuaram com apenas uma disciplina

específica cada, demonstrando um interesse da comissão em uma formação voltada à atuação clínica.

Em um estado em expansão, que, atualmente, conta com mais de 20 cursos de graduação em psicologia e uma interiorização significativa deles, é interessante que o curso aprovado pelo MEC para funcionamento na UNIC tem um caráter bastante especializado. É necessário notar também que, apesar da quantidade de disciplinas ser maior para a atuação clínica, nessa época a profissão tinha esse caráter e até em outras áreas muitos psicólogos realizavam suas intervenções de acordo com os instrumentos e procedimentos clínicos.

O curso de Psicologia da UNIC, então, é fundado em uma época de grandes mudanças no país. Com a redemocratização, a discussão da nova Constituição e uma esperança com a nova forma de governo que viria o curso se insere em uma sociedade que se prepara para mudanças. Isso também é visto no MT que, com o projeto de colonização em atividade, já acolhia a expansão da indústria agroexportadora e a formação de novas cidades.

Com relação à psicologia, é um momento de discussões sobre a profissão e o tipo de profissional que se formaria para atender as novas demandas sociais. O curso que surge dessa conjuntura histórico-social segue o caminho burocrático já estabelecido, e assume um formato com uma diversificação disciplinar, apesar de, de acordo com os documentos analisados, enfatizar uma área específica. E, quanto à instituição na qual é instalado, é oferecido por uma IES nova, com experiências ainda recentes no ensino superior e é iniciado em instalações provisórias, mas, também apresenta um quadro institucional com profissionais já experientes nas diversas áreas de atuação.

## Considerações Finais

Nos dedicamos nesta pesquisa a esboçar os fenômenos históricos que produziram as condições para o surgimento do primeiro curso de psicologia de MT, bem como as peculiaridades de sua formação. Encontramos algumas dificuldades nos caminhos percorridos, seja pelas especificidades de uma pesquisa em história ou pelos empecilhos que permearam o acesso aos documentos próprios do curso de psicologia. Colocadas tais proposições, a partir do que foi exposto no delinear das linhas acima podemos tecer algumas considerações.

Primeiro, com base no desenvolvimento da presente pesquisa e tomando em conta os elementos da literatura investigada podemos refletir que um estudo que objetiva abordar os aspectos da história não pode ser esgotado nas palavras que competem ao trabalho de uma dissertação ou tese. Isso posto, os documentos acessados e a discussão promovida não devem ser compreendidos como uma verdade final sobre a fundação do curso de psicologia da UNIC, tal perspectiva estaria na contramão das discussões teórico-metodológicas que fundamentaram a construção desse trabalho. Por essa via de pensamento, também não seria possível compartilhar a concepção de que produzimos apenas uma interpretação das informações produzidas, dado que acreditamos que esta investigação apresenta elementos importantes a serem discutidos em um trabalho historiográfico sobre o curso, mas a complexidade de mediações envolvidas nesse fenômeno não foi esgotada aqui.

A discussão sobre como o desenvolvimento do território inscreve o espaço na história auxiliou na compreensão da categoria da particularidade explorada por Lukács (2012) que a entende como a mediação entre a singularidade, os indivíduos humanos, e a universalidade, o gênero humano. Dessa forma, quando Milton Santos (2009; 2013; 2014) explica que o desenvolvimento urbano do Brasil responde às necessidades do Capital, ele assinala um elemento no debate das mediações e nos aproxima do estudo do concreto.

Podemos compreender, então, que a nova colonização da região Centro-Oeste e Norte do país, a partir da década de 1970, e o investimento e incentivo do Estado no desenvolvimento da produção agroexportadora nesses territórios são alguns dos aspectos que foram considerados para a discussão da concretude do surgimento do curso de Psicologia da UNIC. Tais elementos colocados são determinantes para o desenvolvimento da sociabilidade em Cuiabá, à medida em que produzem as condições nas quais as atividades humanas se realizam.

A respeito da formação histórico-territorial do MT, apreendemos que o desenvolvimento urbano e econômico do estado oscilou desde a sua fundação até a década de 1960. Um dos elementos para a mudança dessa conjuntura foi a política de ocupação dos “espaços vazios” do Brasil que consistiu na distribuição dessas terras às famílias e cooperativas que apresentassem “utilidade” à terra considerada não trabalhada. Cabe destacar que esse fenômeno era promovido em conformidade com os parâmetros exigidos pelas políticas de incentivo à ocupação destes territórios. O desdobramento disso foi o crescimento da indústria agropecuária no estado e a criação das “cidades do campo” que consistem na ligação técnico-científico-administrativa das áreas rurais. As implicações desse processo para o surgimento do curso de psicologia da UNIC foram a complexificação dos conflitos sociais existentes naquele momento, que possivelmente proporcionou a ampliação do mercado de trabalho para a profissão, bem como o surgimento da necessidade da criação de cursos que atendesse as demandas dessa realidade social.

Outro aspecto que abordamos foi o debate existente sobre a profissão no país. Desde antes da criação do Currículo Mínimo havia discussões sobre o objetivo da formação, que tipo de profissional seria formado e como deveria se constituir a sua atuação. Com base no acesso a literatura que abarca tal temática podemos observar que na década de 1970 essa discussão é permeada por elementos críticos que são importantes para pensarmos sobre as condições concretas que permitiram a fundação do curso da UNIC. Convém mencionar também que a caracterização das condições e perspectivas que estão implicadas em saberes e práticas da psicologia também auxiliaram na análise da estrutura curricular proposta no projeto de criação do curso.

Sob esta perspectiva, torna-se importante esboçar algumas características do curso de psicologia investigado. Ele foi instalado em uma instituição de ensino superior de caráter privado sem fins lucrativos, teve seu surgimento regulado pela Resolução do CFE 15/84 e respondeu às necessidades particulares do cenário de MT e Cuiabá. Ao ampararmos nas informações acessadas, podemos dizer que sua estrutura curricular enfatizou uma atuação clínica, apesar de não possuímos elementos concretos para inferirmos sobre a forma como essas disciplinas foram ministradas pelos respectivos docentes.

Por fim, diante das considerações colocadas podemos mencionar que os cursos de psicologia, em especial o da UNIC, atenderam às necessidades sociais produzidas em um campo social e em determinado meio de produção, em dado momento histórico e em

determinado território. Tais elementos produziram as especificidades das relações estabelecidas, gerando as formas pelas quais o curso de psicologia em questão foi introduzido na sociedade cuiabana.

## Referências

- ALVES, Eliseu Roberto de Andrade. Evolução da produção agropecuária do Brasil. In: YEGANIANZ, L. (Org.). **Pesquisa Agropecuária: perspectiva história e desenvolvimento institucional**. Brasília: EMBRAPA-DEP, 1985.
- ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. (1998). Algumas reflexões acerca dos fundamentos da abordagem social em História da Psicologia. In: BROZEK, Josef; MASSIMI, Marina (Org.). **Historiografia da Psicologia Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1998. Cap. 23. pp.363-374, 1998.
- \_\_\_\_\_. **A psicologia no Brasil: leitura histórica sobre sua constituição**. 2ª. Ed. São Paulo: Unimarco Editora/ Educ, 2001.
- \_\_\_\_\_. Materialismo histórico-dialético: fundamentos para a pesquisa em história da psicologia. Pp.105-117. In: ABRANTES, Angelo Antonio; SILVA, Nilma Renildes da; MARTINS, Sueli Teresinha Ferreira (Orgs.). **Método histórico-social na psicologia social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- \_\_\_\_\_. A consolidação da psicologia no Brasil (1930-1962): sistematização de dados e algumas aproximações analíticas. **Psicologia da Educação**, São Paulo, v.22, n.1, pp.79-94, 2006.
- ARAUJO, Renata. Os Mapas do Mato Grosso. **Terra Brasilis** (Nova Série) [Online], v.4, 2015. Acesso em: 28 Agosto 2018. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/1230> ; DOI : 10.4000/terrabrasilis.1230
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2002.
- BARROZO, J. C.. A Colonização em Mato Grosso como 'Portão de Escape' para a Crise Agrária no Rio Grande do Sul. **Clio**. Série História do Nordeste (UFPE), v. 32, n..2, p. 144-166, 2014.
- BASTOS, Antonio Virgílio Bittencourt. Áreas de Atuação: em questão o nosso modelo de profissional. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Quem é o psicólogo brasileiro? – São Paulo: EDICON, 1988.**
- BASTOS, A. V. B.; ACHCAR, R. Dinâmica profissional e formação do psicólogo: uma perspectiva de integração. Em: ACHCAR, R. (coord.). **Psicólogo Brasileiro: práticas emergentes e desafios para a formação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.
- BEHRING, Elaine Rossetti & BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 9.ed. – São Paulo: Cortez, 2011.
- BRASIL. Conselho Federal de Educação. Autorização (carta-consulta) para funcionamento de cursos de Psicologia e Comunicação Social. **Parecer, n. 1098**, de 02 de dezembro de 1987. Relator: Arnaldo Niskier.
- \_\_\_\_\_. Conselho Federal de Educação. Fixa normas de autorização para funcionamento de cursos superiores de graduação, autorização de cursos com fundamento no artigo 104 da Lei 4.024/61 e aumento de vagas em cursos já existentes. **Resolução, n. 15**, de 29 de outubro de 1984.
- CAMPOS, Cecília. **O falar Cuiabano**. Cuiabá: Carlini & Caniato Editorial, 2014.

COMIN, Alvaro A. Desenvolvimento econômico e desigualdades no Brasil. In: ARRETCHE, Marta (Org.). **Trajatória das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos.** São Paulo: Editora Unesp, 2015.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **História de Mato Grosso.** Rio de Janeiro: Instituto Nacional do livro, 1969.

CUNHA, José Marcos Pinto da. A migração interna no Brasil nos últimos cinquenta anos: (des)continuidades e rupturas. In: ARRETCHE, Marta (Org.). **Trajatória das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos.** São Paulo: Editora Unesp, 2015.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** Colaboração de Sérgio Fausto. 14º ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

D'AMORIM, Maria Alice. Emprego e Desemprego. Pp.138-148. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Quem é o psicólogo brasileiro?** – São Paulo: EDICON, 1988.

FIGUEIREDO, Luís Cláudio Mendonça. **A invenção do psicológico: quatro séculos de subjetivação (1500-1900).** 7.ed. São Paulo: Escuta, 2007.

\_\_\_\_\_. **Matrizes do pensamento psicológico.** 20.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FILHO, Naercio Menezes; KIRSCHBAUM, Charles. Educação e desigualdade no Brasil. In: ARRETCHE, Marta (Org.). **Trajatória das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos.** São Paulo: Editora Unesp, 2015.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** 34º edição – São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GIACHINI, Ivonete. Colonização no Norte de Mato Grosso: progresso e movimento de emancipação. **Anais do Congresso Internacional de História** (CD-Rom), v. 9, p. 2125-2132, 2009.

GONÇALVES, Maria da Graça Marchina. O método de pesquisa materialista histórico e dialético. pp.86-104. In: ABRANTES, Angelo Antonio; SILVA, Nilma Renildes da; MARTINS, Sueli Teresinha Ferreira (Orgs.). **Método histórico-social na psicologia social.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

HILGARD, E.R.; LEARY, D.E.; McGUIRE, G.R. – A história da psicologia: um panorama e avaliação crítica. In BROZEK, J.; MASSIMI, M. – **Historiografia da Psicologia Moderna – versão brasileira.** São Paulo: Loyola, 1998, pp. 399-432.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . **Evolução da divisão territorial do Brasil: 1872-2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Resumo técnico: Censo da educação superior 2014.** – Brasília: INEP, 2016.

\_\_\_\_\_. **Sinopse Estatística da Educação Superior: 2017.** Brasília: Inep, 2018.

LESSA, Sérgio (2012). **Mundo dos homens: trabalho e ser social.** 3. Ed. rev. cor. – São Paulo: Instituto Lukacs.

LIMA, Márcia; PRATES, Ian. Desigualdades raciais no Brasil: um desafio persistente. In: ARRETCHE, Marta (Org.). **Trajatória das desigualdades**: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

LUKACS, György (2013). **Para uma ontologia do ser social**, 2. Tradução: Nélio Schneider, Ivo Tonet, Ronaldo Vielmi Fortes. 1. Ed. – São Paulo: Boitempo.

LUKACS, György (2012). **Para uma ontologia do ser social**, 1. Tradução: Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer, Nélio Schneider. 1. Ed. – São Paulo: Boitempo.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Estado e Burguesia no Brasil**: origens da autocracia burguesa. 3.ed. – São Paulo: Boitempo, 2015.

MARQUES, Eduardo. Condições habitacionais e urbanas no Brasil. In: ARRETCHE, Marta (Org.). **Trajatória das desigualdades**: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B.Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

\_\_\_\_\_. O 18 de Brumário de Luís Bonaparte. pp.199-338. In: MARX, Karl. **A revolução antes da revolução**. 2. Ed. -São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, Melvin H.; HILLIX, William A. O Lugar da Psicologia nas ciências. pp.48-63. In: MARX, Melvin H.; HILLIX, William A. (Orgs.). **Sistemas e Teorias em Psicologia**. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Editora Cultrix, 1973.

MASSIMI, Marina. História da Psicologia Brasileira, São Paulo, Editora Pedagógica Universitária, 1990.

MORAES, Adriano Knippelberg. Colonização: uma estratégia utilizada pelo governo militar brasileiro para re-ocupar o território (1964-1985). **Revista Outras Fronteiras**, Cuiabá, v.1, n.1. pp.31-49, 2014.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo. Relendo a teoria marxista da história. In: SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE José Luís (Orgs.). **História e História da Educação**: O Debate Teórico- Metodológico Atual. Campinas : Editora Autores Associados : HISTEDBR, 1998.

OLIVEIRA, Betty. A dialética do singular-particular-universal. pp.25-51. In: ABRANTES, Angelo Antonio; SILVA, Nilma Renildes da; MARTINS, Sueli Teresinha Ferreira (Orgs.). **Método histórico-social na psicologia social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

PASQUALI, Luiz. Condições de trabalho do psicólogo. Pp. 149-163. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Quem é o psicólogo brasileiro?** – São Paulo: EDICON, 1988.

- PEREIRA, Benedito Dias. **Industrialização da agricultura de Mato Grosso**. Cuiabá: EdUFMT, 1995.
- PESSOTTI, Isáfas. Notas para uma história da psicologia brasileira. Pp.17-31. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Quem é o psicólogo brasileiro?** – São Paulo: EDICON, 1988.
- PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: companhia das Letras, 2011.
- PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. 2. Ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.
- RIBEIRO, Carlos Costa; CANEVIVA, Ricardo; BRITO, Murillo Marschner Alves de. Estratificação educacional entre jovens no Brasil: 1960 a 2010. In: ARRETCHE, Marta (Or.). **Trajatória das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.
- RIBEIRO, Carlos Antonio Costa; SCHLEGEL, Rogerio. Estratificação horizontal da educação superior no Brasil (1960 a 2010). In: ARRETCHE, Marta (Or.). **Trajatória das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.
- ROSA, João Guimarães. O Espelho. In: ROSA, João Guimarães. **Primeiras Estórias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- ROSAS, Paulo; ROSAS, Argentina; XAVIER, Ivonete Batista. Quantos e quem somos. Pp. 32-48. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Quem é o psicólogo brasileiro?** – São Paulo: EDICON, 1988.
- RUDÁ, C.; COUTINHO, D.; ALMEIDA FILHO, N. Formação em Psicologia no Brasil: o período do currículo mínimo (1962-2004). **Memorandum**, v.29, Belo Horizonte: UFMG; Ribeirão Preto: USP, 2015.
- SANTOS, Josiane Soares. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 2009.
- \_\_\_\_\_. **A Urbanização Brasileira**. 5.ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.
- \_\_\_\_\_. **Espaço e Método**. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014a.
- \_\_\_\_\_. **Da totalidade ao Lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014b.
- SANTOS NETO, Arthur Bispo dos. **Capital e trabalho na formação econômica do Brasil**. - São Paulo: Instituto Lukács, 2015.
- SÁ, Rogério de Oliveira e. **Dinâmica da acumulação do capital no norte de Mato Grosso: estudo relativo à indústria da madeira e da carne (1970-2007)**. – Cuiabá: EdUFMT, 2011.
- SILVA, Jovam Vilela da. **A divisão do Estado de Mato Grosso: (uma visão história -1892-1977)**. Cuiabá: EdUFMT, 1996.
- WERTHEIMER, Michael. **Pequena História da Psicologia**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Editora Nacional, 1972.

## Anexo

Anexo 1: Mapa de Mato Grosso com as cidades com IES com cursos em destaque.



Fonte: <http://www.mapas-brasil.com/imagens/mato-grosso.jpg>.

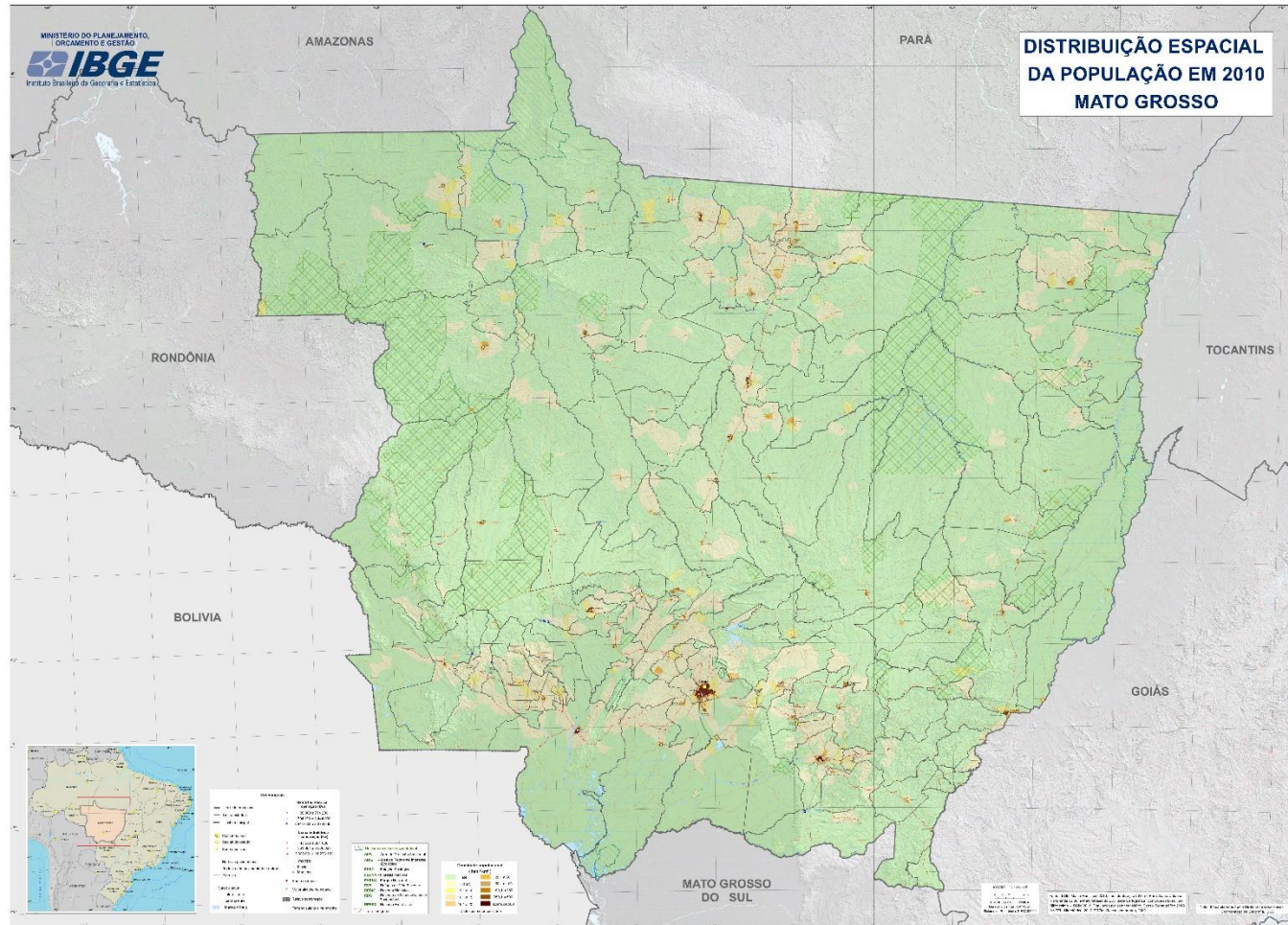
**Anexo 2: Mapa de Mato Grosso do Sul com as cidades com IES com cursos em destaque.**



Fonte: <http://www.mapas-brasil.com/imagens/mato-grosso-sul.jpg>



#### Anexo 4: Distribuição espacial da população em Mato Grosso, 2010.



Fonte: IBGE (2010) (disponível em: [https://geoftp.ibge.gov.br/cartas\\_e\\_mapas/mapas\\_estaduais\\_e\\_distrito\\_federal/sociedade\\_e\\_economia/mapas\\_de\\_densidade/Mato\\_Grosso\\_2010.pdf](https://geoftp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_estaduais_e_distrito_federal/sociedade_e_economia/mapas_de_densidade/Mato_Grosso_2010.pdf))